



DECRETO N. 0703, DE 17 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre a nomeação da Equipe de Agentes de Contratação/Pregoeiros, para condução dos processos de licitação, no âmbito do Município de Ji-Paraná, e dá outras providências e revoga o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando solicitação do Superintendente Permanente de Compras e Licitação, através do [Memorando 120/CPL/PMJP/RO/2026 de 16/04/2026 \(ID 2611154\)](#).

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada, em consonância com Decreto nº 1383, de 11 de março de 2024, a Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros para condução dos Processos de Licitação, Dispensa e Inexigibilidade do Município de Ji-Paraná, composta pelos seguintes servidores.

§ 1º Agente de Contratação/Pregoeiro:

- I - Hevileny Maria Cabral de Lima Jardim: Agente de Contratação/Presidente Pregoeira;
- II - Sônia Regina da Silva: Agente de Contratação/Pregoeira;
- III - Thaynara de Souza Marconi Leite: Agente de Contratação/Pregoeira;
- IV - Willian Gabriel Resende Matias: Agente de Contratação/Pregoeiro;
- V - Ana Paula de Souza Meireles: Agente de Contratação/Pregoeira.

§ 2º Equipe de Apoio:

- I - Adriana Souza Leite;
- II - Izabelly Paiva Porfírio;
- III - Vivian Vieira de Araújo;
- IV - Neurizete dos Santos;
- V - Danielly Melo de Souza.

Art. 2º A Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros ora nomeados deverão atuar nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei Federal n. 14.133/2021.

Art. 3º Fica revogado o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025 ([ID 2044611](#)).

Art. 4º Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Palácio Urupá, em 17 de abril de 2026

[assinado eletronicamente]
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 17/04/2026 às 10:01, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.jf-parana.ro.gov.br, informando o ID **2613313** e o código verificador **0CA5E1E5**.

Cientes

Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	ANGELO LUIZ ATAIDE MORONI	***.517.662-**	17/04/2026 09:26
2	LOURRANT CANTÃO PESSOA	***.537.082-**	17/04/2026 13:00
3	HEVILENY MARIA CABRAL DE LIMA JARDIM	***.653.454-**	17/04/2026 14:04

Docto ID: 2613313 v1

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90064/SUPECOL/PMJP/RO/2026

SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO CONTRATANTE (UASG)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RONDÔNIA (980005)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-7173/2026– SEMOSP

OBJETO: Registro de Preços visando a contratação de empresa especializada para o fornecimento de **CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO A GRANEL (CAP) 50/70 e CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32** destinados à execução de obras e serviços de infraestrutura urbana e rural, a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP do Município de Ji-Paraná/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 25/06/2026 às 09:30h (*horário de Brasília*)

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

www.gov.br/compras/pt-br/

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PARTICIPAÇÃO:

- Itens destinados à AMPLA CONCORRÊNCIA;
- Itens **COTAS de até 25%** reservadas à **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS** nos termos da Lei Complementar n. 123/06 e suas alterações.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 31.612.000,00 (trinta e um milhões, seiscentos e doze mil reais)

FONTE DE RECURSOS:

2 Prefeitura Municipal de Ji-Paraná

02 PODER EXECUTIVO

02 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PUBLICOS

020802 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

17 Saneamento

17 512 Saneamento Básico Urbano

17 512 0009 CONSTRUINDO COM AMOR E RESPEITO

17 512 0009 1021 0000 Constr. Manut. Reforma de Bueiros, Galerias, Drenagem, Calçadas e Urbanização Rios e Igarapés

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Ficha 831

2 Prefeitura Municipal de Ji-Paraná

02 PODER EXECUTIVO

02 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PUBLICOS

020802 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15 Urbanismo

15 451 Infra-Estrutura Urbana

15 451 0008 ASFALTA JIPA

15 451 0008 2123 0000 Manutenção e recuperação de vias urbanas

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Ficha 815

2 Prefeitura Municipal de Ji-Paraná

02 PODER EXECUTIVO

02 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PUBLICOS

020802 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15 Urbanismo

15 451 Infra-Estrutura Urbana

15 451 0008 ASFALTA JIPA

15 451 0008 1019 0000 Pavimentação, construção, reconstrução e drenagem de vias públicas

4.4.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

0.1.500 002.001 Recursos Próprios do Município

Ficha 786

EDITAL:

Disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado e ainda no site

www.ji-parana.ro.gov.br

INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:

Todas as informações quanto ao fornecimento/execução do objeto desta licitação, tais como prazos, locais, forma de pagamento, obrigações, sanções administrativas, etc., estão consignados no Anexo I - Termo de Referência.

Demais informações e esclarecimentos: SUPECOL - Superintendência de Compras e Licitações, situada na rua dos Brilhantes, nº 130, bairro Urupá, em Ji-Paraná, estado de Rondônia – CEP 76.900-150-**Telefone/WhatsApp: (0xx) 69-99975-2759** – e-mail: **supecol@jiparana.ro.gov.br**.

Ji-Paraná/RO, 08 de junho de 2026.

Sônia Regina da Silva

Pregoeira

Decreto n. 0703/GAB/PMJP/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90064/SUPECOL/PMJP/RO/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PARTICIPAÇÃO – MISTA

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, através de seu (ua) Pregoeiro (a) e equipe de apoio, nomeados por força das disposições contidas no **Decreto Municipal n. 0703/GAB/PMJP/2026**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023, do Decreto Municipal nº 1385/2024, Lei Complementar nº 123/2006, demais regulamentos vinculados aos procedimentos licitatórios e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 25 de junho de 2026, às 09h30min. (Horário de Brasília - DF)

LOCAL (endereço eletrônico): Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras/pt-br/
UASG: 980005

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-7173/2026 - SEMOSP

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços visando a contratação de empresa especializada para o fornecimento de **CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO A GRANEL (CAP) 50/70 e CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32** destinados à execução de obras e serviços de infraestrutura urbana e rural, a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP do Município de Ji-Paraná/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em **4 (QUATRO) itens**, conforme tabela constante no **ANEXO II**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Os itens **1 e 3** são destinados à **AMPLA PARTICIPAÇÃO**.

1.4. Os itens **2 e 4** são **COTAS de até 25%** reservadas à **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS** nos termos da Lei Complementar n. 123/06 e suas alterações.

1.5. Em caso de **discordância existente** entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico - comprasnet/catmat, e as especificações constantes no Anexo II deste edital, **prevalecerão às últimas**.

1.6. Todos os itens deverão, no que couber, constar informações a respeito da **marca/modelo/fabricação**.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam no **ANEXO V - Minuta de Ata de Registro de Preços**.

2.2. Fica vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

2.3. Não se aplica ao presente certame o previsto no Art.82, III da Lei Federal n. 14.133/2021, que permite que a administração pública licite itens com preços diferenciados, vez que não há nos autos a previsão de preços diferentes com a devida justificada, demonstrando a necessidade e a razoabilidade da pretensa diferenciação.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como **firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances**, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4.1. Existindo itens de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda **não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.**

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação **em decorrência de sanção que lhe foi imposta;**

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral

ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, **com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada**, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de

desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, **o licitante declarará, em campo próprio do sistema**, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa **deverá declarar**, ainda, **em campo próprio do sistema eletrônico**, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, **observado o disposto nos**

§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A **falsidade da declaração** de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, **após a fase de envio de lances**.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo,

caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor **unitário do ITEM**;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta **em quantitativo** inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão **inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros** que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, **sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto**.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento **serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente**.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em **conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I e a Carta Proposta - Anexo II do Edital**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de

regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso **verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato**.

5.9. O município de Ji-Paraná-RO efetuará a retenção do Imposto de Renda eventualmente incidentes sobre o valor de bens, prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, conforme previsto no Decreto Municipal nº 1.330/23, observado cada caso específico tendo como base a Instrução Normativa RF 1.234/2012 e suas alterações.

5.10. Caberá a Contratada destacar na Nota Fiscal dos tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem ou serviço objeto do Edital, nos termos previstos do Decreto Municipal nº 1.330/2023 e Instrução Normativa RB nº 1.234/23.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A **abertura** da presente licitação **dar-se-á automaticamente** em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A **etapa de lances** da sessão pública terá **duração de dez minutos** e, após isso, será **prorrogada automaticamente pelo sistema** quando houver lance ofertado **nos últimos dois minutos** do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão

pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), **o pregoeiro**, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá admitir o reinício da disputa aberta**, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para

apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. **Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.**

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. **No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.**

6.18. Quando a **desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro** persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será **suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática,

junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e

mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado **permanecer acima do preço máximo** ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Caso a licitante não se manifeste no prazo máximo de até **10 (dez) minutos** através do **CHAT MENSAGEM ao ser convocada**, ou não aceite negociar pelo valor proposto, poderá o Pregoeiro (a) desclassificar a licitante no item que não se manifestou ou cujo preço permaneça superior ao estimado pela Controladoria Geral de Preços da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários **à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados**.

6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia – CAGEFIMP;

7.1.5. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Ji-Paraná-RO

7.2. A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro diligenciará para verificar **se houve fraude** por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. **A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).**

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Nos termos do art. 156, inc. III e § 4º da Lei Federal n. 14.133/2021, constatada a existência de sanção de impedimento de contratar junto a Prefeitura do Município de Ji-Paraná, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3.4. Será inabilitado, de plano, o licitante que for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública (art. 156, inc. IV), vez que a sanção se aplica em âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

7.4. **Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.4.1 e 4.6 deste edital.**

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. **Será desclassificada** a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de **bens e serviços em geral**, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração**.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada

integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.8.3. No caso de **serviços de engenharia**, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado** pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do bem, serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem

justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no **ANEXO III deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou documentos digitais.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais **quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir**.

(IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. **A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do ANEXO III deste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, nos termos da Lei 14.133/21, art. 64 e IN 73/2022, art. 39, §4º, **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência**, para:

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não

caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação estabelecido pelo setor competente poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo estabelecido na convocação;
- b. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, **será divulgado no PNCP** e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas **não obrigará a Administração a contratar**, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar **os licitantes remanescentes do cadastro de reserva**, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com **preço igual ao do adjudicatário**, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que **mantiverem sua proposta original**

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser **manifestada imediatamente**, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. **Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.**

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.6. **Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.**

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. **O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.**

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados sítio eletrônico www.ji-parana.ro.gov.br - Portal da Transparência.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo estabelecido na comunicação oficial expedida pelo órgão sancionador.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6,

12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e

12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.15. Estarão sujeitas à sanção de impedimento de licitar e contratar, nos termos dos arts. 155, V e 156, §4º, III, da Lei n.º 14.133/2021, as empresas que após participarem ativamente da sessão pública e apresentarem diversos lances, restando mais bem classificadas na fase de julgamento, simplesmente desistirem da proposta sem motivo ou fato superveniente que a justifique.

12.16. Na inexecução, total ou parcial, do objeto licitado serão aplicadas as sanções previstas no Termo de Referência – Anexo I do presente edital.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na

aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico supecol@ji-parana.ro.gov.br e confirmado através do telefone/WhatsApp (69) 9-9975-2759, das 7:30hs às 13:30hs (horário local).

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF, salvo expressamente consignado outro parâmetro.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. **Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ji-parana.ro.gov.br/>

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.11.1.1. *Apêndice do Termo de Referência (ETP)*

14.11.2. ANEXO II – Carta Proposta (modelo);

14.11.3. ANEXO III – Documentos para fins de Habilitação;

14.11.3.1. *ANEXO III – A – Modelo de Declaração*

14.11.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;

14.11.5. ANEXO V – Minuta de Ata de Registro de Preços.

14.11.6. ANEXO VI – Planilha de Composição de Custos

15.1. DO FORO

15.1.1. As partes elegem o **Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO**, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para julgar toda e qualquer demanda oriunda do presente Edital.

Ji-Paraná/RO, 08 de junho de 2026.

Sônia Regina da Silva
Pregoeira
Decreto n. 0703/GAB/PMJP/2026



TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I - DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinam o Registro de Preços visando a contratação de empresa especializada para o fornecimento de insumos destinados à execução de obras e serviços de infraestrutura urbana e rural, a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP do Município de Ji-Paraná/RO.

O fornecimento compreenderá bens comuns, com entrega sob demanda, conforme ordens de fornecimento emitidas pela Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados na forma prevista no instrumento convocatório e legislação aplicável, podendo ser prorrogada, quando cabível, desde que comprovada a vantajosidade, nos termos do Decreto Municipal nº 1385/2024 e demais normas correlatas.

A contratação será realizada mediante **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo menor preço, em cumprimento ao disposto do Decreto Municipal n.1385, de 11 de março de 2024, com base no Artigo 40, inciso II da Lei de Licitações e Contratos nº. 14.133/2021.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Grupo
1	Pedra de Mão ou Pedra Rachão para Arrimo/ Fundação (Posto Pedreira/ Fornecedor, Sem Frete)	m³	18.000	*
2	Brita 3/4	m³	31.200	*
3	Brita 3/8	m³	19.200	*
4	Brita Graduada	m³	117.600	*
5	Pó de Brita Malha 5mm	m³	30.000	*
6	Cimento Asfáltico de Petróleo a Granel (CAP) 50/70 (incluso transporte da caixa da ANP à Ji-Paraná-RO no local da usinagem)	TON	2.400	***
7	Emulsão Asfáltica - RR-1C	TON	840	**
8	Emulsão Asfáltica - RR-2C	TON	144	**
9	Asfalto Diluído de Petróleo CM-30	TON	720	**
10	Areia lavada média	m³	29.100	*
11	Cimento Portland Composto CII - 32 (SACO DE 50KG)	UND	22.225	*
12	Meio Fio ou Guia de concreto pré-moldada COMP 1 M, *30 X 15* CM (H X L) resistência de 20 MPA	UND	233278	****
13	Bloco De Concreto estrutural 14X19X39 CM, 12MPA (NRB6136)	UND	4000	****
14	Bloco cerâmico (Alvenaria Vedação), 6 Furos, de 9x14x19CM (L x A x C)	UND	2000	*****



15	Bloquete/piso intertravado de concreto - modelo sextavado / hexagonal, *25 X 25* CM = 8cm, resistência de 35MPa, cor natural	UND	50000	****
16	TUBO DE CONCRETO ARMADO 0,40M X 1,00M TIPO PA1 - ESPESSURA 4,0 CM; FCK = 15 MPA - ENCAIXE MF	UND	720	****
17	TUBO DE CONCRETO ARMADO 0,60M X 1,00M TIPO PA1 - ESPESSURA 6,0 CM; FCK = 15 MPA - ENCAIXE MF - ARMADURA CA 60B; MALHA 113	UND	1680	****
18	TUBO DE CONCRETO ARMADO 0,80M X 1,00M TIPO PA1 - ESPESSURA 8,0 CM; FCK = 15 MPA - ENCAIXE MF - ARMADURA CA 60B; MALHA 113	UND	1920	****
19	TUBO DE CONCRETO ARMADO 1,00M X 1,00M TIPO PA1 - ESPESSURA 10,0 CM; FCK = 15 MPA - ENCAIXE MF - ARMADURA CA 60B; MALHA 113	UND	1200	****
20	TUBO DE CONCRETO ARMADO 1,20M X 1,00M TIPO PA1 - ESPESSURA 12,0 CM; FCK = 15 MPA - ENCAIXE MF - ARMADURA CA 60B; MALHA 138	UND	1000	****
21	TUBO DE CONCRETO ARMADO 1,50M X 1,00M TIPO PA1 - ESPESSURA 14,0 CM; FCK = 15 MPA - ENCAIXE MF - ARMADURA CA 60B; MALHA 138	UND	286	****
22	Cimento portland Composto CII - 32 a granel	KG	200.000	***

* Agregados minerais;

** Materiais asfálticos;

*** Insumos cimentícios;

**** Artefatos pré-moldados de concreto e materiais para drenagem;

***** Materiais para pavimentação intertravada e alvenaria.

Considerando que os itens foram orçados corretamente, de acordo com [Cotação RESULTADO DE COTAÇÃO de 03/03/2026 \(ID 2480851\)](#), não há a necessidade de nova cotação de frete.

A contratação tem por finalidade assegurar o abastecimento regular de materiais essenciais à manutenção, recuperação, ampliação e implantação da malha viária urbana e rural, à execução de serviços de pavimentação, recapeamento, tapa-buracos, drenagem pluvial, construção e manutenção de passeios públicos, meios-fios, dispositivos de acessibilidade, obras de contenção e demais intervenções estruturais necessárias ao adequado funcionamento da infraestrutura pública municipal., por um período de **1 (um) ano**.

CAPÍTULO II - DA MODALIDADE LICITATÓRIA - PREGÃO

Considerando que o objeto licitatório é de **natureza comum**, segundo a Lei Federal nº 14.133/2021, no artigo 6º, inciso XLI, bens e serviços comuns são aqueles que podem ser adquiridos por qualquer órgão ou entidade da administração pública, sem necessidade de especificações técnicas detalhadas. Ou seja, são itens ou serviços padronizados, que atendem às necessidades gerais e que estão disponíveis no mercado de forma comum, sem particularidades que exijam uma especificação técnica diferenciada. Essa definição ajuda a facilitar processos de compra e contratação, promovendo maior eficiência e transparência na administração pública:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Considerando que o Sistema de Registro de Preços é um procedimento especial que visa à realização de contratações sucessivas de serviços ou aquisições sucessivas de bens, selecionados por meio de um certame licitatório, no qual é elaborado um cadastro de produtos e fornecedores possibilitando que a Administração



Pública contrate de acordo com as suas necessidades. Segundo o conceito do jurista Hely Lopes Meirelles (2011), o Sistema de Registro de Preços (SRP):

conjunto de procedimentos para registro e assinatura em Ata de Registro de Preços que os interessados se comprometem a manter por um determinado período de tempo, para contratações futuras de compras ou de serviços frequentes, a serem realizadas nas quantias solicitadas pela Administração e de conformidade com o instrumento convocatório da licitação (p. 357).

Trata-se, portanto, de uma ferramenta que tem como objetivo a contratação de serviços e aquisições de bens por meio da compatibilização entre os princípios da legalidade e da eficiência.

Com base no Decreto Municipal n. 1385, de 11 de março de 2024 que regulamenta Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Ji-Paraná, Artigo 40, inciso II da Lei de Licitações e Contratos 14.133/2021 elaboramos o presente Termo de Referência, buscando dar continuidade às atividades desenvolvidas na Administração Pública Municipal, através de Ata de Registro de Preços;

As vantagens proporcionadas pelo sistema de registro de preços, em síntese, são a otimização dos processos de compras e maior flexibilidade nas aquisições, permitindo a compra ou a prestação do serviço no quantitativo exato e necessário para atender as necessidades do Município, reduzindo assim o desperdício de tempo e mão de obra, quantidade certa e no momento exato, além de permitir maior agilidade nas contratações e realizações dos serviços desejados. Desta forma, o Sistema de Registro de Preços é o procedimento adequado para futura e eventual aquisição.

Adotar-se-á o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para a presente contratação em razão de:

- necessidade de contratações frequentes e eventuais;
- haver previsão de aquisições frequentes dos materiais ora licitados, visando atender à necessidade de reposição dos materiais;
- da dificuldade de precisar os quantitativos a serem utilizados pelo (s) órgão (s) participantes em decorrência das atuais limitações e incertezas orçamentárias;
- não há possibilidade de estocagem total do material a ser adquirido pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;
- objetiva evitar a imobilização desnecessária de recursos e o seu consequente desperdício;
- Permite assim que a Administração realize as suas contratações com racionalidade e de forma parcelada.

Caracteriza-se o referido sistema pelo registro de preços unitário para o item, que, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, deverá ser praticado pela empresa vencedora.

A vigência do Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP e no Diário Oficial do Município - DOM, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos, nos termos do art. 22 do Decreto Federal n. 11.462/2023 c/c art. 12, §1º do Decreto Municipal n. 1385/2024;

Art. 12. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital da licitação, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração. § 1º O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Município, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.



O artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, estabelece as regras para a execução dos contratos, incluindo detalhes sobre a fiscalização, o acompanhamento e a gestão dos contratos administrativos. Além disso, o artigo reforça a importância de garantir a transparência, a eficiência e a legalidade durante toda a fase de execução, permitindo que, ao prorrogar o prazo de validade da ata por até 1 ano, as quantidades registradas também possam ser renovadas. Isso significa que, durante esse período de prorrogação, a administração pública pode solicitar a aquisição de novas quantidades, dentro dos limites estabelecidos na ata original, sem a necessidade de realizar uma nova licitação. Essa medida visa proporcionar maior flexibilidade e eficiência na gestão de compras públicas, garantindo que as necessidades continuem sendo atendidas de forma ágil e econômica. É importante destacar que essa prorrogação e renovação devem ser devidamente justificadas e autorizadas, sempre com transparência e observando os princípios que regem a administração pública.

Caracteriza-se o referido SISTEMA pelo registro de preço unitário para o item, que durante a vigência da Ata de Registro de Preços, deverá ser praticado pela empresa vencedora.

Durante a vigência da Ata, havendo interesse da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos na aquisição dos materiais permanente com preço registrado, será informado à empresa fornecedora, através do envio de Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento.

Recebida a Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento, a empresa fornecedora deverá providenciar a entrega dos materiais, conforme nota de empenho e/ou requisição requisição emitida por esta Secretaria, ao preço registrado na Ata.

CAPÍTULO III - DA JUSTIFICATIVA

Considerando o [Estudo Técnico 27 de 25/03/2026 \(ID 2549702\)](#) a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, órgão responsável pelo planejamento, execução, manutenção e conservação da infraestrutura urbana e rural do Município de Ji-Paraná/RO, enfrenta demanda permanente e crescente por serviços de engenharia voltados à pavimentação, recuperação viária, drenagem pluvial, construção de passeios públicos, obras de contenção, manutenção de estradas vicinais e demais intervenções estruturais indispensáveis ao adequado funcionamento da cidade.

O Município de Ji-Paraná apresenta significativa extensão territorial, com bairros em constante processo de expansão urbana, além de vasta área rural interligada por estradas vicinais que exercem papel fundamental no escoamento da produção agrícola, no transporte escolar, no acesso aos serviços de saúde e na mobilidade da população em geral. Essa realidade impõe à Administração Pública Municipal a necessidade de atuação contínua e planejada para garantir a trafegabilidade, a segurança e a durabilidade das vias públicas, bem como o adequado funcionamento dos sistemas de drenagem e das estruturas urbanas correlatas.

Para a execução dessas atividades, faz-se imprescindível a disponibilidade regular e suficiente de insumos básicos da construção civil e de materiais asfálticos, tais como agregados minerais (areia, brita, pó de brita, pedra rachão), ligantes e emulsões asfálticas, cimento Portland, artefatos pré-moldados de concreto (meios-fios, bloquetes, tubos de concreto armado, blocos estruturais e cerâmicos), entre outros materiais diretamente empregados nas obras e serviços executados pela SEMOSP.

A inexistência ou insuficiência desses insumos em estoque compromete de forma significativa a capacidade operacional da Secretaria, resultando em paralisações de frentes de trabalho, aumento do custo global das obras, necessidade de contratações emergenciais, execução fragmentada dos serviços e dificuldade no atendimento tempestivo das demandas apresentadas pela população e pelos demais órgãos da Administração Municipal. Ademais, a execução de serviços de forma descontinuada potencializa o desgaste prematuro das vias, eleva os riscos de acidentes, agrava problemas de alagamentos e erosões e gera insatisfação social.

Sob a perspectiva do interesse público, a contratação dos referidos insumos busca garantir a continuidade dos serviços públicos essenciais de infraestrutura, assegurando condições adequadas de mobilidade urbana e rural, segurança viária, acessibilidade universal e melhoria da qualidade de vida da população. A adequada manutenção das vias públicas reduz custos futuros com intervenções corretivas mais onerosas, preserva o patrimônio público e contribui para a valorização dos espaços urbanos.



Importante destacar que o período chuvoso na região amazônica intensifica a degradação das vias não pavimentadas, provoca o surgimento de buracos, atoleiros e erosões, além de comprometer o funcionamento dos sistemas de drenagem. Nessas circunstâncias, a ausência de materiais essenciais inviabiliza respostas rápidas por parte do Poder Público, agravando os impactos sociais e econômicos, especialmente para comunidades mais afastadas da área urbana consolidada.

A contratação planejada desses insumos também se justifica sob o aspecto da eficiência administrativa e da economicidade, na medida em que permite à Administração Municipal realizar aquisições em volumes compatíveis com a demanda anual estimada, evitando compras pontuais e emergenciais, normalmente realizadas a preços superiores aos praticados em contratações planejadas. Tal abordagem está alinhada aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e da gestão por resultados, consagrados na Lei nº 14.133/2021.

Além disso, a disponibilização contínua de materiais possibilita o melhor aproveitamento da mão de obra própria do Município, evitando ociosidade de equipes, reprogramações frequentes de cronogramas e desperdício de recursos humanos e financeiros. Dessa forma, a contratação contribui para a racionalização da gestão pública e para a melhoria do desempenho institucional da SEMOSP.

Por fim, destaca-se que a presente contratação atende diretamente às políticas públicas municipais de desenvolvimento urbano, infraestrutura e mobilidade, sendo instrumento essencial para o cumprimento das atribuições legais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos. A adoção de uma estratégia de contratação estruturada e antecipada desses insumos constitui medida necessária, adequada e proporcional para a solução dos problemas identificados, demonstrando-se plenamente alinhada ao interesse público e às necessidades da coletividade de Ji-Paraná.

CAPÍTULO IV - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta para atendimento da necessidade identificada consiste no **fornecimento contínuo e planejado de insumos destinados à execução de obras e serviços de infraestrutura urbana e rural**, a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP na manutenção, recuperação, ampliação e implantação de vias públicas, sistemas de drenagem, passeios, dispositivos de contenção e demais estruturas correlatas.

A solução contempla a aquisição de materiais básicos da construção civil, agregados minerais, materiais asfálticos, insumos cimentícios e artefatos pré-moldados de concreto, em quantitativos compatíveis com o planejamento institucional do Município, assegurando o adequado abastecimento das frentes de trabalho e a continuidade dos serviços públicos essenciais sob responsabilidade da SEMOSP.

Abrangência e Características da Solução

A solução abrange o fornecimento de insumos destinados a múltiplas aplicações, incluindo, mas não se limitando a:

- Pavimentação asfáltica e serviços de recapeamento;
- Manutenção corretiva e preventiva de vias urbanas e estradas vicinais;
- Execução de serviços de tapa-buracos e tratamentos superficiais;
- Implantação e recuperação de sistemas de drenagem urbana e rural;



- Construção e manutenção de calçadas, meios-fios, sarjetas e dispositivos de acessibilidade;
- Execução de obras civis complementares e serviços de apoio à infraestrutura municipal.

Os materiais devem ser fornecidos em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, garantindo qualidade, durabilidade e desempenho compatíveis com as exigências das obras públicas.

Condições de Fornecimento e Operacionalização

O fornecimento dos materiais ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mediante emissão de Ordem de Fornecimento e/ou Nota de Empenho pela Administração.

As entregas deverão ser realizadas no Município de Ji-Paraná/RO, em locais indicados pela SEMOSP, tais como pátios operacionais, depósitos municipais, canteiros de obras e demais frentes de serviço, situados tanto na zona urbana quanto na zona rural, conforme necessidade administrativa e planejamento de execução.

O prazo máximo para entrega será de **até 15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho, podendo ser estabelecido prazo específico por item, quando tecnicamente justificável, em razão de logística, volume e natureza do material.

Todos os custos com transporte, carregamento, descarga e demais encargos logísticos necessários à perfeita entrega correrão por conta exclusiva do fornecedor, devendo estar incluídos nos preços registrados.

Controle de Qualidade e Conformidade Técnica

A solução inclui mecanismos de controle e aceitação dos materiais fornecidos, permitindo à Administração verificar a conformidade dos insumos com as especificações técnicas, normas aplicáveis e condições contratuais.

A SEMOSP poderá realizar inspeções, ensaios, testes ou solicitar a apresentação de laudos técnicos, certificados de conformidade ou documentos equivalentes, especialmente no caso de materiais asfálticos e artefatos estruturais de concreto, como forma de assegurar a qualidade e a adequação dos produtos utilizados nas obras públicas.

Exigências Relacionadas à Manutenção

Considerando que o objeto da contratação refere-se predominantemente ao fornecimento de insumos e materiais de consumo, **não se aplicam, de forma direta, exigências relacionadas à manutenção de bens permanentes**, uma vez que os materiais serão incorporados às obras e serviços executados pela Administração.

Todavia, a adequada aplicação, armazenamento e manuseio dos insumos deverá observar as recomendações técnicas dos fabricantes e as boas práticas de engenharia, de modo a preservar suas características e desempenho até o momento da utilização.

Exigências Relacionadas à Assistência Técnica

Em relação à assistência técnica, não se caracteriza a necessidade de suporte continuado típico de equipamentos ou sistemas tecnológicos. Entretanto, a solução prevê, quando aplicável, que o fornecedor disponibilize **orientações técnicas, informações de uso, fichas técnicas, boletins de desempenho ou**



suporte técnico pontual, especialmente para materiais que demandem controle específico de aplicação, como ligantes e emulsões asfálticas.

No caso de eventuais inconformidades identificadas durante o recebimento ou utilização dos materiais, o fornecedor deverá prestar os esclarecimentos necessários e proceder à substituição dos insumos que não atendam às especificações contratadas, sem ônus adicional para a Administração.

Integração com a Gestão Contratual

A solução será integrada ao sistema de gestão e fiscalização contratual da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, com acompanhamento por servidores designados, responsáveis pela conferência das entregas, controle de qualidade, registro de ocorrências e ateste das notas fiscais.

Essa abordagem assegura maior controle administrativo, transparência e rastreabilidade dos insumos fornecidos, contribuindo para a correta aplicação dos recursos públicos e para o alcance dos resultados esperados com a contratação.

CAPÍTULO V - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação pretendida deverá observar um conjunto de requisitos técnicos, operacionais, legais, ambientais e administrativos indispensáveis para assegurar o atendimento pleno das necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, garantindo a qualidade dos insumos adquiridos, a segurança das obras, a eficiência da execução contratual e a adequada aplicação dos recursos públicos.

Requisitos Técnicos dos Materiais

Os insumos a serem adquiridos deverão atender integralmente às normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, às especificações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes DNIT, quando aplicável, bem como às demais normas e manuais técnicos correlatos à engenharia civil, pavimentação e drenagem urbana e rural.

Os materiais pétreos, tais como areia, brita, pó de brita, brita graduada e pedra rachão, deverão apresentar características físicas e granulométricas compatíveis com sua finalidade, isentos de materiais orgânicos, argilosos ou contaminantes que possam comprometer a resistência, a durabilidade e o desempenho das estruturas e pavimentos. Deverão ser fornecidos conforme especificações técnicas usuais de mercado e de projetos adotados pela SEMOSP.

Os materiais asfálticos, incluindo cimento asfáltico de petróleo (CAP), emulsões asfálticas e asfaltos diluídos, deverão atender às especificações técnicas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ANP, bem como às normas do DNIT, devendo ser fornecidos com certificação de qualidade, laudos técnicos e demais documentos que comprovem sua conformidade e rastreabilidade.

Os artefatos de concreto, tais como meios-fios, tubos de concreto armado, blocos estruturais, bloquetes intertravados e demais peças pré-moldadas, deverão possuir resistência mecânica mínima compatível com as normas técnicas aplicáveis, devidamente comprovada por ensaios laboratoriais, garantindo desempenho estrutural, durabilidade e segurança durante sua vida útil.

Requisitos de Quantidade e Planejamento do Fornecimento

As quantidades estimadas deverão ser atendidas de forma integral ou parcelada, conforme a estratégia de contratação definida, respeitando o planejamento operacional da SEMOSP e a capacidade de armazenamento e utilização dos materiais. O fornecimento deverá ser compatível com o cronograma de execução das obras e serviços, evitando desabastecimento, excessos de estoque ou perdas de material.



A contratação deverá permitir flexibilidade logística, possibilitando a entrega dos materiais de forma programada, conforme as demandas efetivas da Secretaria, sem prejuízo à continuidade dos serviços públicos essenciais.

Requisitos Logísticos e de Entrega

Os insumos deverão ser entregues nos locais indicados pela SEMOSP, dentro do perímetro urbano ou rural do Município de Ji-Paraná, incluindo canteiros de obras, pátios operacionais, usinas de asfalto ou depósitos municipais, conforme definido no instrumento convocatório.

Os custos de transporte, carga e descarga deverão estar contemplados no preço ofertado, quando aplicável, observando-se as condições de acesso, segurança e manuseio adequado dos materiais, especialmente no caso de materiais asfálticos, que demandam cuidados específicos quanto à temperatura, acondicionamento e tempo de aplicação.

Requisitos de Qualificação do Fornecedor

Os fornecedores deverão comprovar regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme exigido pela legislação vigente, bem como capacidade técnica compatível com o objeto da contratação, demonstrada por meio de atestados de fornecimento de materiais de natureza e complexidade com o item a ser fornecido.

No caso de fornecimento de materiais asfálticos e artefatos estruturais, poderá ser exigida a comprovação de que o fornecedor possui instalações, equipamentos e processos produtivos adequados, capazes de assegurar a qualidade, a padronização e a rastreabilidade dos produtos fornecidos.

Requisitos de Qualidade, Controle e Aceitação

Os materiais fornecidos estarão sujeitos à fiscalização e ao controle de qualidade por parte da SEMOSP, podendo ser rejeitados total ou parcialmente caso não atendam às especificações técnicas, normas aplicáveis ou condições contratuais.

A Administração poderá exigir, sempre que julgar necessário, a apresentação de laudos técnicos, certificados de conformidade, notas técnicas, relatórios de ensaio ou outros documentos que comprovem a qualidade e a adequação dos insumos fornecidos.

Requisitos Ambientais e de Sustentabilidade

A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, sempre que aplicável, priorizando fornecedores que adotem práticas ambientalmente responsáveis, como o uso racional de recursos naturais, o adequado gerenciamento de resíduos sólidos e a conformidade com a legislação ambiental vigente.

No caso de materiais oriundos de jazidas, pedreiras ou unidades produtivas, deverá ser observada a regularidade ambiental do empreendimento, incluindo licenciamento ambiental válido, quando exigido, de modo a mitigar impactos ambientais e assegurar a legalidade da cadeia produtiva.

Requisitos Administrativos e Contratuais

A contratação deverá observar todas as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 1.384/2024 e demais normas correlatas, contemplando cláusulas que assegurem o equilíbrio econômico-financeiro, a adequada gestão e fiscalização contratual, a aplicação de penalidades em caso de inadimplemento e os mecanismos de resolução de conflitos.

Os requisitos ora definidos têm por finalidade garantir que a solução a ser contratada atenda de forma plena, eficiente e segura às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, assegurando a qualidade dos serviços prestados à população e a correta aplicação dos recursos públicos.

CAPÍTULO VI - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR



A seleção do fornecedor será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, na forma de **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, adotando-se como critério de julgamento o **menor preço por item**, em conformidade com o art. 40, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto Municipal nº 1385/2024.

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, prorrogável na forma da legislação vigente, podendo ser utilizada por outros órgãos ou entidades públicas, conforme previsão editalícia.

Para a habilitação das empresas participantes, serão observados os seguintes critérios de qualificação, em conformidade com os arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021:

Habilitação jurídica

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

Registro Comercial, no caso de empresa individual.

Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta no 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do

Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

Certidão Negativa de Ações de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial (Lei nº 11.101/05), expedida pelo distribuidor da sede da licitante, nos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. 3.1.1. Na hipótese de apresentação de certidão positiva de recuperação judicial, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.

Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

Balanço patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, assinados pelo representante legal e pelo contabilista responsável, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

Os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.



As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

A boa situação financeira será medida quando os índices de LG, LC e SG forem superiores a 1, obtidos a partir das seguintes fórmulas:

$(LL+Dp)/P$, onde **LL** é o lucro líquido adquirido pela empresa no final do período. O **Dp** é a depreciação dos bens e **P** são os passivos (dívidas) que a empresa possui a curto e a longo prazo.

Índice de solvência = (lucro líquido + depreciação) ÷ (dívidas de curto prazo + dívidas de longo prazo)

Para todos os índices (ou seja, **liquidez geral LG**, de **liquidez corrente LC** e de **endividamento total ET**), o resultado **maior que um (>1)** indica, a boa situação financeira.

LG = Liquidez Geral

LC = Liquidez Corrente

ET = Endividamento Total

A demonstração dos índices econômicos poderá ocorrer através de declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos exigidos.

Quando qualquer, ou todos, os índices de Liquidez Geral, de Liquidez Corrente e de Solvência Geral, forem iguais ou inferiores a 1, a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido ou capital social não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

O microempreendedor individual (MEI), ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, deverá, para fins licitatórios, apresentar balanço patrimonial (BP) e as demais demonstrações contábeis (DRE), devidamente registradas no órgão competente.

Qualificação Técnica

Para fins de qualificação técnica, considerando que o objeto da presente contratação contempla o fornecimento de insumos oriundos de cadeias produtivas distintas, com diferentes processos produtivos, exigências regulatórias e mercados fornecedores específicos, a comprovação da capacidade técnica do licitante será exigida de forma proporcional, razoável e estritamente vinculada à natureza dos materiais efetivamente ofertados.

A habilitação técnica será analisada por itens, conforme descrito a seguir, exigindo-se do licitante apenas a documentação correspondente ao(s) de itens constantes de sua proposta, nos termos dos arts. 67 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

Grupo I Agregados Minerais e Materiais de Base

No que se refere ao fornecimento de agregados minerais e materiais de base, tais como **areia lavada, britas, pó de brita, brita graduada, pedra rachão e materiais correlatos**, o licitante deverá comprovar aptidão técnica mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência anterior no fornecimento de materiais compatíveis em características técnicas, finalidade e volume com os itens ofertados, com no mínimo 10% (dez por cento) da necessidade, conforme § 1º e § 2º do inciso VI do art. 67 da Lei 14.133/2021.

Caso a empresa seja do ramo comercial somente, ou seja, adquira os materiais de outras empresas responsáveis pela lavra, deverá apresentar na fase de habilitação, documento atestando a origem do material e o vínculo comercial com a empresa detentora do título mineral.



Grupo II Materiais Asfálticos

Para o fornecimento de materiais asfálticos, incluindo **cimento asfáltico de petróleo, emulsões asfálticas, asfaltos diluídos e produtos derivados**, o licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando experiência no fornecimento de materiais asfálticos compatíveis com os itens ofertados, com no mínimo 10% (dez por cento) da necessidade, conforme § 1º e § 2º do inciso VI do art. 67 da Lei 14.133/2021.

Para fins de habilitação, o licitante deverá encaminhar os documentos válidos a seguir descritos:

a) Autorização da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para o exercício da atividade de distribuição de asfaltos, conforme RESOLUÇÃO Nº 933, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023 - DOU DE 09-10-2023, Art. 3º.

Caso a empresa seja do ramo comercial somente, ou seja, adquira os materiais de outras empresas responsáveis pela lavra, deverá apresentar na fase de habilitação, documento atestando a origem do material e o vínculo comercial com a empresa detentora do título mineral.

Quanto ao **Grupo III Cimento e Insumos Cimentícios**, incluindo **cimento Portland ensacado ou a granel**, a qualificação técnica será comprovada por meio de atestado(s) de capacidade técnica que demonstrem experiência no fornecimento de materiais compatíveis com o item, com no mínimo 10% (dez por cento) da necessidade, conforme § 1º e § 2º do inciso VI do art. 67 da Lei 14.133/2021. Nenhum requisito de habilitação adicional será exigido.

No que se refere ao **Grupo IV Artefatos Pré-moldados de Concreto**, compreendendo **meios-fios, tubos de concreto armado, blocos estruturais, bloquetes intertravados e similares**, o licitante deverá comprovar aptidão técnica mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica que demonstrem experiência no fornecimento de produtos de características técnicas equivalentes às exigidas no objeto, considerando resistência mecânica, dimensões e finalidade de uso, com no mínimo 10% (dez por cento) da necessidade, conforme § 1º e § 2º do inciso VI do art. 67 da Lei 14.133/2021. Nenhum requisito de habilitação adicional será exigido.

Em todos os itens, os atestados de capacidade técnica apresentados estarão sujeitos à verificação de autenticidade e à realização de diligências pela Administração. Será admitida a apresentação de mais de um atestado, desde que, em conjunto, comprovem a aptidão técnica necessária para o fornecimento dos materiais ofertados. O licitante deverá apresentar declaração formal de que manterá válidas, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, todas as licenças ambientais, autorizações, registros e certificações exigidos pelos órgãos federais, estaduais e municipais competentes, responsabilizando-se por sua renovação e regularidade.

A qualificação técnica será avaliada de forma proporcional, razoável e estritamente vinculada aos itens ofertados, sendo vedadas exigências excessivas, cumulativas ou dissociadas do objeto, em observância aos princípios da competitividade, da isonomia, da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do interesse público.

CAPÍTULO VII - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Em atendimento ao disposto no art. 6º, inciso XXIII, alínea j da Lei nº 14.133/2021, declara-se que a presente contratação possui **previsão orçamentária específica** e adequada, conforme as normas que regem o planejamento e a execução orçamentária no âmbito da Administração Pública Municipal, através das seguintes fichas orçamentárias.

Ficha nº 831 ([ID 2501064](#))



2 Prefeitura Municipal de Ji-Paraná
02 PODER EXECUTIVO
02 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PUBLICOS 08
020802 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
17 Saneamento
17 512 Saneamento Básico Urbano
17 0009 CONSTRUINDO COM AMOR E RESPEITO 512
17 0009 1021 0000 Constr. Manut. Reforma de Bueiros, Galerias, Drenagem, Calçadas e Urbanização Rios e Igarapés

Ficha nº 815 (ID 2501065)
2 Prefeitura Municipal de Ji-Paraná
02 PODER EXECUTIVO
02 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PUBLICOS 08
020802 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
15 Urbanismo
15 451 Infra-Estrutura Urbana
15 0008 ASFALTA JIPA 451
15 0008 2123 0000 Manutenção e recuperação de vias urbanas

Ficha nº 786 (ID 2501066)
2 Prefeitura Municipal de Ji-Paraná
02 PODER EXECUTIVO
02 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PUBLICOS 08
020802 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
15 Urbanismo
15 451 Infra-Estrutura Urbana
15 0008 ASFALTA JIPA 451
15 0008 1019 0000 Pavimentação, construção, reconstrução e drenagem de vias públicas urbanas

CAPÍTULO VIII - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES

As especificações técnicas e os quantitativos dos materiais permanentes a serem adquiridos, encontram-se devidamente detalhados nas DFD' abaixo elencadas. Bem como na planilha subsequente:

- [Anexo DFD Formalizacao de Demanda-22 de 12/01/2026 \(ID 2335796\).](#)
- [Anexo DFD Formalizacao de Demanda-24 de 12/01/2026 \(ID 2335797\).](#)
- [Anexo DFD Formalizacao de Demanda-47 de 12/01/2026 \(ID 2335798\).](#)
- [Anexo DFD Formalizacao de Demanda-1421 de 12/01/2026 \(ID 2335799\).](#)
- [Anexo DFD Formalizacao de Demanda-1463 de 12/01/2026 \(ID 2335800\).](#)
- [Anexo DFD Formalizacao de Demanda-1729 de 23/03/2026 \(ID 2539104\).](#)

Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Valor Unit	Média da Cotação	Total Estimado
------	---------------	-----	-----	---------	------------	----------	------------	------------------	----------------



1	Pedra de Mão ou Pedra Rachão para Arrimo/ Fundação (Posto Pedreira/ Fornecedor, Sem Frete)	m³	18000	MUNICIPIO DE PARNAIBA / 1 - MUNICIPIO DE PARNAIBA	Portal Nacional de Contratações Públicas	T J CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA	R\$ 225,52	R\$ 222,88	R\$ 4.011.840,00
				MUNICIPIO DE ITURAMA / 2578 - MUNICIPIO DE ITURAMA/MG	Portal Nacional de Contratações Públicas	MB COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 188,00		
				MUNICIPIO DE MARMELOPOLIS / 536 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	BRITERPA COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	R\$ 184,00		
				MUNICIPIO DE PACAEMBU	Bolsa de Licitações e Leilões	SANTA PILAR TRANSPORTES LTDA	R\$ 294,00		
2	Brita 3/4	m³	31200	SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAAE / 031301 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA	Portal Nacional de Contratações Públicas	MATERIAIS DE CONSTRUCAO DO RONI - EIRELI	R\$ 289,99	R\$ 228,02	R\$ 7.114.224,00
				MUNICIPIO DE PARECIS / 120 - MUNICIPIO DE PARECIS/RO	Portal Nacional de Contratações Públicas	E P G OLIVEIRA OLIMAC	R\$ 232,75		
				MUNICIPIO DE BURITI ALEGRE / 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE	Portal Nacional de Contratações Públicas	ODORICO CUSTODIO FILHO LTDA	R\$ 175,00		
				EMASA EMPRESA MUNICIPAL DE AGUAS E SANEAMENTO S A / 000000001 - LICITACOES	Portal Nacional de Contratações Públicas	BARROS ARAGAO COMERCIAL LTDA	R\$ 214,33		
3	Brita 3/8	m³	19200	MUNICIPIO DE VARZEA DA ROCA / 2416 - MUNICIPIO DE VÁRZEA DA ROÇA/BA	Portal Nacional de Contratações Públicas	M&S MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 117,99	R\$ 158,81	R\$ 3.049.152,00
				MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO / 18 - MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO/RO	Portal Nacional de Contratações Públicas	C S J SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA	R\$ 208,78		
				MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO / 18 - MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO/RO	Portal Nacional de Contratações Públicas	TECPLAN - COMERCIO DE AREIA E SEIXO LTDA	R\$ 181,00		
				Prefeitura Municipal de Alvorada	Portal de Compras Publicas	ALMADA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	R\$ 127,45		



4	Brita Graduada	m³	117600	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUAS E SANEAMENTO DE LAGES - SEMASA / CIN589 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUAS E SANEAMENTO DE LAGES - SEMASA	Portal Nacional de Contratações Públicas	LOPES CASA E CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 135,00	R\$ 139,37	R\$ 16.389.912,00
				MUNICIPIO DE NOVA PRATA / 122 - Município de Nova Prata	Portal Nacional de Contratações Públicas	MATT CONSTRUTORA LTDA	R\$ 114,11		
				MUNICIPIO DE NOVO GAMA / 2 - PODER EXECUTIVO	Portal Nacional de Contratações Públicas	NIVELAR ENGENHARIA LTDA	R\$ 169,00		
5	Pó de Brita Malha 5mm	m³	30000	MUNICIPIO DE BLUMENAU / 141 - Prefeitura Municipal de Blumenau	Portal Nacional de Contratações Públicas	TERRAPLENAGEM AGUA VERDE LTDA	R\$ 93,97	R\$ 81,50	R\$ 2.445.000,00
				MUNICIPIO DE BLUMENAU / 141 - Prefeitura Municipal de Blumenau	Portal Nacional de Contratações Públicas	BMB COMERCIO E SERVICOS LTDA	R\$ 85,19		
				MUNICIPIO DE BLUMENAU / 141 - Prefeitura Municipal de Blumenau	Portal Nacional de Contratações Públicas	OURO PRETO MINERACAO LTDA	R\$ 80,33		
				MUNICIPIO DE ICARA / 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARA - SC	Portal Nacional de Contratações Públicas	UGGIONI BRITAGEM LTDA	R\$ 66,50		
6	Cimento Asfáltico de Petróleo a Granel (CAP) 50/70 (incluso transporte da caixa da ANP à Ji-Paraná-RO no local da usinagem)	t	2400	MUNICIPIO DE AGUDO / 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL	Portal Nacional de Contratações Públicas	CONPASUL CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL	R\$ 6.528,03	R\$ 5.479,68	R\$ 13.151.232,00
				MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA / 1402 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	MONTANHA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA-ME	R\$ 4.428,26		
				MUNICIPIO DE ITAMBE / 1327 - MUNICÍPIO DE ITAMBÉ/BA	Portal Nacional de Contratações Públicas	TRIGONO CONSTRUTORA LTDA	R\$ 5.289,47		
				PM DE SÃO VICENTE DO SUL	Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul	SS CONSTRUCOES LTDA	R\$ 6.093,63		
				Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar	Portal de Compras Públicas	BRASQUIMICA PRODUTOS ASFALTICOS LTDA	R\$ 5.059,00		

7	Emulsão Asfáltica - RR- 1C	t	840	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA REGIAO SUL DE MATO GROSSO DO SUL - CONISUL / 20 - CONISUL	Portal Nacional de Contratações Públicas	BETUNEL INDUSTRIA E COMERCIO S/A	R\$ 4.116,67	R\$ 3.246,09	R\$ 2.726.715,60
				MUNICIPIO DE ITAMBE / 1327 - MUNICIPIO DE ITAMBÉ/BA	Portal Nacional de Contratações Públicas	TRIGONO CONSTRUTORA LTDA	R\$ 2.902,00		
				MUNICIPIO DE AIMORES / 682 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	INPAV - INFRAESTRUTURA LTDA	R\$ 3.244,53		
				MUNICIPIO DE BIRIGUI / 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI - SP	Portal Nacional de Contratações Públicas	DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA	R\$ 3.413,04		
				MUNICIPIO DE VITORIA DE SANTO ANTAO / 1 - PREFEITURA DE VITORIA DE SANTO ANTAO	Portal Nacional de Contratações Públicas	BARROS & ARAUJO ENGENHARIA LTDA	R\$ 2.554,20		
8	Emulsão Asfáltica - RR- 2C	t	144	MUNICIPIO DE AIMORES / 682 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	ALFA IMOVEIS CONSTRUcoes LTDA	R\$ 4.653,30	R\$ 4.070,03	R\$ 586.084,32
				MUNICIPIO DE SAO JOSE DO BELMONTE / 2419 - SEINFRA - Secretaria de Infraestrutura	Portal Nacional de Contratações Públicas	CONSTRUTORA GONCALO LTDA	R\$ 3.924,26		
				MUNICIPIO DE UMUARAMA / 76247378000156 - Unidade administrativa	Portal Nacional de Contratações Públicas	CASA DO ASFALTO DISTRIBUIDORA, INDUSTRIA E COMERCIO DE ASFALTO LTDA	R\$ 4.475,00		
				MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO / 1 - MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO	Portal Nacional de Contratações Públicas	EMAM - EMULSOES E TRANSPORTES LTDA	R\$ 3.717,60		
				MUNICIPIO DE ITAJAI / 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAI - SC	Portal Nacional de Contratações Públicas	CBB INDUSTRIA E COMERCIO DE ASFALTOS E ENGENHARIA LTDA	R\$ 3.800,00		
				MUNICIPIO DE BEBEDOURO / 2109 - Bebedouro	Portal Nacional de Contratações Públicas	TRACADO CONSTRUcoes E SERVICOS LTDA	R\$ 3.850,00		

9	Asfalto Diluído de Petróleo CM-30	t	720	MUNICIPIO DE APARECIDA DE GOIANIA / 000000001 - PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIANIA	Portal Nacional de Contratações Públicas	DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA	R\$ 6.379,20	R\$ 5.930,62	R\$ 4.270.046,40
				MUNICIPIO DE GUAPORE / 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL	Portal Nacional de Contratações Públicas	ECOPONTES - SISTEMAS ESTRUTURAIS SUSTENTAVEIS LTDA	R\$ 6.226,70		
				MUNICIPIO DE PAULISTA / 1 - Prefeitura Municipal de Paulista	Portal Nacional de Contratações Públicas	DMTC ENGENHARIA LTDA	R\$ 5.493,82		
				MUNICIPIO DE COTIPORA / 63900 - PM DE COTIPORÃ	Portal Nacional de Contratações Públicas	CONCRESUL ENGENHARIA LTDA	R\$ 5.622,77		
10	Areia lavada média	m³	29100	MUNICIPIO DE DOM VICOSO / 961 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	JGF PARTICIPACOES LTDA	R\$ 109,00	R\$ 126,17	R\$ 3.671.547,00
				MUNICIPIO DE BITURUNA / 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BITURUNA - PR	Portal Nacional de Contratações Públicas	AGRO-MANICA COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA	R\$ 110,00		
				MUNICIPIO DE CHAPECÓ / 1 - Prefeitura Municipal de Chapecó	Portal Nacional de Contratações Públicas	NADALETI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	R\$ 156,00		
				SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO / 495 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	CASA 500 MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	R\$ 80,00		
				MUNICIPIO DE COLNIZA / 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA - MT	Portal Nacional de Contratações Públicas	ROCHA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA	R\$ 134,00		
				MUNICIPIO DE HERVAL D' / 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - SC	Portal Nacional de Contratações Públicas	PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA	R\$ 168,00		
11	Cimento Portland Composto CII - 32 (SACO DE 50KG)	un	22225	MUNICIPIO DE PIRACICABA / 1 - PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PIRACICABA	Portal Nacional de Contratações Públicas	MARFEX LOPES COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA	R\$ 40,30	R\$ 46,09	R\$ 1.024.350,25
				GURUPI- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA / 2000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	Portal Nacional de Contratações Públicas	DEC TRANSPORTES E LOCACOES LTDA	R\$ 51,87		

12	Meio Fio ou Guia de concreto pré-moldada COMP 1 M, *30 X 15* CM (H X L) resistência de 20 MPA	un	233278	MUNICIPIO DE CONSELHEIRO PENA / 36 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	L & R CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 72,75	R\$ 49,10	R\$ 11.453.949,80
				MUNICIPIO DE ESTRELA DALVA / 881 - MUNÍCIPIO DE ESTRELA DALVA/MG	Portal Nacional de Contratações Públicas	INOVA BLOCO LTDA	R\$ 50,00		
				MUNICIPIO DE ACAILANDIA / 1644 - MUNÍCIPIO DE AÇAILÂNDIA/MA	Portal Nacional de Contratações Públicas	X1 EMPREENDIMENTOS EIRELI	R\$ 33,00		
				MUNICIPIO DE MONTE NEGRO / 71 - MUNÍCIPIO DE MONTE NEGRO/RO	Portal Nacional de Contratações Públicas	CONSTRUTUBOS COMERCIO DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	R\$ 45,20		
				MUNICIPIO DE PARNAIBA / 1 - MUNICIPIO DE PARNAIBA	Portal Nacional de Contratações Públicas	T J CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA	R\$ 27,09		
				MUNICIPIO DE ESPERA FELIZ / 2073 - MUNÍCIPIO DE ESPERA FELIZ/MG	Portal Nacional de Contratações Públicas	CONSTRUTORA R B E LUCAS LTDA ME	R\$ 66,58		
13	Bloco De Concreto estrutural 14X19X39 CM, 12MPA (NRB6136)	un	4000	MUNICIPIO DE MARAVILHA / 01 - MUNÍCIPIO DE MARAVILHA	Portal Nacional de Contratações Públicas	MARCELO EDUARDO DEBASTIANI	R\$ 4,50	R\$ 4,54	R\$ 18.160,00
				MUNICIPIO DE AGROLANDIA / 07001 - Sec. de Infraestrutura, Saneamento e Meio Ambiente	Portal Nacional de Contratações Públicas	NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA	R\$ 4,85		
				MUNICIPIO DE SANTA BARBARA D' / 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA D'	Portal Nacional de Contratações Públicas	CENTERMAK	R\$ 4,60		
				MUNICIPIO DE MARAVILHA / 01 - MUNÍCIPIO DE MARAVILHA	Portal Nacional de Contratações Públicas	MARCELO EDUARDO DEBASTIANI	R\$ 4,50		
				MUNICIPIO DE NOVA ODESSA / 967 - Prefeitura Municipal de Nova Odessa	Portal Nacional de Contratações Públicas	ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA	R\$ 4,26		



14	Bloco cerâmico (Alvenaria Vedação), 6 Furos, de 9x14x19CM (L x A x C)	un	2000	MUNICIPIO DE SAO BENTO DO SUL / 05001 - Administração Geral	Portal Nacional de Contratações Públicas	BRUNATTO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	R\$ 0,84	R\$ 1,03	R\$ 2.060,00
				MUNICIPIO DE CAMPO NOVO DE RONDONIA / 78 - MUNICIPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA/RO	Portal Nacional de Contratações Públicas	J R BORGES DOS SANTOS LTDA	R\$ 0,89		
				MUNICIPIO DE VALE DO SOL / 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL	Portal Nacional de Contratações Públicas	J. AREND CONSTRUcoes EPP	R\$ 0,90		
				SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO / 225 - Serviço Autonomo Municipal de Água e Esgoto Terra Rica - PR	Portal Nacional de Contratações Públicas	FONSECA DA SILVA & GASPAROTTO LTDA	R\$ 1,58		
				PM DE VISTA ALEGRE	Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul	ANA MARIA PEROZA LTDA	R\$ 0,95		
15	Bloquete/piso intertravado de concreto - modelo sextavado / hexagonal, *25 X 25* CM = 8cm, resistência de 35MPa, cor natural	un	50000	MUNICIPIO DE MORRO DA FUMACA / 1899 - MUNICIPIO DE MORRO DA FUMAÇA/SC	Portal Nacional de Contratações Públicas	ALMEIDA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	R\$ 5,00	R\$ 3,91	R\$ 195.500,00
				MUNICIPIO DE ITAUCU / 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUCU	Portal Nacional de Contratações Públicas	JOAO VICTOR RIBEIRO ALVES	R\$ 4,18		
				MUNICIPIO DE URUCANIA / 942 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	VAREJÃO BORDONI LTDA	R\$ 3,40		
				PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE	Licitar Digital	AGUIA PRE-MOLDADOS LTDA	R\$ 3,06		
16	TUBO DE CONCRETO ARMADO 0,40M X 1,00M TIPO PA1 - ESPESSURA 4,0 CM; FCK = 15 MPA - ENCAIXE MF	un	720	MUNICIPIO DE SAO ROQUE / 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE	Portal Nacional de Contratações Públicas	JESUS DE MARI ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	R\$ 94,00	R\$ 84,48	R\$ 60.825,60
				MUNICIPIO DE CAMPO LARGO / 11002 - Diretoria de Obras e Conservação	Portal Nacional de Contratações Públicas	TUBOS PALMEIRA LTDA	R\$ 74,95		

17	TUBO DE CONCRETO ARMADO 0,60M X 1,00M TIPO PA1 - ESPESSURA 6,0 CM; FCK = 15 MPA - ENCAIXE MF - ARMADURA CA 60B; MALHA 113	un	1680	MUNICIPIO DE RIO RUFINO / CIN311 - MUNICIPIO DE RIO RUFINO	Portal Nacional de Contratações Públicas	ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TERESA LTDA	R\$ 195,00	R\$ 202,20	R\$ 339.696,00
				MUNICIPIO DE TACIBA / 1497 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	BLOCOPEL - TUBOS E POSTES LTDA	R\$ 239,00		
				MUNICIPIO DE AIMORES / 682 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	SINGULAR CONSTRUÇOES LTDA	R\$ 230,00		
				MUNICIPIO DE AIMORES / 682 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	F. C. DE MOURA FILHO ENGENHARIA LTDA	R\$ 235,00		
				MUNICIPIO DE NOVA IBIA / 2574 - MUNICIPIO DE NOVA IBIÁ/BA	Portal Nacional de Contratações Públicas	C M LEAL PRE MOLDADOS	R\$ 112,00		
18	TUBO DE CONCRETO ARMADO 0,80M X 100M TIPO PA1 - ESPESSURA 8,0 CM; FCK = 15 MPA - ENCAIXE MF - ARMADURA CA 60B; MALHA 113	un	1920	MUNICIPIO DE RIO RUFINO / CIN311 - MUNICIPIO DE RIO RUFINO	Portal Nacional de Contratações Públicas	ARTNOVA INDUSTRIA ARTEFATOS CIMENTO LTDA ME	R\$ 349,00	R\$ 388,50	R\$ 745.920,00
				MUNICIPIO DE TACIBA / 1497 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	BLOCOPEL - TUBOS E POSTES LTDA	R\$ 407,00		
				INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANA - IAPAR-EMATER / 72 - IDR - Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER	Portal Nacional de Contratações Públicas	FARIAS & ROCHER LTDA	R\$ 341,48		
				MUNICIPIO DE AIMORES / 682 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	F. C. DE MOURA FILHO ENGENHARIA LTDA	R\$ 460,00		
				MUNICIPIO DE AIMORES / 682 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	F. C. DE MOURA FILHO ENGENHARIA LTDA	R\$ 385,00		
19	TUBO DE CONCRETO ARMADO 1,00M X 1,00M TIPO PA1 - ESPESSURA 10,0 CM; FCK = 15 MPA - ENCAIXE MF - ARMADURA CA 60 B; MALHA 113	un	1200	SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE IGUATU / 15 - Serviço Autônomo de Água e Esgoto CE	Portal Nacional de Contratações Públicas	J. M. UCHOA JUNIOR & CIA LTDA ME	R\$ 329,25	R\$ 430,19	R\$ 516.228,00
				MUNICIPIO DE PRESIDENTE MEDICI / 36 - MUNICIPIO DE PRESIDENTE MEDICI/RO	Portal Nacional de Contratações Públicas	VENDERMAIS CONSULTORIA LTDA	R\$ 337,00		
				MUNICIPIO DE CODAJAS / 2908 - MUNICIPIO DE CODAJAS/ AM	Portal Nacional de Contratações Públicas	3M SOLUTIONS LTDA	R\$ 620,00		
				MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA	Bolsa de Licitações e Leilões	W2M CONSTRUTORA LTDA	R\$ 434,50		



20	TUBO DE CONCRETO ARMADO 1,20M X 1,00M TIPO PA1 - ESPESSURA 12 CM; FCK = 15 MPA - ENCAIXE MF - ARMADURA CA 60B; MALHA 138	un	1000	SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE IGUATU / 15 - Serviço Autônomo de Água e Esgoto CE	Portal Nacional de Contratações Públicas	J. M. UCHOA JUNIOR & CIA LTDA ME	R\$ 524,72	R\$ 711,50	R\$ 711.500,00
				MUNICIPIO DE RIO RUFINO / CIN311 - MUNICÍPIO DE RIO RUFINO	Portal Nacional de Contratações Públicas	JOSEMIR CADORIN	R\$ 950,80		
				MUNICIPIO DE TACIBA / 1497 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	BLOCOPEL - TUBOS E POSTES LTDA	R\$ 642,00		
				Prefeitura Municipal de Lacerdópolis	Portal de Compras Públicas	Tubos Boesing Ltda	R\$ 680,00		
				PM DE SÃO LUIZ GONZAGA	Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul	INES MATTIAZZI PISONI	R\$ 760,00		
21	TUBO DE CONCRETO ARMADO 1,50M X 1,00M TIPO PA1 - ESPESSURA 14,0 CM; FCK = 15 MPA - ENCAIXE MF - ARMADURA CA 60 B; MALHA 138	un	286	SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE IGUATU / 15 - Serviço Autônomo de Água e Esgoto CE	Portal Nacional de Contratações Públicas	J. M. UCHOA JUNIOR & CIA LTDA ME	R\$ 800,49	R\$ 936,57	R\$ 267.859,02
				MUNICIPIO DE RIO RUFINO / CIN311 - MUNICÍPIO DE RIO RUFINO	Portal Nacional de Contratações Públicas	JOSEMIR CADORIN	R\$ 1.539,90		
				MUNICIPIO DE TACIBA / 1497 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	BLOCOPEL - TUBOS E POSTES LTDA	R\$ 700,00		
				MUNICIPIO DE XAVANTINA / 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC	Portal Nacional de Contratações Públicas	TUBOS NONOHAY LTDA	R\$ 779,00		
				MUNICIPIO DE AIMORES / 682 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	MARIMAR COMERCIO E URBANIZACOES LTDA	R\$ 900,00		
				MUNICIPIO DE AIMORES / 682 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	MARIMAR COMERCIO E URBANIZACOES LTDA	R\$ 900,00		

22	Cimento portland Composto CPII - 32 a granel	kg	200000	MUNICIPIO DE RUBIATABA / 10 - MUNICIPIO DE RUBIATABA	Portal Nacional de Contratações Públicas	B MIX FERRAGISTA LTDA	R\$ 0,61	R\$ 0,67	R\$ 134.000,00
				MUNICIPIO DE COSMOPOLIS / 1290 - Prefeitura Municipal de Cosmopolis	Portal Nacional de Contratações Públicas	TECHNICAL NET COMERCIAL E SERVICOS LTDA	R\$ 0,26		
				FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS / 7 - FMAS URUACU	Portal Nacional de Contratações Públicas	J L MADEIRAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA	R\$ 0,64		
				MUNICIPIO DE FRANCISCO MORATO / 1 - Prefeitura Municipal De Francisco Morato	Portal Nacional de Contratações Públicas	DR SOLUCOES EMPRESARIAIS EIRELI	R\$ 0,65		
				FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO / 1101 - FME FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO	Portal Nacional de Contratações Públicas	A DE S LIMA CARCARA SEGURANCAS	R\$ 1,10		
				MUNICIPIO DE MATRINCHA / 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MATRINCHA	Portal Nacional de Contratações Públicas	CONSTRULIDER MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA	R\$ 0,75		
TOTAL									R\$ 72.885.801,99

Descrições Técnicas

Item	CODIGO	Descrição	
1	78285	Pedra de Mão ou Pedra Rachão para Arrimo/ Fundação (Posto Pedreira/ Fornecedor, Sem Frete)	Granulometria: Geralmente varia entre 37,5 mm e 75 mm (Brita 4) ou até 100 mm a 210 mm (Rachão). Densidade: Apresenta alta densidade, geralmente situada entre 1.700 e 2.100 kg/m³ (pode variar de acordo com a rocha de origem, como gnaiss com 2.600 kg/m³). Formato: Irregular e anguloso, o que facilita o travamento entre as pedras. Características: Elevada durabilidade, alta resistência mecânica e baixa absorção de água.
2	58067	Brita 3/4	Tamanho Nominal: Aproximadamente 19 mm (3/4 de polegada). Faixa Granulométrica: Geralmente varia entre 9,5 mm e 19 mm (muitas vezes classificada dentro da faixa da Brita 1 ou como uma subdivisão específica entre 19mm e 25mm, dependendo da região e fornecedor).
3	58068	Brita 3/8	Granulometria: Varia entre 4,8 mm e 9,5 mm ou 12,5 mm, dependendo da classificação local (frequentemente tratada como 9,52 mm).
4	91847	Brita Graduada	Mistura de pedras britadas com diferentes tamanhos para garantir o travamento (granulometria contínua).
5	69907	Pó de Brita Malha 5mm	É muito utilizado nas usinas de asfalto, para calçamentos com base asfáltica e de concreto para obtenção de textura fina, é usado principalmente em calçadas. Na fabricação de

			pré-moldados e como estabilizador de solo, na confecção de argamassa para assentamento e emboço.
6	79002	Cimento Asfáltico de Petróleo a Granel (CAP) 50/70 (incluso transporte da caixa da ANP á Ji-Paraná-RO no local da usinagem)	líquido viscoso, semissólido ou sólido à temperatura ambiente, apresenta propriedades termoplásticas, tornando-se líquido ao aquecido e quando resfriado volta ao estado original. Obtido através de diversos processos de destilação do petróleo, possui solubilidade de 99% em tricloroetileno. É produzido especialmente para apresentar qualidade e resistência próprias para o uso na construção e manutenção de pavimentos asfálticos, pois além de suas propriedades aglutinantes e impermeabilizantes, possui características de flexibilidade, durabilidade e alta resistência a ação da maioria dos ácidos, sais e bases.
7	69905	Emulsão Asfáltica - RR-1C	A emulsão asfáltica catiônica de ruptura rápida RR-1C é um ligante de baixa viscosidade, ideal para pinturas de ligação e tratamentos superficiais. Composta por min. 60% de resíduo asfáltico, é aplicada a frio ou temperatura amena (22 a 25°C) a, oferecendo alta aderência, secagem rápida e boa penetração em superfícies.
8	5641	Emulsão Asfáltica - RR-2C	A emulsão asfáltica catiônica RR-2C (Ruptura Rápida) é um ligante de alta viscosidade (100-400 ssf a 50°C), composto por 67% mínimo de resíduo asfáltico. Indicada para tratamentos superficiais e selagens, rompe rapidamente em contato com agregados, exigindo aquecimento (aprox. 70°C) para aplicação. Destaca-se pela forte adesividade, essencial para agregados minerais.
9	5642	Asfalto Diluído de Petróleo CM-30	Asfalto diluído de cura média (ADP) indicado para imprimação de bases granulares, apresentando cor preta, estado líquido e alta viscosidade a 60°C. Composto por cimento asfáltico e solventes, é inflamável e aplicado geralmente entre 0,8 e 1,6 m² exigindo clima seco e temperatura.
10	82780	Areia lavada média	Faixa de tamanho: Entre 0,2 mm e 0,6 mm ou, em algumas normas técnicas específicas, entre 1,2 mm e 2,4 mm. Característica: Apresenta grãos uniformes, o que confere boa trabalhabilidade à argamassa.
11	77299	Cimento Portland Composto CPII - 32 (SACO DE 50KG)	cimento portland composto com adição de escória (34%), conforme a norma NBR/ABNT 11578. Ele possui características de resistência a sulfatos, boa trabalhabilidade e boa resistência inicial (acima de 10 MPa).
12	86080	Meio Fio ou Guia de concreto pré-moldada	COMP 1 M, *30 X 15* CM (H X L) resistência de 20 MPA
13	97981	Bloco De Concreto estrutural	14X19X39 CM, 12MPA (NRB6136)
14	77350	Bloco cerâmico (Alvenaria Vedação)	6 Furos, de 9x14x19CM (L x A x C)
15	87185	Bloquete/piso intertravado de concreto	modelo sextavado / hexagonal, *25 X 25* CM = 8cm, resistência de 35MPA, cor natural

16	108582	TUBO DE CONCRETO ARMADO	0,40M X 1,00M TIPO PA1 - ESPESSURA 4,0 CM; FCK = 15 MPA - ENCAIXE MF
17	108583	TUBO DE CONCRETO ARMADO	0,60M X 100M TIPO PA1 - ESPESSURA 6,0 CM; FCK = 15 MPA - ENCAIXE MF - ARMADURA CA 60B; MALHA 113
18	108584	TUBO DE CONCRETO ARMADO	0,80M X 1,00M TIPO PA1 - ESPESSURA 8,0 CM; FCK = 15 MPA - ENCAIXE MF - ARMADURA CA 60B; MALHA 113
19	108585	TUBO DE CONCRETO ARMADO	1,00M X 100M TIPO PA1 - ESPESSURA 10,0 CM; FCK = 15 MPA - ENCAIXE MF - ARMADURA CA 60B; MALHA 113
20	108586	TUBO DE CONCRETO ARMADO	1,20M X 100M TIPO PA1 - ESPESSURA 12 CM; FCK = 15 MPA - ENCAIXE MF - ARMADURA CA 60B; MALHA 138
21	108587	TUBO DE CONCRETO ARMADO	1,50M X 100M TIPO PA1 - ESPESSURA 14,0 CM; FCK = 15 MPA - ENCAIXE MF - ARMADURA CA 60B; MALHA 138
22	100061	Cimento portland Composto CII - 32 a granel	cimento portland composto com adição de escória (34%), conforme a norma NBR/ABNT 11578. Ele possui características de resistência a sulfatos, boa trabalhabilidade e boa resistência inicial (acima de 10 MPa).

CAPÍTULO IX - DO DETALHAMENTO DE CUSTOS

Conforme especificado no [Estudo Técnico 27 de 25/03/2026 \(ID 2549702\)](#) consta levantamento de mercado, sendo que os valores constantes trata-se de estimativa do valor da contratação, onde a pesquisa de preço será realizada pela Controladoria Geral de Preços CGP.

Com base no art. 23, inciso §1º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, no processo licitatório para contratação de serviços em geral, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos parâmetros, **adotados de forma combinada ou não**, sendo eles:

(...)

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data

da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

CAPÍTULO X - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECONHECIMENTO DOS MATERIAIS

O fornecimento dos materiais objeto desta contratação deverá ocorrer de forma sob demanda, conforme as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP e as condições estabelecidas no instrumento contratual, respeitando-se os quantitativos estimados, os prazos de entrega e o



planejamento das frentes de trabalho, de modo a assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais e o adequado atendimento do interesse público.

As entregas deverão ser realizadas nos locais indicados pela Administração, situados no perímetro urbano ou rural do Município de Ji-Paraná/RO, incluindo canteiros de obras, pátios operacionais, depósitos municipais ou outros pontos previamente definidos pela SEMOSP, observadas as condições de acesso, segurança e manuseio adequado dos materiais, sendo de inteira responsabilidade do contratado os custos e riscos relativos ao transporte, carga, descarga e acondicionamento até o efetivo recebimento pela Administração.

Os materiais fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas, normas aplicáveis e padrões de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência, no edital e no contrato, bem como às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, às especificações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes DNIT e, quando aplicável, às normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ANP, devendo ser novos, de primeira qualidade e isentos de defeitos, vícios, impurezas ou qualquer outra condição que comprometa seu desempenho ou durabilidade.

O recebimento dos materiais será realizado em conformidade com o disposto no artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, em duas etapas, consistindo no recebimento provisório, para efeito de verificação da conformidade dos materiais com as especificações contratuais, e no recebimento definitivo, após a comprovação de que os insumos atendem plenamente às exigências técnicas, de qualidade e de quantidade estabelecidas, mediante ateste do fiscal ou gestor do contrato.

Durante o procedimento de recebimento, a Administração poderá proceder à inspeção visual, conferência quantitativa, verificação documental e, quando julgar necessário, à realização de ensaios, testes ou análises laboratoriais, diretamente ou por meio de terceiros, com o objetivo de confirmar a conformidade dos materiais fornecidos, especialmente no caso de materiais asfálticos, artefatos de concreto e insumos estruturais.

Na hipótese de constatação de desconformidade, defeito, divergência de especificação ou qualquer irregularidade nos materiais fornecidos, a Administração poderá rejeitá-los total ou parcialmente, devendo o contratado promover, às suas expensas, a substituição ou complementação dos materiais rejeitados no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando caracterizado o inadimplemento contratual.

O recebimento definitivo não exime o contratado da responsabilidade por vícios ocultos, defeitos de fabricação ou inconformidades que venham a ser constatadas posteriormente, nos termos da legislação vigente, permanecendo a obrigação de sanar eventuais irregularidades identificadas durante a utilização dos materiais, sem ônus adicional para a Administração.

Dessa forma, as condições de fornecimento e de recebimento dos materiais foram estabelecidas de modo a assegurar a qualidade dos insumos, a regularidade do abastecimento, a segurança das obras públicas e a adequada aplicação dos recursos públicos, em observância aos princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público.

CAPÍTULO XI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, instalação, impostos, taxas, encargos, royalties, seguros, fretes carrego e descarrego decorrentes do fornecimento dos produtos, sem qualquer ônus para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de Ji-Paraná.

Fornecer os insumos solicitado(s), na quantidade definida no(s) pedido(s) a ser(em) emitido(s) pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos pelos preços registrados e nas condições contidas no Termo de Referência, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços.

Assumir, como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes, necessários à boa e perfeita execução do objeto desta Ata, cumprindo durante sua validade todas as leis e posturas federais, estaduais e



municipais pertinentes e em vigor, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

Manter, durante todo o período de vigência da ATA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, comprovando-as a qualquer tempo, mediante solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

Não transferir, no todo ou em parte, o objeto da Ata sem prévia e expressa autorização da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

Executar fielmente as condições de fornecimento objeto da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS na mais perfeita conformidade com o estabelecido, comunicando imediatamente a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, por escrito, a ocorrência de qualquer fato impeditivo ou relevante à execução das obrigações dela resultantes, sem prejuízo de prévia comunicação verbal dos fatos, caso a situação exija imediata providência por parte daquela;

Providenciar a atualização imediata dos números de telefone e fax, bem como o endereço de *e-mail* sempre que houver alterações destes;

Indicar no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, um novo preposto (nome, RG e CPF), por escrito, nas ocasiões em que houver a substituição daquele indicado na Proposta Definitiva de Preços;

Comprovar, a cada fatura emitida, a Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Certidão Negativa Conjunta da Receita Federal e Dívida Ativa da União (FEDERAL), Certidão Negativa da Receita Estadual (SEFIN), Certidão Negativa Municipal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT);

Responsabilizar-se por danos pessoais e/ou prejuízos causados diretamente por seus funcionários aos equipamentos, instalações gerais e patrimônio da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, inclusive danos materiais e pessoais a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, apurados após regular processo administrativo.

Substituir às suas expensas, todo e qualquer produto entregue em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu uso dentro do período de garantia.

A inobservância ao exposto no item anterior implicará o não pagamento à contratada, até a sua regularização;

Em caso de extravio do produto antes de sua recepção pela contratante, a contratada deverá arcar com todas as despesas;

Em todo caso de devolução ou extravio dos bens, a contratada será responsável pelo pagamento, fretes, carretos, seguros e tributos, se ocorrerem;

A contratada deverá comunicar à contratante no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecedem o prazo de vencimento da entrega, os motivos que venham a impossibilitar o seu cumprimento;

A contratada deverá reparar corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o produto em que se verifique qualquer dano em decorrência do transporte, bem como, providenciar a substituição do mesmo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos;

Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução desta aquisição.

Os insumos devem estar acompanhados, ainda, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.



CAPÍTULO XII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Requisitar a entrega do(s) produtos(s), conforme sua necessidade e exigir da empresa CONTRATADA o fiel cumprimento dos deveres e obrigações mencionados neste Termo de Referência;

Promover o acompanhamento e a fiscalização das entregas, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

Efetuar o pagamento à empresa de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência;

Aplicar as penalidades descritas neste Termo de Referência, em caso de inexecução de qualquer obrigação constante da Ata ou do Termo de Referência;

Visando atender ao disposto na legislação aplicável, os fabricantes e fornecedores deverão priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.

Os licitantes devem oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Além disso, devem cumprir, no que couber, as exigências:

Da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos PNRS;

Do art. 6º da Instrução Normativa MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que estabelece as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços;

Destinar local e condições apropriados para depósito e guarda dos materiais permanente, a serem fornecidos pela CONTRATADA, facultando, após identificação pessoal dos entregadores, acesso ao local sempre que necessário;

Promover o acompanhamento e a fiscalização das entregas, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

Verificar se durante a vigência da ata estão sendo mantidas todas as exigências, condições de habilitação e qualificação contratadas;

Oferecer à CONTRATADA, informações indispensáveis à efetivação dos serviços.

Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável da Contratada;

Comunicar oficialmente à Contratada, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

CAPÍTULO XIII - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A Ata de Registro de Preços não obriga a Administração à contratação imediata ou à aquisição integral dos quantitativos registrados, constituindo-se em instrumento que confere expectativa de fornecimento ao fornecedor registrado, ficando as contratações condicionadas à efetiva necessidade da Administração, à disponibilidade orçamentária e à conveniência administrativa, respeitados os limites e condições estabelecidos na ata.

A execução do objeto ocorrerá mediante a emissão de ordens de fornecimento, notas de empenho, autorizações de fornecimento ou instrumentos equivalentes, emitidos pela SEMOSP ou por outro órgão



participante ou aderente, conforme o caso, nos quais serão especificados os materiais a serem fornecidos, os quantitativos, os locais de entrega e os prazos correspondentes, observadas as condições registradas na Ata de Registro de Preços.

Os materiais deverão ser fornecidos de forma parcelada ou sob demanda, de acordo com as necessidades operacionais da Administração, assegurando-se o abastecimento contínuo das frentes de trabalho.

Juntamente com solicitação de liberação do saldo de ata, será apresentado plano de execução contendo a justificativa da liberação, contendo os locais de aplicação, bem como os quantitativos necessários para realização da determinada obra.

Compete ao fornecedor registrado assegurar que os materiais fornecidos atendam integralmente às especificações técnicas, normas aplicáveis e padrões de qualidade definidos neste Termo de Referência, no edital e na Ata de Registro de Preços, observando-se, quando aplicável, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, as especificações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes DNIT e as normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ANP.

O fornecedor registrado será integralmente responsável pela logística de transporte, carga, descarga e acondicionamento dos materiais até os locais indicados pela Administração, assumindo todos os riscos e custos decorrentes dessas atividades, até o efetivo recebimento dos insumos pela SEMOSP, observado o procedimento de recebimento previsto na legislação vigente.

A Administração exercerá o acompanhamento e a fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços e das aquisições dela decorrentes por meio de servidores formalmente designados, competindo-lhes verificar a conformidade das entregas, registrar ocorrências, comunicar irregularidades e adotar as providências administrativas cabíveis, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, aplicado subsidiariamente às atas de registro de preços.

Na hipótese de descumprimento das condições registradas, atraso no fornecimento, entrega de materiais em desconformidade ou inexecução total ou parcial das ordens de fornecimento, o fornecedor registrado ficará sujeito às sanções previstas no edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável, sem prejuízo da obrigação de sanar as irregularidades e de reparar eventuais danos causados à Administração.

O modelo de execução ora estabelecido assegura flexibilidade administrativa, previsibilidade de preços, continuidade do abastecimento, controle da qualidade dos insumos e eficiência na aplicação dos recursos públicos, mostrando-se adequado à natureza contínua da demanda e ao interesse público que fundamenta a presente contratação.

CAPÍTULO XIV - DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão da Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento licitatório será exercida pela Administração Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, na qualidade de órgão demandante e usuário principal da ata, observadas as disposições contidas nos artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, e nas demais normas regulamentares aplicáveis, bem como as condições estabelecidas no edital e na respectiva Ata de Registro de Preços.

A Administração deverá designar formalmente gestor ou gestores da Ata de Registro de Preços, bem como fiscais responsáveis pelo acompanhamento das aquisições dela decorrentes, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, aplicado de forma subsidiária, competindo a esses agentes públicos atuar de maneira coordenada, técnica e diligente, com vistas a assegurar a correta utilização da ata, a observância das condições registradas e o atendimento efetivo das necessidades da Administração.



Compete ao gestor da Ata de Registro de Preços o controle global da sua vigência, incluindo o acompanhamento dos prazos, dos quantitativos registrados e dos saldos disponíveis por item, de modo a garantir que as solicitações de fornecimento observem os limites estabelecidos, evitando extrapolações indevidas ou aquisições incompatíveis com o planejamento institucional e com a disponibilidade orçamentária e financeira.

A gestão da ata abrangerá, ainda, o acompanhamento das ordens de fornecimento, notas de empenho ou instrumentos equivalentes emitidos com base nos preços registrados, cabendo ao gestor verificar a conformidade dessas solicitações com as condições pactuadas, bem como promover o adequado registro das aquisições realizadas, assegurando a rastreabilidade, a transparência e o controle administrativo dos atos praticados.

No âmbito da execução das aquisições, os fiscais designados serão responsáveis pelo acompanhamento direto do fornecimento dos materiais, competindo-lhes verificar a conformidade dos insumos entregues quanto às especificações técnicas, padrões de qualidade, quantitativos e prazos estabelecidos no Termo de Referência, no edital e na Ata de Registro de Preços, bem como proceder ao recebimento provisório e definitivo, nos termos do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando formalmente as ocorrências verificadas durante o recebimento.

A gestão da Ata de Registro de Preços deverá assegurar a adequada comunicação e interlocução com os fornecedores registrados, cabendo ao gestor e aos fiscais esclarecer dúvidas, formalizar solicitações, comunicar eventuais não conformidades, atrasos ou descumprimentos das condições registradas, bem como instruir os procedimentos administrativos necessários à aplicação de sanções, quando caracterizada a inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.

Na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes que impactem a execução das aquisições, tais como variações significativas de mercado, dificuldades logísticas ou situações excepcionais devidamente justificadas, caberá à gestão da ata avaliar a necessidade de adoção das medidas administrativas cabíveis, incluindo eventual revisão, reajuste ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados, desde que observados os requisitos legais, a demonstração da ocorrência do fato gerador e a formalização do respectivo processo administrativo.

A gestão da Ata de Registro de Preços deverá, ainda, zelar pela observância dos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, promovendo a utilização racional da ata, de modo a evitar aquisições desnecessárias, desperdícios de materiais ou formação excessiva de estoques, alinhando as solicitações de fornecimento às demandas efetivas das frentes de trabalho da SEMOSP.

Ressalta-se que a Ata de Registro de Preços não gera obrigação de contratação para a Administração, constituindo-se em instrumento de planejamento e de gestão de compras, cabendo ao gestor da ata assegurar que sua utilização ocorra de forma motivada, fundamentada e compatível com as necessidades públicas, sem prejuízo da autonomia administrativa e da conveniência da Administração Municipal.

O modelo de gestão ora estabelecido tem por finalidade assegurar elevado grau de controle administrativo, transparência, segurança jurídica e eficiência na utilização da Ata de Registro de Preços, contribuindo para a correta aplicação dos recursos públicos, a continuidade dos serviços públicos essenciais e o adequado atendimento das demandas relacionadas à infraestrutura urbana e rural do Município de Ji-Paraná.

CAPÍTULO XV - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO



O controle e a fiscalização da execução das aquisições decorrentes da Ata de Registro de Preços serão exercidos pela Administração Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, com fundamento no artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, aplicado de forma subsidiária, e nas disposições constantes do edital, do Termo de Referência e da respectiva Ata de Registro de Preços.

A Administração designará formalmente servidor ou servidores para o exercício das funções de fiscalização técnica e administrativa, aos quais competirá acompanhar, controlar e verificar a execução das ordens de fornecimento emitidas com base nos preços registrados, assegurando que os materiais fornecidos atendam às especificações técnicas, aos padrões de qualidade, aos quantitativos e aos prazos estabelecidos.

A fiscalização abrangerá todas as etapas do fornecimento, incluindo o acompanhamento das solicitações, a conferência documental, o controle dos prazos de entrega, a verificação das condições de transporte, carga, descarga e acondicionamento dos materiais, bem como a inspeção dos insumos no momento do recebimento, de modo a garantir sua conformidade com as normas técnicas aplicáveis e com as condições pactuadas.

Compete aos fiscais proceder ao recebimento provisório e definitivo dos materiais, nos termos do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, podendo, sempre que julgar necessário, solicitar a apresentação de laudos técnicos, certificados de conformidade, fichas técnicas ou outros documentos que comprovem a qualidade e a adequação dos insumos fornecidos, especialmente no caso de materiais asfálticos, artefatos de concreto e insumos estruturais.

No exercício da fiscalização, os servidores designados deverão registrar formalmente todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução das aquisições, incluindo atrasos, fornecimento em desconformidade, recusas de recebimento, substituições realizadas, reincidências de falhas ou qualquer outro fato que possa impactar o cumprimento das condições registradas, de modo a subsidiar a adoção das medidas administrativas cabíveis.

Na hipótese de identificação de irregularidades, inconformidades ou inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor registrado, a fiscalização deverá comunicar imediatamente o gestor da Ata de Registro de Preços, para que sejam adotadas as providências necessárias, incluindo a notificação do fornecedor, a concessão de prazo para saneamento, quando cabível, ou a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções previstas no edital, na ata e na legislação vigente.

O controle da execução deverá observar, ainda, os aspectos relacionados à economicidade, à eficiência e ao interesse público, cabendo à fiscalização verificar a compatibilidade das aquisições com as necessidades efetivas da SEMOSP, a adequação dos quantitativos solicitados e o correto aproveitamento dos materiais fornecidos, evitando desperdícios, aquisições desnecessárias ou uso inadequado dos insumos.

A atuação da fiscalização não exime o fornecedor registrado de suas responsabilidades legais, contratuais e técnicas, nem afasta sua obrigação de reparar, substituir ou corrigir, às suas expensas, os materiais que apresentem defeitos, vícios, inconformidades ou que não atendam às especificações estabelecidas, ainda que tais falhas sejam constatadas após o recebimento definitivo.

O modelo de controle e fiscalização ora estabelecido tem por finalidade assegurar a observância das condições registradas, a qualidade dos materiais fornecidos, a regularidade das aquisições e a adequada aplicação dos recursos públicos, contribuindo para a eficiência da gestão da Ata de Registro de Preços e para a continuidade dos serviços públicos essenciais sob responsabilidade do Município de Ji-Paraná.

CAPÍTULO XVI - DA GARANTIA

Em razão da natureza do objeto, consistente no fornecimento de materiais por meio de Ata de Registro de Preços, e considerando que a ata não gera obrigação de contratação para a Administração, não será exigida prestação de garantia para a sua formalização, nos termos do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, ressalvada a possibilidade de exigência específica quando da emissão de ordens de fornecimento ou instrumentos equivalentes, desde que devidamente justificada e prevista no edital.



Sem prejuízo da dispensa de garantia para a Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado permanecerá integralmente responsável pela qualidade, conformidade e desempenho dos materiais fornecidos, respondendo por vícios, defeitos, inconformidades ou qualquer outra irregularidade que comprometa a adequação dos insumos às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, no edital e na própria ata, nos termos da legislação aplicável.

A eventual exigência de garantia nas aquisições decorrentes da Ata de Registro de Preços, quando adotada, observará os limites, as modalidades e as condições previstas na Lei nº 14.133/2021, devendo ser proporcional à natureza da obrigação assumida e restrita às ordens de fornecimento efetivamente formalizadas, não se aplicando de forma automática ou generalizada a toda a vigência da ata.

Independentemente da exigência de garantia, a Administração poderá adotar as medidas administrativas cabíveis para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor registrado, incluindo a aplicação de sanções, a retenção de valores, a exigência de substituição dos materiais fornecidos em desconformidade e a reparação de eventuais danos causados, observados o contraditório e a ampla defesa.

Dessa forma, a disciplina da garantia ora estabelecida mostra-se compatível com a natureza jurídica da Ata de Registro de Preços, preservando a competitividade do certame, a eficiência administrativa e a segurança jurídica, sem prejuízo da proteção do interesse público e da adequada execução das aquisições realizadas pelo Município de Ji-Paraná.

CAPÍTULO XVII - DA FORMALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

A vigência da ata será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP e Diário Oficial do Município, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos, nos termos do art. 22 do Decreto Federal n. 11.462/2023 c/c art. 12, §1º do Decreto Municipal n. 1385/2024. Além disso, considerando a previsão de prorrogação da ata de registro de preços, necessário constar expressamente que com a prorrogação da avença, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas;

Homologado o resultado da licitação, Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para que assinem a Ata de Registro de Preços que, após cumprimento dos requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento ou execução a qualquer instante, nas condições nela estabelecidas.

A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar documentação exigida neste Termo de Referência e no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento, no Edital e no contrato e das demais cominações legais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município.

A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador.

Caberá à detentora da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

De acordo com o Decreto Municipal n. 1385, art. 26: Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor



ou prestador beneficiário da ata. § 1º As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o caput deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

Após a autorização do Município de Ji-Paraná, o Órgão Não Participante ou carona deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de Licitação do Pregão Eletrônico e seus anexos.

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação e seus anexos, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

A ata de registro de preços deverá ser assinada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, por meio de assinatura digital, pelo link [Portal de Serviços \(ji-parana.ro.gov.br\)](http://Portal de Serviços (ji-parana.ro.gov.br)), o qual será disponibilizado via e-mail pelo Setor de Registro de Preços, tão logo sua elaboração.



O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada justificativa dentro do prazo e que seja aceita pelo Órgão Gerenciador.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CAPÍTULO XVII - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea d do inciso II do Art. 124 da Lei nº 14.133/21.

O reajuste será baseado no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), com periodicidade anual, conforme a legislação vigente. O uso do IPCA como índice de reajuste contratual se justifica por sua ampla aceitação como um dos principais indicadores de inflação no Brasil.

Essa escolha é estratégica para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato ao longo do tempo, ajustando os valores contratuais de acordo com a variação dos custos gerais da economia. O IPCA reflete oscilações importantes em itens que impactam diretamente nos custos operacionais e na prestação dos serviços contratados, como combustíveis, mão de obra, materiais e insumos diversos.

Além disso, o uso de um índice oficial e amplamente aceito proporciona segurança jurídica tanto para a contratante quanto para a contratada, uma vez que assegura que os reajustes sejam realizados com base em um critério objetivo e transparente, alinhado à política econômica do país.

CAPÍTULO XIX - DO REAJUSTE

O artigo 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021 trata da definição da data-base para a contagem da periodicidade anual do reajuste nos contratos administrativos. Segundo esse dispositivo, a data-base para o reajuste deve ser a data do orçamento, ou seja, a data em que o orçamento foi elaborado ou aprovado. Isso significa que o cálculo do reajuste anual deve considerar essa data como marco de referência, garantindo maior previsibilidade e uniformidade na aplicação dos reajustes ao longo do contrato. Essa orientação ajuda a alinhar os reajustes às condições econômicas e financeiras inicialmente previstas na elaboração do orçamento, promovendo maior transparência e controle na gestão dos contratos públicos.

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, conforme orienta a Lei Federal nº. 14.133/21, art. 124.



Considerando que no passado, em contratações da mesma natureza foram solicitados reequilíbrios e o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia entendeu pela ilegalidade dos reequilíbrios que foram concedidos em razão da ausência de planilhas de composição dos custos.

Considerando o atual período de incerteza e instabilidade internacional pública, em que o Estreito de Ormuz (local responsável pelo escoamento de cerca de 20% do petróleo mundial) atualmente está fechado em razão da Guerra do Irã, o que acaba por encarecer o preço do barril de petróleo, gerando assim um efeito rebote no preço da gasolina e consequentemente aumento nas despesas e encarecimento no valor dos insumos.

Assim, percebe-se o aumento da possibilidade da incidência da alínea d, do inciso II do art. 124 da Lei 14.133/2021, que diz:

Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II - por acordo entre as partes:

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

Situação que, em sendo essa a justificativa do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá comprovar a variação do preço, junto do órgão regulador oficial do preço do petróleo, a Agência Nacional do Petróleo de Biocombustíveis (ANP), bem como deverá explicitar o que foi alterado na cadeia de produção e entrega do item que está ofertando, nos modelos do [Anexo Modelo planilha de composição de custos de 23/03/2026 \(ID 2539606\)](#).

CAPÍTULO XX - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

A alteração subjetiva do contrato somente será admitida nas hipóteses expressamente previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no art. 89, e mediante prévia e expressa autorização da Administração, desde que não haja prejuízo à execução do objeto, à competitividade, à economicidade, ao interesse público e à segurança jurídica do contrato.

A contratada não poderá transferir ou ceder, total ou parcialmente, as obrigações contratuais, tampouco realizar cessão de posição contratual, salvo quando previamente autorizada pela Administração e desde que comprovado que a empresa sucessora atende integralmente às condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e econômico-financeira exigidas no processo licitatório. A cessão somente será admitida quando não resultar alteração das condições originalmente estabelecidas no certame.

Nas hipóteses de fusão, cisão, incorporação ou transformação societária da contratada, a alteração subjetiva poderá ser aceita desde que a nova pessoa jurídica resultante apresente capacidade técnica, operacional e econômico-financeira equivalente ou superior à originalmente contratada, apresente documentação comprobatória atualizada e demonstre aptidão plena para prosseguir com a execução do objeto, sem prejuízo da continuidade dos serviços.

A Administração poderá, a seu critério, realizar diligências para verificar a qualificação da empresa sucessora, incluindo análise documental, avaliação de capacidade operacional, visita técnica e consulta a órgãos de controle, sendo vedada a continuidade contratual caso identificada perda de capacidade técnica ou financeira, inconsistência documental ou risco relevante à execução contratual.

A alteração subjetiva não implicará em qualquer modificação das condições pactuadas, das responsabilidades contratuais ou dos critérios de fiscalização e controle, permanecendo integralmente válidas todas as cláusulas



previstas no contrato. A sucessora deverá assumir integralmente as obrigações, responsabilidades, garantias, penalidades e ônus assumidos pela contratada original, sem qualquer prejuízo à Administração.

A Administração reserva-se o direito de não aceitar a alteração subjetiva quando esta implicar risco à continuidade dos serviços, prejuízo à execução contratual, comprometimento da economicidade, afronta aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e competitividade, ou quando verificada alteração societária destinada a mascarar incapacidade técnica ou fiscal da contratada original.

A alteração subjetiva, quando admitida, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo devidamente motivado e instruído com documentos comprobatórios, assegurando plena transparência, regularidade administrativa e rastreabilidade para fins de auditoria interna e externa.

CAPÍTULO XXI - SUBCONTRATAÇÃO

Em razão da natureza do objeto, consistente no fornecimento de materiais por meio de Ata de Registro de Preços, a subcontratação não será admitida, uma vez que a responsabilidade pelo fornecimento, pela qualidade, pela conformidade técnica e pelo cumprimento das condições registradas recai integralmente sobre o fornecedor registrado, nos termos do edital, do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços.

A vedação à subcontratação visa assegurar o efetivo controle administrativo, a rastreabilidade da origem dos materiais, a padronização da qualidade dos insumos fornecidos e a preservação da competitividade e da isonomia do certame, evitando a transferência indevida de responsabilidades a terceiros não submetidos às condições de habilitação e seleção previstas no procedimento licitatório.

O fornecedor registrado deverá executar diretamente todas as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços e das ordens de fornecimento emitidas, não sendo admitida, sob qualquer forma, a terceirização, cessão, transferência ou subcontratação do objeto, total ou parcialmente, ainda que de forma eventual, sem prejuízo da utilização de meios próprios de logística, transporte ou apoio operacional, desde que não caracterizada subcontratação do fornecimento em si.

A eventual constatação de subcontratação irregular caracterizará descumprimento das condições estabelecidas, sujeitando o fornecedor registrado às sanções previstas no edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável, sem prejuízo da rescisão das aquisições decorrentes, quando cabível, e da adoção das demais medidas administrativas necessárias à proteção do interesse público.

A disciplina ora estabelecida encontra respaldo nos princípios da legalidade, eficiência, segurança jurídica e interesse público, mostrando-se compatível com a natureza do objeto e com a finalidade da Ata de Registro de Preços como instrumento de gestão eficiente das aquisições públicas do Município de Ji-Paraná.

CAPÍTULO XXII - RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A execução das obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços deverá observar, de forma integral, os princípios do desenvolvimento sustentável, da responsabilidade socioambiental e da função social das contratações públicas, nos termos do artigo 5º e do artigo 11 da Lei nº 14.133/2021, bem como a legislação ambiental, trabalhista, sanitária e de segurança do trabalho vigente.

O fornecedor registrado deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais decorrentes do fornecimento, do transporte, do armazenamento e da destinação dos materiais, comprometendo-se a utilizar, sempre que possível, processos e insumos que reduzam a geração de resíduos, o consumo excessivo de recursos naturais e a emissão de poluentes, sem prejuízo da qualidade e da conformidade técnica dos produtos fornecidos.

Caberá ao fornecedor observar rigorosamente as normas ambientais aplicáveis à extração, produção, beneficiamento e comercialização dos materiais fornecidos, incluindo, quando pertinente, a comprovação de regularidade ambiental junto aos órgãos competentes, licenças, autorizações e registros exigidos, especialmente no que se refere a materiais de origem mineral, insumos asfálticos e artefatos de concreto.



No âmbito da responsabilidade social, o fornecedor registrado deverá cumprir integralmente a legislação trabalhista e previdenciária, garantindo condições dignas de trabalho, observância das normas de saúde e segurança ocupacional e vedação de práticas como trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo ou qualquer forma de discriminação, em consonância com os princípios constitucionais e com as diretrizes de direitos humanos.

A Administração poderá, a qualquer tempo, no exercício do poder de fiscalização, solicitar documentos, informações ou evidências que comprovem a adoção das práticas socioambientais previstas neste Termo de Referência, bem como a regularidade do fornecedor perante os órgãos ambientais e trabalhistas, sem que isso implique ônus adicional para a Administração.

O descumprimento das obrigações socioambientais estabelecidas poderá ensejar a adoção das medidas administrativas cabíveis, incluindo a aplicação de sanções previstas no edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação vigente, sem prejuízo da responsabilização civil, administrativa e ambiental do fornecedor, quando aplicável.

A observância das diretrizes de responsabilidade socioambiental ora estabelecidas contribui para a promoção de contratações públicas sustentáveis, para a proteção do meio ambiente, para a valorização do trabalho humano e para o atendimento do interesse público, em consonância com os objetivos estratégicos do Município de Ji-Paraná.

CAPÍTULO XXIII - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A análise da estratégia de contratação considerou a possibilidade e a conveniência do parcelamento do objeto, em conformidade com os princípios da competitividade, isonomia, economicidade e eficiência, previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 1.384/2024, bem como com as boas práticas de planejamento das contratações públicas.

Fundamentação Legal e Técnica do Parcelamento

O parcelamento da contratação constitui diretriz recomendada sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajosa, na medida em que amplia a participação de fornecedores, reduz barreiras de entrada, evita a concentração de mercado e possibilita à Administração obter melhores condições comerciais.

No caso em análise, o objeto compreende o fornecimento de diversos insumos utilizados em obras e serviços de infraestrutura urbana e rural, os quais, embora empregados de forma integrada nas frentes de trabalho, possuem naturezas distintas, cadeias produtivas específicas e mercados fornecedores diferenciados, o que permite sua divisão racional sem prejuízo à execução dos serviços.

Viabilidade Técnica do Parcelamento

Sob o aspecto técnico, os insumos podem ser organizados em lotes ou grupos homogêneos, tais como:

- Agregados minerais;
- Materiais asfálticos;
- Insumos cimentícios;
- Artefatos pré-moldados de concreto e materiais para drenagem;
- Materiais para pavimentação intertravada e alvenaria.

Porém, em que pese essa segmentação respeite a especialização dos fornecedores, possibilitando que empresas com capacidade técnica específica participem apenas dos lotes compatíveis com seu ramo de



atuação, no momento, faz-se necessário a licitação realizada por item, sem comprometer a qualidade, objetivando a padronização ou a compatibilidade dos materiais utilizados nas obras públicas.

Ampliação da Competitividade e do Acesso ao Mercado

O parcelamento favorece a participação de empresas de pequeno e médio porte, inclusive fornecedores locais e regionais, que muitas vezes não possuem capacidade logística ou financeira para atender a um objeto consolidado de grande vulto, mas são plenamente aptos a fornecer parte dos insumos demandados.

Essa estratégia contribui para o fortalecimento do mercado local, amplia a concorrência, reduz o risco de deserto ou fracasso do certame e estimula a obtenção de preços mais competitivos, em benefício da Administração Pública.

Aspectos Econômicos e Operacionais

Do ponto de vista econômico, o parcelamento permite à Administração comparar preços por grupos de materiais, identificar oportunidades de maior vantagem e evitar a incorporação de custos indiretos desnecessários decorrentes da consolidação excessiva do objeto.

Sob o aspecto operacional, a divisão por item possibilita maior precisão no gerenciamento do fornecimento, permitindo ajustes conforme a demanda efetiva, a sazonalidade das obras e a disponibilidade dos materiais, sem comprometer a continuidade dos serviços públicos.

Gestão Contratual e Mitigação de Riscos

Embora o parcelamento implique a gestão de múltiplos contratos ou instrumentos, tal complexidade é mitigada pela padronização das especificações técnicas, pela adoção de procedimentos claros de fiscalização e pela experiência da SEMOSP na gestão simultânea de contratos de fornecimento.

Adicionalmente, a divisão do objeto reduz o risco de desabastecimento total, uma vez que eventual inadimplemento de um fornecedor não compromete integralmente o fornecimento dos demais insumos, aumentando a resiliência operacional da Administração.

Considerações Finais

Diante do exposto, conclui-se que o parcelamento da contratação mostra-se técnica e economicamente viável, adequado à natureza do objeto e alinhado aos princípios da eficiência, competitividade, isonomia e interesse público.

A definição final da estrutura de parcelamento, bem como dos critérios de julgamento e execução, será detalhada no instrumento convocatório, observando-se a divisão por itens, a compatibilidade técnica dos insumos e a busca contínua pela melhor relação custo-benefício para o Município de Ji-Paraná.

CAPÍTULO XXIV - DA VIGÊNCIA

A vigência da ata será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP e Diário Oficial do Município, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos, nos termos do art. 22 do Decreto Federal n. 11.462/2023 c/c art. 12, §1º do Decreto Municipal n. 1385/2024. Além disso, considerando a previsão de prorrogação da ata de registro de preços, necessário constar expressamente que com a prorrogação da avença, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas;

Os contratos derivados de ata poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, conforme previsto no At. 107 da Lei federal 14.133/2021.

CAPÍTULO XXV - DO PAGAMENTO

O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos será realizado pela Administração somente após a execução das aquisições decorrentes da Ata de Registro de Preços, mediante a emissão de ordem de



fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente, observadas a regularidade da execução, a conformidade dos materiais entregues e a disponibilidade orçamentária e financeira.

O pagamento ficará condicionado ao recebimento definitivo dos materiais pela Administração, após verificação da conformidade quanto às especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços e na respectiva ordem de fornecimento, bem como à apresentação da documentação fiscal hábil e regular pelo fornecedor registrado.

As notas fiscais deverão ser emitidas em conformidade com os dados da Administração, contendo a descrição detalhada dos materiais fornecidos, os quantitativos, os valores unitários e totais, o número da Ata de Registro de Preços, da nota de empenho ou do instrumento equivalente, bem como demais informações exigidas pela legislação tributária vigente.

O pagamento será efetuado no prazo estabelecido no edital e na Ata de Registro de Preços, contado a partir da data do atesto da nota fiscal pelo fiscal responsável, desde que não haja pendências quanto à execução do fornecimento ou à regularidade da documentação apresentada.

Na hipótese de ocorrência de irregularidades no fornecimento dos materiais ou inconsistências na documentação fiscal apresentada, o prazo para pagamento será suspenso até a completa regularização das pendências, sem que isso gere direito a atualização monetária, juros ou quaisquer outros acréscimos em favor do fornecedor registrado.

Os pagamentos serão realizados pelos valores efetivamente fornecidos e aceitos pela Administração, de acordo com os preços registrados na Ata de Registro de Preços, vedada a antecipação de pagamento, salvo nas hipóteses expressamente previstas na legislação vigente e desde que devidamente justificadas e autorizadas pela autoridade competente.

O pagamento não exime o fornecedor registrado das responsabilidades assumidas, nem prejudica a aplicação de penalidades, retenções ou compensações previstas no edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável, quando caracterizado o descumprimento das obrigações pactuadas.

A disciplina do pagamento ora estabelecida observa os princípios da legalidade, transparência, eficiência e segurança jurídica, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos e a adequada execução das aquisições realizadas pelo Município de Ji-Paraná.

CAPÍTULO XXVI - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e a fiscalização da Ata de Registro de Preços e das aquisições dela decorrentes serão exercidas pela Administração Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, observadas as disposições constantes do edital, do Termo de Referência e da respectiva Ata de Registro de Preços.

A Administração designará formalmente gestor ou gestores da Ata de Registro de Preços, bem como fiscais técnicos e administrativos responsáveis pelo acompanhamento da execução das ordens de fornecimento emitidas, competindo a esses agentes públicos atuar de forma integrada, preventiva e sistemática, com vistas a assegurar o fiel cumprimento das condições registradas e a adequada execução das aquisições.

Compete ao gestor da Ata de Registro de Preços coordenar, supervisionar e controlar a sua utilização, acompanhando a vigência, os quantitativos registrados, os saldos disponíveis por item, a emissão de ordens de fornecimento e a observância das condições pactuadas, bem como adotar as providências necessárias para a manutenção da vantajosidade da ata e para a adequada instrução dos processos administrativos correlatos.



A fiscalização técnica e administrativa abrangerá todas as etapas do fornecimento, desde a formalização das aquisições até o recebimento definitivo dos materiais, cabendo aos fiscais verificar a conformidade dos insumos entregues, o cumprimento dos prazos, a adequação das condições de transporte e acondicionamento, bem como registrar formalmente as ocorrências verificadas durante a execução.

No exercício da fiscalização, os servidores designados poderão solicitar esclarecimentos, documentos e informações ao fornecedor registrado, inclusive laudos técnicos, certificados de conformidade e fichas técnicas dos materiais, sempre que necessário para a adequada verificação da execução do objeto, sem que isso implique alteração das condições registradas ou ônus adicional para a Administração.

A identificação de irregularidades, atrasos, fornecimento em desconformidade ou qualquer descumprimento das condições estabelecidas deverá ser formalmente registrada e comunicada ao gestor da Ata de Registro de Preços, para adoção das medidas administrativas cabíveis, incluindo notificação do fornecedor, concessão de prazo para saneamento, quando pertinente, ou instauração de procedimento para aplicação das sanções previstas no edital, na ata e na legislação vigente.

A atuação da gestão e da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor registrado quanto à execução das obrigações assumidas, tampouco implica corresponsabilidade da Administração por eventuais falhas, vícios ou danos decorrentes do fornecimento dos materiais.

O modelo de gestão e fiscalização ora estabelecido visa assegurar a legalidade, a eficiência, a transparência e a segurança jurídica na utilização da Ata de Registro de Preços, contribuindo para o adequado controle das aquisições, a correta aplicação dos recursos públicos e o atendimento do interesse público no âmbito do Município de Ji-Paraná.

CAPÍTULO XXVII - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

O contrato decorrente desta licitação terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo estabelecido no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificado pela Administração e comprovada a vantagem da prorrogação.

A adjudicatária, após regularmente convocada pela Administração, deverá assinar o contrato no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis. Esse prazo poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceitação da Administração, desde que apresentado motivo justificado.

CAPÍTULO XXVIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

A sanção estabelecida no inciso IV o será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

- I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
- II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.



As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

A Administração Pública Municipal observará integralmente o rito estabelecido pela Resolução nº 382/2023 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, que rege a formalização, instrução, processamento e julgamento dos feitos sancionadores aplicáveis a licitantes e contratados.

Assim, a instauração, o desenvolvimento e a decisão do processo administrativo sancionador deverão obedecer às etapas essenciais definidas pela referida Resolução, garantindo-se contraditório, ampla defesa, imparcialidade, motivação adequada dos atos decisórios, segregação de funções e observância da proporcionalidade e da razoabilidade na aplicação das sanções, bem como o registro da penalidade nos sistemas competentes após sua definitividade.

A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CAPÍTULO XXIX - DA LEGALIDADE

A licitação, os Contratos, as Notas de Empenhos de Aquisição e os pagamentos deverão obedecer e cumprir as seguintes legislações:

Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/00;
Lei Federal nº 4.320/64;
Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações;
Decreto Municipal nº 1385/24;
Decreto Federal nº 11.462/23

CAPÍTULO XXXX - CONCLUSÃO

Ao expor claramente a motivação para realização da aquisição dos insumos, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos através do Município de Ji-Paraná, pretende evidenciar o ato administrativo como revestidos de todos os requisitos formais e materiais, no intuito de torná-lo eficaz em sua plenitude.

Trata-se incontestavelmente de ato vinculado ou regrado, porque se enquadra entre aqueles para os quais a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, estabelece os requisitos e condições de sua realização.

Ji-Paraná/RO, na data da assinatura eletrônica.

Termo de Referência, elaborado por:

Pedro Henrique Gonçalo de Farias
Assessor Executivo
SEMOSP

Aprovado por:

[assinado eletronicamente]

Valquíria Rodrigues Luz de Andrade



Secretária Municipal de Obras e Serviços Públicos - Interina
Decreto Municipal n. 2042/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO HENRIQUE GONCALO DE FARIAS, ASSESSOR (A) NIVEL I - SEMOSP**, em 31/03/2026 às 16:01, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE ANTONIO DORDA STEJSKAL, ASSESSOR (A) TECNICO DE ENGENHARIA - SEMOSP**, em 31/03/2026 às 16:58, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **VALQUIRIA RODRIGUES LUZ DE ANDRADE, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos**, em 31/03/2026 às 18:07, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2568574** e o código verificador **B771EF73**.

Referência: [Processo nº 1-604/2026](#).

Docto ID: 2568574 v1







Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento		Identificação/Número		Data
Anexo		Termo_de_Referencia_30		01/04/2026
ID:	2569135		Processo	Documento
CRC:	491C2F8A			
Processo:	1-7173/2026			
Usuário:	PEDRO HENRIQUE GONCALO DE FARIAS			
Criação:	01/04/2026 07:54:25	Finalização:	01/04/2026 07:54:25	
MD5:	C1055D168A3F3C43B271E89495DDA505			
SHA256:	CD833B6C70B98C6D03893977CE75502CD9BA77D26C432E38EE15B4EFBE800B8D			
Súmula/Objeto:				
TR				
INTERESSADOS				
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP		Ji-Paraná	RO	01/04/2026 07:54:25
ASSUNTOS				
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS				01/04/2026 07:54:25

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2569135 e o CRC 491C2F8A.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INFORMAÇÕES BÁSICAS PROCESSO ADMINISTRATIVO

604/2026

I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO;

A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, órgão responsável pelo planejamento, execução, manutenção e conservação da infraestrutura urbana e rural do Município de Ji-Paraná/RO, enfrenta demanda permanente e crescente por serviços de engenharia voltados à pavimentação, recuperação viária, drenagem pluvial, construção de passeios públicos, obras de contenção, manutenção de estradas vicinais e demais intervenções estruturais indispensáveis ao adequado funcionamento da cidade.

O Município de Ji-Paraná apresenta significativa extensão territorial, com bairros em constante processo de expansão urbana, além de vasta área rural interligada por estradas vicinais que exercem papel fundamental no escoamento da produção agrícola, no transporte escolar, no acesso aos serviços de saúde e na mobilidade da população em geral. Essa realidade impõe à Administração Pública Municipal a necessidade de atuação contínua e planejada para garantir a trafegabilidade, a segurança e a durabilidade das vias públicas, bem como o adequado funcionamento dos sistemas de drenagem e das estruturas urbanas correlatas.

Para a execução dessas atividades, faz-se imprescindível a disponibilidade regular e suficiente de insumos básicos da construção civil e de materiais asfálticos, tais como agregados minerais (areia, brita, pó de brita, pedra rachão), ligantes e emulsões asfálticas, cimento Portland, artefatos pré-moldados de concreto (meios-fios, bloquetes, tubos de concreto armado, blocos estruturais e cerâmicos), entre outros materiais diretamente empregados nas obras e serviços executados pela SEMOSP.

A inexistência ou insuficiência desses insumos em estoque compromete de forma significativa a capacidade operacional da Secretaria, resultando em paralisações de frentes de trabalho, aumento do custo global das obras, necessidade de contratações emergenciais, execução fragmentada dos serviços e dificuldade no atendimento tempestivo das demandas apresentadas pela população e pelos demais órgãos da Administração Municipal. Ademais, a execução de serviços de forma descontinuada potencializa o desgaste prematuro das vias, eleva os riscos de acidentes, agrava problemas de alagamentos e erosões e gera insatisfação social.

Sob a perspectiva do interesse público, a contratação dos referidos insumos busca garantir a continuidade dos serviços públicos essenciais de infraestrutura, assegurando condições adequadas de mobilidade urbana e rural, segurança viária, acessibilidade universal e melhoria da qualidade de vida da população. A adequada manutenção das vias públicas reduz custos futuros com intervenções corretivas mais onerosas, preserva o patrimônio público e contribui para a valorização dos espaços urbanos.

Importante destacar que o período chuvoso na região amazônica intensifica a degradação das vias não pavimentadas, provoca o surgimento de buracos, atoleiros e erosões, além de comprometer o funcionamento dos sistemas de drenagem. Nessas circunstâncias, a ausência de materiais essenciais inviabiliza respostas rápidas por parte do Poder Público, agravando os impactos sociais e econômicos, especialmente para comunidades mais afastadas da área urbana consolidada.



A contratação planejada desses insumos também se justifica sob o aspecto da eficiência administrativa e da economicidade, na medida em que permite à Administração Municipal realizar aquisições em volumes compatíveis com a demanda anual estimada, evitando compras pontuais e emergenciais, normalmente realizadas a preços superiores aos praticados em contratações planejadas. Tal abordagem está alinhada aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e da gestão por resultados, consagrados na Lei nº 14.133/2021.

Além disso, a disponibilização contínua de materiais possibilita o melhor aproveitamento da mão de obra própria do Município, evitando ociosidade de equipes, reprogramações frequentes de cronogramas e desperdício de recursos humanos e financeiros. Dessa forma, a contratação contribui para a racionalização da gestão pública e para a melhoria do desempenho institucional da SEMOSP.

Por fim, destaca-se que a presente contratação atende diretamente às políticas públicas municipais de desenvolvimento urbano, infraestrutura e mobilidade, sendo instrumento essencial para o cumprimento das atribuições legais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos. A adoção de uma estratégia de contratação estruturada e antecipada desses insumos constitui medida necessária, adequada e proporcional para a solução dos problemas identificados, demonstrando-se plenamente alinhada ao interesse público e às necessidades da coletividade de Ji-Paraná.

II - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO;

A contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Administração Pública Municipal, em especial às ações e metas sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, relacionadas à manutenção, recuperação e ampliação da infraestrutura urbana e rural do Município de Ji-Paraná.

A demanda apresentada está compatível com as diretrizes estratégicas e operacionais definidas nos instrumentos formais de planejamento da Administração, notadamente no Plano Plurianual e nas leis orçamentárias vigentes, que preveem a execução contínua de obras e serviços públicos essenciais, dependentes do fornecimento regular de insumos da construção civil e de materiais asfálticos. No que se refere ao Anexo PCA 2026 de 12/01/2026 (ID 2335805), registra-se que a presente contratação foi considerada no planejamento interno da unidade demandante, encontrando-se contemplada ou em fase de consolidação no referido instrumento, quando formalmente elaborado pelo Município, em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e à regulamentação municipal aplicável. Destaca-se que a previsão da contratação no PCA tem por finalidade assegurar maior integração entre o planejamento das aquisições, a programação orçamentária e a execução das políticas públicas, contribuindo para a racionalização dos gastos, a previsibilidade administrativa e a adequada gestão dos recursos públicos. Assim, evidencia-se que a contratação pretendida está devidamente alinhada ao planejamento da Administração Municipal, atendendo às necessidades institucionais da SEMOSP e às diretrizes de governança, planejamento e eficiência que orientam a atuação da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.

III - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO;

A contratação pretendida deverá observar um conjunto de requisitos técnicos, operacionais, legais, ambientais e administrativos indispensáveis para assegurar o atendimento pleno das necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, garantindo a qualidade dos insumos adquiridos, a segurança das obras, a eficiência da execução contratual e a adequada aplicação dos recursos públicos.

3.1 Requisitos Técnicos dos Materiais

Os insumos a serem adquiridos deverão atender integralmente às normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, às especificações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes DNIT, quando aplicável, bem como às demais normas e manuais técnicos correlatos à engenharia civil, pavimentação e drenagem urbana e rural.



Os materiais pétreos, tais como areia, brita, pó de brita, brita graduada e pedra rachão, deverão apresentar características físicas e granulométricas compatíveis com sua finalidade, isentos de materiais orgânicos, argilosos ou contaminantes que possam comprometer a resistência, a durabilidade e o desempenho das estruturas e pavimentos. Deverão ser fornecidos conforme especificações técnicas usuais de mercado e de projetos adotados pela SEMOSP.

Os materiais asfálticos, incluindo cimento asfáltico de petróleo (CAP), emulsões asfálticas e asfaltos diluídos, deverão atender às especificações técnicas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ANP, bem como às normas do DNIT, devendo ser fornecidos com certificação de qualidade, laudos técnicos e demais documentos que comprovem sua conformidade e rastreabilidade.

Os artefatos de concreto, tais como meios-fios, tubos de concreto armado, blocos estruturais, bloquetes intertravados e demais peças pré-moldadas, deverão possuir resistência mecânica mínima compatível com as normas técnicas aplicáveis, devidamente comprovada por ensaios laboratoriais, garantindo desempenho estrutural, durabilidade e segurança durante sua vida útil.

3.2 Requisitos de Quantidade e Planejamento do Fornecimento

As quantidades estimadas deverão ser atendidas de forma integral ou parcelada, conforme a estratégia de contratação definida, respeitando o planejamento operacional da SEMOSP e a capacidade de armazenamento e utilização dos materiais. O fornecimento deverá ser compatível com o cronograma de execução das obras e serviços, evitando desabastecimento, excessos de estoque ou perdas de material.

A contratação deverá permitir flexibilidade logística, possibilitando a entrega dos materiais de forma programada, conforme as demandas efetivas da Secretaria, sem prejuízo à continuidade dos serviços públicos essenciais.

3.3 Requisitos Logísticos e de Entrega

Os insumos deverão ser entregues na Usina de Asfalto Municipal localizado na Rua Orestes Matana - Distrito Industrial - Ji-Paraná/RO.

Os custos de transporte, carga e descarga deverão estar contemplados no preço ofertado, quando aplicável, observando-se as condições de acesso, segurança e manuseio adequado dos materiais, especialmente no caso de materiais asfálticos, que demandam cuidados específicos quanto à temperatura, acondicionamento e tempo de aplicação.

3.4 Requisitos de Qualificação do Fornecedor

Os fornecedores deverão comprovar regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme exigido pela legislação vigente, bem como capacidade técnica compatível com o objeto da contratação, demonstrada por meio de atestados de fornecimento de materiais de natureza e complexidade semelhantes.

No caso de fornecimento de materiais asfálticos e artefatos estruturais, poderá ser exigida a comprovação de que o fornecedor possui instalações, equipamentos e processos produtivos adequados, capazes de assegurar a qualidade, a padronização e a rastreabilidade dos produtos fornecidos.

3.5 Requisitos de Qualidade, Controle e Aceitação

Os materiais fornecidos estarão sujeitos à fiscalização e ao controle de qualidade por parte da SEMOSP, podendo ser rejeitados total ou parcialmente caso não atendam às especificações técnicas, normas aplicáveis ou condições contratuais.

A Administração poderá exigir, sempre que julgar necessário, a apresentação de laudos técnicos, certificados de conformidade, notas técnicas, relatórios de ensaio ou outros documentos que comprovem a qualidade e a adequação dos insumos fornecidos.

3.6 Requisitos Administrativos e Contratuais

A contratação deverá observar todas as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 1.384/2024 e demais normas correlatas, contemplando cláusulas que assegurem o equilíbrio econômico-financeiro, a adequada gestão e fiscalização contratual, a aplicação de penalidades em caso de inadimplemento e os mecanismos de resolução de conflitos.

Os requisitos ora definidos têm por finalidade garantir que a solução a ser contratada atenda de forma plena, eficiente e segura às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos,

assegurando a qualidade dos serviços prestados à população e a correta aplicação dos recursos públicos.

IV - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHEM DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA;

As estimativas das quantidades necessárias para a presente contratação foram definidas com base no Anexo LEI 3792 de 12/01/2026 (ID 2335789) do Município de Ji-Paraná, instituído pela Lei Municipal nº 3.792, de 4 de dezembro de 2025 e todos os seus anexos: Anexo Anexo de Lei 1 - ANEXO 01 - FONTES DE FINANCIAMENTO de 12/01/2026 (ID 2335790), Anexo Anexo de Lei 2 - ANEXO 02 - DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS de 12/01/2026 (ID 2335791), Anexo Anexo de Lei 3 - ANEXO 03 - UNIDADES EXECUTORAS de 12/01/2026 (ID 2335792), Anexo Anexo de Lei 4 - ANEXO 04 - ESTRUTURA DE ÓRGÃOS-UN de 12/01/2026 (ID 2335793), Anexo Anexo de Lei 5 - RELATÓRIO 1 - SÍNTESE DAS AÇÕES P de 12/01/2026 (ID 2335794) e Anexo Anexo de Lei 6 - RELATÓRIO 2 - SÍNTESE DAS AÇÕES P de 12/01/2026 (ID 2335795) que estabelece os programas, ações, metas físicas e financeiras voltadas ao eixo estratégico de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, no qual se inserem as atribuições da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP

O PPA constitui o principal instrumento de planejamento de médio prazo da Administração Pública Municipal, orientando a execução das políticas públicas, a alocação de recursos e a definição das metas físicas a serem alcançadas ao longo do quadriênio. Dessa forma, sua utilização como base para a estimativa de quantidades confere maior coerência, previsibilidade, legitimidade e aderência orçamentária à contratação pretendida.

4.1 Fundamentação das Quantidades com Base no PPA

As quantidades estimadas decorrem diretamente das ações, metas físicas e produtos previstos nos programas governamentais sob responsabilidade da SEMOSP, conforme descritos nos anexos do PPA, especialmente aqueles relacionados à manutenção da malha viária urbana e rural, pavimentação, drenagem urbana, recuperação de vias, implantação de infraestrutura básica e conservação de espaços públicos.

Cada programa e ação previstos no PPA possui metas quantificáveis expressas em unidades compatíveis com os produtos a serem entregues à sociedade (vias recuperadas, extensão de drenagem implantada, número de intervenções executadas, entre outros). A partir dessas metas físicas, foram estimadas as necessidades de insumos indispensáveis à execução das atividades planejadas, respeitando critérios técnicos usuais de engenharia e experiências anteriores da SEMOSP.

4.2 Memória de Cálculo Descritiva

A memória de cálculo das quantidades considerou, de forma integrada:

- As metas físicas previstas no PPA 20262029 para os programas e ações vinculados à infraestrutura urbana e rural;
- Os coeficientes técnicos médios de consumo de insumos por tipo de obra ou serviço, com base em práticas consolidadas de engenharia e histórico operacional do Município;
- A execução continuada de atividades de manutenção, caracterizadas como ações permanentes, que demandam fornecimento regular e previsível de materiais;
- A necessidade de atendimento a demandas corretivas e emergenciais, especialmente em períodos de maior incidência de eventos climáticos adversos;
- A compatibilidade das quantidades com a capacidade operacional da SEMOSP e com a previsão orçamentária estabelecida nos instrumentos de planejamento.

Os quantitativos consolidados encontram-se detalhados em planilhas técnicas que integram o processo administrativo, elaboradas a partir das metas do PPA e ajustadas à realidade operacional do Município.

4.3 Documentos de Suporte

Dão suporte às estimativas de quantidades apresentadas:



- Lei Municipal nº 3.792/2025, que institui o Plano Plurianual;
- Anexos do PPA que descrevem os programas governamentais, ações, metas físicas e unidades executoras;

Diante do exposto, conclui-se que as estimativas de quantidades adotadas são tecnicamente justificadas, coerentes com o planejamento estratégico do Município e adequadas para subsidiar a contratação pretendida, garantindo eficiência administrativa, economia de escala e adequada aplicação dos recursos públicos.

4.4 Relação de Itens e Quantidades Estimadas

As quantidades estimadas para a contratação correspondem aos insumos indispensáveis à execução das atividades sob responsabilidade da SEMOSP, conforme relação abaixo, extraída do levantamento técnico que integra o processo administrativo, completamente respalda em relação ao Anexo Manual de Pavimentação - DNIT de 12/01/2026 (ID 2335801), Anexo Livro Pavimentação Asfáltica 2º Edição de 12/01/2026 (ID 2335802) e Anexo Manual de Asfaltos 2024 - PETROBRAS de 12/01/2026 (ID 2335803) e Decisão 01 de 23/02/2026 (ID 2455620):

- Pedra de mão (rachão) para arrimo/fundação 18.000 m³
- Brita 3/4 31.2000 m³
- Brita 3/8 19.200 m³
- Brita graduada 117.600 m³
- Pó de brita (malha 5 mm) 30.000 m³
- Cimento Asfáltico de Petróleo CAP 50/70, a granel 2400 toneladas
- Emulsão asfáltica RR-1C 840 toneladas
- Emulsão asfáltica RR-2C 144 toneladas
- Asfalto diluído de petróleo CM-30 720 toneladas
- Areia lavada média 29.100 toneladas
- Cimento Portland Composto CII-32 (saco de 50 kg) 22.225 unidades
- Cimento Portland Composto CII-32 a granel 200.000 kg
- Meio-fio/guia de concreto pré-moldado (30 x 15 cm) 233.278 unidades
- Bloco de concreto estrutural 14 x 19 x 39 cm (12 MPa) 4.000 unidades
- Bloco cerâmico de vedação (6 furos) 2.000 unidades
- Bloquete/piso intertravado de concreto sextavado (8 cm) 50.000 unidades
- Tubo de concreto armado 0,40 m 720 unidades
- Tubo de concreto armado 0,60 m 1680 unidades
- Tubo de concreto armado 0,80 m 1920 unidades
- Tubo de concreto armado 1,00 m 1200 unidades
- Tubo de concreto armado 1,20 m 1000 unidades
- Tubo de concreto armado 1,50 m 286 unidades

Ressalta-se que a Administração Pública Municipal não dispõe, no momento, de memória de cálculo plenamente fidedigna e consolidada referente ao consumo efetivo dos insumos utilizados nos últimos 36 (trinta e seis) meses, especialmente no que se refere à rastreabilidade detalhada entre quantitativos adquiridos, aplicados e os respectivos serviços executados. Tal limitação decorre de incertezas administrativas identificadas no período anterior à atual gestão, relacionadas à ausência de padronização dos registros, inconsistências na documentação técnica e fragilidades nos controles administrativos e operacionais então adotados. Essas circunstâncias inviabilizam a utilização segura dos dados históricos como base exclusiva para a projeção quantitativa atual, sob pena de comprometer a confiabilidade técnica do planejamento e a adequada responsabilização administrativa. Diante desse cenário, optou-se por não utilizar os registros pretéritos como única referência para a composição das memórias de cálculo, adotando-se, em substituição, metodologia baseada no planejamento prospectivo, nas metas institucionais vigentes, na capacidade operacional atual da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e em referências de mercado amplamente aceitas, de modo a assegurar maior consistência técnica, transparência e aderência aos princípios da legalidade, eficiência e planejamento. Registra-se, por fim, que a presente Administração vem adotando medidas para o aprimoramento dos controles internos e dos registros de consumo de insumos, com vistas à formação de bases históricas confiáveis para subsidiar futuras contratações e fortalecer a governança administrativa.



Descrição orçamentária dos programas atendidos:

Ficha nº 831 (ID 2501064)

2 Prefeitura Municipal de Ji-Paraná

02 PODER EXECUTIVO

02 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PUBLICOS 08

020802 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

17 Saneamento

17 512 Saneamento Básico Urbano

17 0009 CONSTRUINDO COM AMOR E RESPEITO 512

17 0009 1021 0000 Constr. Manut. Reforma de Bueiros, Galerias, Drenagem, Calçadas e Urbanização Rios e Igarapés

Ficha nº 815 (ID 2501065)

2 Prefeitura Municipal de Ji-Paraná

02 PODER EXECUTIVO

02 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PUBLICOS 08

020802 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15 Urbanismo

15 451 Infra-Estrutura Urbana

15 0008 ASFALTA JIPA 451

15 0008 2123 0000 Manutenção e recuperação de vias urbanas

Ficha nº 786 (ID 2501066)

2 Prefeitura Municipal de Ji-Paraná

02 PODER EXECUTIVO

02 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PUBLICOS 08

020802 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15 Urbanismo

15 451 Infra-Estrutura Urbana

15 0008 ASFALTA JIPA 451

15 0008 1019 0000 Pavimentação, construção, reconstrução e drenagem de vias públicas urbanas

V - LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS PARA A CONTRATAÇÃO, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

O levantamento de mercado foi realizado com a finalidade de identificar e analisar as alternativas existentes para o atendimento da necessidade apresentada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, considerando aspectos técnicos, operacionais, econômicos e administrativos, bem como as características do mercado fornecedor de insumos para obras de infraestrutura urbana e rural no âmbito municipal e regional.

A análise das alternativas tem por objetivo subsidiar a tomada de decisão administrativa de forma fundamentada, permitindo a avaliação comparativa dos diferentes modelos de contratação disponíveis, sem, neste momento, indicar ou definir a solução a ser adotada.

5.1 Contextualização do Mercado Fornecedor

O mercado de fornecimento de insumos para obras civis e pavimentação caracteriza-se pela atuação de empresas especializadas em agregados minerais, materiais asfálticos, artefatos de concreto e insumos cimentícios, com presença de fornecedores locais, regionais e, em alguns casos, de abrangência nacional. Esse mercado apresenta variações significativas de preços em função do volume contratado, da logística de transporte, da sazonalidade e da regularidade da demanda.

No contexto do Município de Ji-Paraná, observa-se a existência de fornecedores capazes de atender parcialmente ou integralmente às demandas da Administração, seja por meio de fornecimento direto, seja



mediante participação em processos licitatórios ou atas de registro de preços.

5.2 Alternativa 1 - Aquisições Pontuais por Demanda Específica

Uma das alternativas identificadas consiste na realização de aquisições pontuais, conforme o surgimento de demandas específicas, por meio de processos licitatórios individualizados ou contratações diretas, quando legalmente permitidas.

Esse modelo caracteriza-se pela contratação de pequenos volumes de materiais em momentos distintos, geralmente vinculados à execução de obras ou serviços específicos. Embora permita certa flexibilidade imediata, apresenta como características a fragmentação da demanda, maior número de processos administrativos e maior dependência de prazos licitatórios para o início ou continuidade das atividades operacionais.

5.3 Alternativa 2 - Contratação de Serviços com Fornecimento de Materiais Inclusos

Outra alternativa considerada refere-se à contratação de empresas para execução de obras ou serviços de engenharia, incluindo no escopo contratual o fornecimento integral dos materiais necessários à execução.

Nesse modelo, a responsabilidade pela aquisição, logística e qualidade dos insumos é transferida ao contratado, ficando a Administração responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução. Essa alternativa é comumente utilizada em obras de maior porte ou com escopo definido, nas quais os materiais representam parte indissociável do serviço contratado.

5.4 Alternativa 3 - Aquisição Centralizada de Insumos por Processo Próprio

Também foi identificada como alternativa a aquisição centralizada dos insumos por meio de processo licitatório específico para fornecimento de materiais, com quantitativos consolidados a partir do planejamento institucional e das demandas recorrentes da SEMOSP.

Nesse modelo, a Administração realiza a contratação exclusivamente para o fornecimento dos materiais, que são posteriormente utilizados pelas equipes próprias do Município ou por empresas contratadas para execução de serviços correlatos. A centralização permite planejamento logístico, formação de estoque mínimo e atendimento contínuo das frentes de trabalho.

5.5 Alternativa 4 - Utilização de Atas de Registro de Preços

Outra possibilidade consiste na utilização de Atas de Registro de Preços, próprias ou de outros entes da Administração Pública, desde que compatíveis com as especificações técnicas, quantitativos, condições de fornecimento e realidade operacional do Município de Ji-Paraná.

Essa alternativa permite a contratação sob demanda, durante a vigência da ata, sem necessidade de novo procedimento licitatório, desde que observados os requisitos legais, a vantajosidade e a formalização dos instrumentos necessários.

5.6 Considerações sobre as Alternativas Identificadas

As alternativas apresentadas possuem características distintas quanto ao grau de planejamento, previsibilidade, flexibilidade operacional, controle administrativo, impacto financeiro e complexidade de gestão. Cada modelo apresenta vantagens e limitações que devem ser avaliadas de forma integrada, considerando:

- A natureza contínua ou eventual das demandas;
- A capacidade operacional e logística da SEMOSP;
- A disponibilidade de fornecedores no mercado local e regional;
- A necessidade de controle de qualidade dos insumos;
- Os riscos administrativos e operacionais associados a cada alternativa.

A análise comparativa dessas opções servirá de base para a definição posterior da solução mais adequada, a ser apresentada nos tópicos subsequentes do Estudo Técnico Preliminar, em consonância com os princípios do planejamento, eficiência e interesse público.

VI - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA, QUANDO COUBER, DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, PODENDO SER UTILIZADO TODOS OS MÉTODOS DEFINIDOS EM REGULAMENTO PRÓPRIO PARA A PESQUISA DE PREÇOS, BEM COMO A OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES, DEVIDAMENTE CERTIFICADAS, NO MERCADO LOCAL;

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços estruturada e devidamente fundamentada, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com o Decreto Municipal nº 1.384/2024 e com as orientações normativas aplicáveis às contratações públicas.

Para a formação do valor estimado, foi utilizado o Sistema Banco de Preços, ferramenta especializada que consolida informações provenientes de contratações públicas homologadas em âmbito nacional, permitindo a obtenção de preços referenciais atualizados, confiáveis e compatíveis com a realidade de mercado.



6.1 Metodologia Utilizada para a Estimativa de Preços

- A metodologia adotada consistiu na consulta ao Sistema Banco de Preços, considerando:
- Preços praticados em contratações públicas recentes, devidamente homologadas;
 - Processos licitatórios com objetos similares ou equivalentes aos insumos pretendidos;
 - Valores praticados por entes públicos de porte e características semelhantes;
 - Atualidade dos dados, observando-se período compatível com a elaboração do Estudo Técnico Preliminar;
 - Compatibilidade das especificações técnicas, unidades de fornecimento e condições de entrega.

Os preços unitários referenciais extraídos do sistema foram analisados e selecionados com base em critérios de razoabilidade, evitando valores discrepantes e assegurando a formação de uma estimativa condizente com o mercado.

6.2 Formação do Valor Estimado da Contratação (ID 2335814)

O valor estimado da contratação foi obtido a partir da multiplicação dos preços unitários referenciais pelos quantitativos estimados para cada item, conforme levantamento técnico previamente apresentado neste Estudo Técnico Preliminar.

- A consolidação dos valores considerou:
- A aquisição de volumes compatíveis com a demanda anual, favorecendo economia de escala;
 - As condições usuais de fornecimento praticadas no mercado;
 - A possibilidade de execução parcelada conforme a necessidade administrativa;
 - A não inclusão de custos indiretos não previstos ou não compatíveis com o objeto.

As memórias de cálculo detalhadas encontram-se registradas em planilhas técnicas que integram o processo administrativo, permitindo a rastreabilidade dos dados utilizados e a verificação posterior pelos órgãos de controle.

Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Valor Unit	Média da Cotação	Total Estimado
1	Pedra de Mão ou Pedra Rachão para Arrimo/ Fundação (Posto Pedreira/ Fornecedor, Sem Frete)	m³	18000	MUNICIPIO DE PARNAIBA / 1 - MUNICIPIO DE PARNAIBA	Portal Nacional de Contratações Públicas	T J CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA	R\$ 225,52	R\$ 222,88	R\$ 4.011.840,00
				MUNICIPIO DE ITURAMA / 2578 - MUNICIPIO DE ITURAMA/MG	Portal Nacional de Contratações Públicas	MB COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 188,00		
				MUNICIPIO DE MARMELOPOLIS / 536 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	BRITERPA COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	R\$ 184,00		
				MUNICIPIO DE PACAEMBU	Bolsa de Licitações e Leilões	SANTA PILAR TRANSPORTES LTDA	R\$ 294,00		
2	Brita 3/4	m³	31200	SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAAE / 031301 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA	Portal Nacional de Contratações Públicas	MATERIAIS DE CONSTRUCAO DO RONI - EIRELI	R\$ 289,99	R\$ 228,02	R\$ 7.114.224,00
				MUNICIPIO DE PARECIS / 120 - MUNICIPIO DE PARECIS/RO	Portal Nacional de Contratações Públicas	E P G OLIVEIRA OLIMAC	R\$ 232,75		
				MUNICIPIO DE BURITI ALEGRE / 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE	Portal Nacional de Contratações Públicas	ODORICO CUSTODIO FILHO LTDA	R\$ 175,00		
				EMASA EMPRESA MUNICIPAL DE AGUAS E SANEAMENTO S A / 000000001 - LICITACOES	Portal Nacional de Contratações Públicas	BARROS ARAGAO COMERCIAL LTDA	R\$ 214,33		
3	Brita 3/8	m³	19200	MUNICIPIO DE VARZEA DA ROCA / 2416 - MUNICIPIO DE VÁRZEA DA ROÇA/BA	Portal Nacional de Contratações Públicas	M&S MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 117,99	R\$ 158,81	R\$ 3.049.152,00
				MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO / 18 - MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO/RO	Portal Nacional de Contratações Públicas	C S J SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA	R\$ 208,78		
				MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO / 18 - MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO/RO	Portal Nacional de Contratações Públicas	TECPLAN - COMERCIO DE AREIA E SEIXO LTDA	R\$ 181,00		
				Prefeitura Municipal de Alvorada	Portal de Compras Publicas	ALMADA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	R\$ 127,45		



4	Brita Graduada	m³	117600	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUAS E SANEAMENTO DE LAGES - SEMASA / CIN589 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUAS E SANEAMENTO DE LAGES - SEMASA	Portal Nacional de Contratações Públicas	LOPES CASA E CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 135,00	R\$ 139,37	R\$ 16.389.912,00
				MUNICIPIO DE NOVA PRATA / 122 - Município de Nova Prata	Portal Nacional de Contratações Públicas	MATT CONSTRUTORA LTDA	R\$ 114,11		
				MUNICIPIO DE NOVO GAMA / 2 - PODER EXECUTIVO	Portal Nacional de Contratações Públicas	NIVELAR ENGENHARIA LTDA	R\$ 169,00		
5	Pó de Brita Malha 5mm	m³	30000	MUNICIPIO DE BLUMENAU / 141 - Prefeitura Municipal de Blumenau	Portal Nacional de Contratações Públicas	TERRAPLENAGEM AGUA VERDE LTDA	R\$ 93,97	R\$ 81,50	R\$ 2.445.000,00
				MUNICIPIO DE BLUMENAU / 141 - Prefeitura Municipal de Blumenau	Portal Nacional de Contratações Públicas	BMB COMERCIO E SERVICOS LTDA	R\$ 85,19		
				MUNICIPIO DE BLUMENAU / 141 - Prefeitura Municipal de Blumenau	Portal Nacional de Contratações Públicas	OURO PRETO MINERACAO LTDA	R\$ 80,33		
				MUNICIPIO DE ICARA / 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARA - SC	Portal Nacional de Contratações Públicas	UGGIONI BRITAGEM LTDA	R\$ 66,50		
6	Cimento Asfautico de Petróleo a Granel (CAP) 50/70 (incluso transporte da caixa da ANP á Ji-Paraná-RO no local da usinagem)	t	2400	MUNICIPIO DE AGUDO / 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL	Portal Nacional de Contratações Públicas	CONPASUL CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL	R\$ 6.528,03	R\$ 5.479,68	R\$ 13.151.232,00
				MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA / 1402 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	MONTANHA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA-ME	R\$ 4.428,26		
				MUNICIPIO DE ITAMBE / 1327 - MUNICÍPIO DE ITAMBÉ/BA	Portal Nacional de Contratações Públicas	TRIGONO CONSTRUTORA LTDA	R\$ 5.289,47		
				PM DE SÃO VICENTE DO SUL	Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul	SS CONSTRUcoes LTDA	R\$ 6.093,63		
				Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar	Portal de Compras Publicas	BRASQUIMICA PRODUTOS ASFALTICOS LTDA	R\$ 5.059,00		
7	Emulsão Asfáltica - RR-1C	t	840	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA REGIAO SUL DE MATO GROSSO DO SUL - CONISUL / 20 - CONISUL	Portal Nacional de Contratações Públicas	BETUNEL INDUSTRIA E COMERCIO S/A	R\$ 4.116,67	R\$ 3.246,09	R\$ 2.726.715,60
				MUNICIPIO DE ITAMBE / 1327 - MUNICÍPIO DE ITAMBÉ/BA	Portal Nacional de Contratações Públicas	TRIGONO CONSTRUTORA LTDA	R\$ 2.902,00		
				MUNICIPIO DE AIMORES / 682 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	INPAV - INFRAESTRUTURA LTDA	R\$ 3.244,53		
				MUNICIPIO DE BIRIGUI / 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI - SP	Portal Nacional de Contratações Públicas	DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA	R\$ 3.413,04		
				MUNICIPIO DE VITORIA DE SANTO ANTAO / 1 - PREFEITURA DE VITORIA DE SANTO ANTAO	Portal Nacional de Contratações Públicas	BARROS & ARAUJO ENGENHARIA LTDA	R\$ 2.554,20		

8	Emulsão Asfáltica - RR-2C	t	144	MUNICIPIO DE AIMORES / 682 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	ALFA IMOVEIS CONSTRUCOES LTDA	R\$ 4.653,30	R\$ 4.070,03	R\$ 586.084,32
				MUNICIPIO DE SAO JOSE DO BELMONTE / 2419 - SEINFRA - Secretaria de Infraestrutura	Portal Nacional de Contratações Públicas	CONSTRUTORA GONCALO LTDA	R\$ 3.924,26		
				MUNICIPIO DE UMUARAMA / 76247378000156 - Unidade administrativa	Portal Nacional de Contratações Públicas	CASA DO ASFALTO DISTRIBUIDORA, INDUSTRIA E COMERCIO DE ASFALTO LTDA	R\$ 4.475,00		
				MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO / 1 - MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO	Portal Nacional de Contratações Públicas	EMAM - EMULSOES E TRANSPORTES LTDA	R\$ 3.717,60		
				MUNICIPIO DE ITAJAI / 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAI - SC	Portal Nacional de Contratações Públicas	CBB INDUSTRIA E COMERCIO DE ASFALTOS E ENGENHARIA LTDA	R\$ 3.800,00		
				MUNICIPIO DE BEBEDOURO / 2109 - Bebedouro	Portal Nacional de Contratações Públicas	TRACADO CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	R\$ 3.850,00		
9	Asfalto Diluído de Petróleo CM-30	t	720	MUNICIPIO DE APARECIDA DE GOIANIA / 000000001 - PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIANIA	Portal Nacional de Contratações Públicas	DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA	R\$ 6.379,20	R\$ 5.930,62	R\$ 4.270.046,40
				MUNICIPIO DE GUAPORE / 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL	Portal Nacional de Contratações Públicas	ECOPONTES - SISTEMAS ESTRUTURAIS SUSTENTAVEIS LTDA	R\$ 6.226,70		
				MUNICIPIO DE PAULISTA / 1 - Prefeitura Municipal de Paulista	Portal Nacional de Contratações Públicas	DMTC ENGENHARIA LTDA	R\$ 5.493,82		
				MUNICIPIO DE COTIPORA / 63900 - PM DE COTIPORÃ	Portal Nacional de Contratações Públicas	CONGRESUL ENGENHARIA LTDA	R\$ 5.622,77		
10	Areia lavada média	m³	29100	MUNICIPIO DE DOM VICOSO / 961 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	JGF PARTICIPACOES LTDA	R\$ 109,00	R\$ 126,17	R\$ 3.671.547,00
				MUNICIPIO DE BITURUNA / 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BITURUNA - PR	Portal Nacional de Contratações Públicas	AGRO-MANICA COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA	R\$ 110,00		
				MUNICIPIO DE CHAPECÓ / 1 - Prefeitura Municipal de Chapecó	Portal Nacional de Contratações Públicas	NADALETI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	R\$ 156,00		
				SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO / 495 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	CASA 500 MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	R\$ 80,00		
				MUNICIPIO DE COLNIZA / 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA - MT	Portal Nacional de Contratações Públicas	ROCHA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA	R\$ 134,00		
				MUNICIPIO DE HERVAL D' OESTE - SC	Portal Nacional de Contratações Públicas	PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA	R\$ 168,00		
11	Cimento Portland Composto CPII - 32 (SACO DE 50KG)	un	22225	MUNICIPIO DE PIRACICABA / 1 - PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PIRACICABA	Portal Nacional de Contratações Públicas	MARFEX LOPES COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA	R\$ 40,30	R\$ 46,09	R\$ 1.024.350,25
				GURUPI-SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA / 2000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	Portal Nacional de Contratações Públicas	DEC TRANSPORTES E LOCACOES LTDA	R\$ 51,87		

12	Meio Fio ou Guia de concreto pré-moldada COMP 1 M, *30 X 15* CM (H X L) resistência de 20 MPA	un	233278	MUNICIPIO DE CONSELHEIRO PENA / 36 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	L & R CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 72,75	R\$ 49,10	R\$ 11.453.949,80
				MUNICIPIO DE ESTRELA DALVA / 881 - MUNICIPIO DE ESTRELA DALVA/MG	Portal Nacional de Contratações Públicas	INOVA BLOCO LTDA	R\$ 50,00		
				MUNICIPIO DE ACAILANDIA / 1644 - MUNICIPIO DE AÇAILÂNDIA/MA	Portal Nacional de Contratações Públicas	X1 EMPREENDIMENTOS EIRELI	R\$ 33,00		
				MUNICIPIO DE MONTE NEGRO / 71 - MUNICIPIO DE MONTE NEGRO/RO	Portal Nacional de Contratações Públicas	CONSTRUTUBOS COMERCIO DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	R\$ 45,20		
				MUNICIPIO DE PARNAIBA / 1 - MUNICIPIO DE PARNAIBA	Portal Nacional de Contratações Públicas	T J CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA	R\$ 27,09		
				MUNICIPIO DE ESPERA FELIZ / 2073 - MUNICIPIO DE ESPERA FELIZ/MG	Portal Nacional de Contratações Públicas	CONSTRUTORA R B E LUCAS LTDA ME	R\$ 66,58		
13	Bloco De Concreto estrutural 14X19X39 CM, 12MPA (NRB6136)	un	4000	MUNICIPIO DE MARAVILHA / 01 - MUNICIPIO DE MARAVILHA	Portal Nacional de Contratações Públicas	MARCELO EDUARDO DEBASTIANI	R\$ 4,50	R\$ 4,54	R\$ 18.160,00
				MUNICIPIO DE AGROLANDIA / 07001 - Sec. de Infraestrutura, Saneamento e Meio Ambiente	Portal Nacional de Contratações Públicas	NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA	R\$ 4,85		
				MUNICIPIO DE SANTA BARBARA D' / 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA D'	Portal Nacional de Contratações Públicas	CENTERMAK	R\$ 4,60		
				MUNICIPIO DE MARAVILHA / 01 - MUNICIPIO DE MARAVILHA	Portal Nacional de Contratações Públicas	MARCELO EDUARDO DEBASTIANI	R\$ 4,50		
				MUNICIPIO DE NOVA ODESSA / 967 - Prefeitura Municipal de Nova Odessa	Portal Nacional de Contratações Públicas	ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA	R\$ 4,26		
14	Bloco cerâmico (Alvenaria Vedação), 6 Furos, de 9x14x19CM (L x A x C)	un	2000	MUNICIPIO DE SAO BENTO DO SUL / 05001 - Administração Geral	Portal Nacional de Contratações Públicas	BRUNATTO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	R\$ 0,84	R\$ 1,03	R\$ 2.060,00
				MUNICIPIO DE CAMPO NOVO DE RONDONIA / 78 - MUNICIPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA/RO	Portal Nacional de Contratações Públicas	J R BORGES DOS SANTOS LTDA	R\$ 0,89		
				MUNICIPIO DE VALE DO SOL / 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL	Portal Nacional de Contratações Públicas	J. AREND CONSTRUCOES EPP	R\$ 0,90		
				SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO / 225 - Serviço Autonomo Municipal de Água e Esgoto Terra Rica - PR	Portal Nacional de Contratações Públicas	FONSECA DA SILVA & GASPAROTTO LTDA	R\$ 1,58		
				PM DE VISTA ALEGRE	Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul	ANA MARIA PEROZA LTDA	R\$ 0,95		
15	Bloquete/piso intertravado de concreto - modelo sextavado / hexagonal, *25 X 25* CM = 8cm, resistência de 35MPA, cor natural	un	50000	MUNICIPIO DE MORRO DA FUMACA / 1899 - MUNICIPIO DE MORRO DA FUMAÇA/SC	Portal Nacional de Contratações Públicas	ALMEIDA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	R\$ 5,00	R\$ 3,91	R\$ 195.500,00
				MUNICIPIO DE ITAUCU / 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUCU	Portal Nacional de Contratações Públicas	JOAO VICTOR RIBEIRO ALVES	R\$ 4,18		
				MUNICIPIO DE URUCANIA / 942 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	VAREJÃO BORDONI LTDA	R\$ 3,40		
				PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE	Licitar Digital	AGUIA PRE-MOLDADOS LTDA	R\$ 3,06		
16	TUBO DE CONCRETO ARMADO 0,40M X 1,00M TIPO PA1 - ESPESURA 4,0 CM; FCK = 15 MPA - ENCAIXE MF	un	720	MUNICIPIO DE SAO ROQUE / 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE	Portal Nacional de Contratações Públicas	JESUS DE MARI ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	R\$ 94,00	R\$ 84,48	R\$ 60.825,60
				MUNICIPIO DE CAMPO LARGO / 11002 - Diretoria de Obras e Conservação	Portal Nacional de Contratações Públicas	TUBOS PALMEIRA LTDA	R\$ 74,95		

17	TUBO DE CONCRETO ARMADO 0,60M X 1,00M TIPO PA1 - ESPESSURA 6,0 CM; FCK = 15 MPA - ENCAIXE MF - ARMADURA CA 60B; MALHA 113	un	1680	MUNICIPIO DE RIO RUFINO / CIN311 - MUNICIPIO DE RIO RUFINO	Portal Nacional de Contratações Públicas	ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TERESA LTDA	R\$ 195,00	R\$ 202,20	R\$ 339.696,00
				MUNICIPIO DE TACIBA / 1497 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	BLOCOPEL - TUBOS E POSTES LTDA	R\$ 239,00		
				MUNICIPIO DE AIMORES / 682 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	SINGULAR CONSTRUcoes LTDA	R\$ 230,00		
				MUNICIPIO DE AIMORES / 682 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	F. C. DE MOURA FILHO ENGENHARIA LTDA	R\$ 235,00		
				MUNICIPIO DE NOVA IBIA / 2574 - MUNICIPIO DE NOVA IBIA/BA	Portal Nacional de Contratações Públicas	C M LEAL PRE MOLDADOS	R\$ 112,00		
18	TUBO DE CONCRETO ARMADO 0,80M X 100M TIPO PA1 - ESPESSURA 8,0 CM; FCK = 15 MPA - ENCAIXE MF - ARMADURA CA 60B; MALHA 113	un	1920	MUNICIPIO DE RIO RUFINO / CIN311 - MUNICIPIO DE RIO RUFINO	Portal Nacional de Contratações Públicas	ARTNOVA INDUSTRIA ARTEFATOS CIMENTO LTDA ME	R\$ 349,00	R\$ 388,50	R\$ 745.920,00
				MUNICIPIO DE TACIBA / 1497 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	BLOCOPEL - TUBOS E POSTES LTDA	R\$ 407,00		
				INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANA - IAPAR-EMATER / 72 - IDR - Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER	Portal Nacional de Contratações Públicas	FARIAS & ROCHER LTDA	R\$ 341,48		
				MUNICIPIO DE AIMORES / 682 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	F. C. DE MOURA FILHO ENGENHARIA LTDA	R\$ 460,00		
				MUNICIPIO DE AIMORES / 682 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	F. C. DE MOURA FILHO ENGENHARIA LTDA	R\$ 385,00		
19	TUBO DE CONCRETO ARMADO 1,00M X 1,00M TIPO PA1 - ESPESSURA 10,0 CM; FCK = 15 MPA - ENCAIXE MF - ARMADURA CA 60 B; MALHA 113	un	1200	SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE IGUATU / 15 - Serviço Autônomo de Água e Esgoto CE	Portal Nacional de Contratações Públicas	J. M. UCHOA JUNIOR & CIA LTDA ME	R\$ 329,25	R\$ 430,19	R\$ 516.228,00
				MUNICIPIO DE PRESIDENTE MEDICI / 36 - MUNICIPIO DE PRESIDENTE MEDICI/RO	Portal Nacional de Contratações Públicas	VENDERMAIS CONSULTORIA LTDA	R\$ 337,00		
				MUNICIPIO DE CODAJAS / 2908 - MUNICIPIO DE CODAJAS/ AM	Portal Nacional de Contratações Públicas	3M SOLUTIONS LTDA	R\$ 620,00		
				MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA	Bolsa de Licitações e Leilões	W2M CONSTRUTORA LTDA	R\$ 434,50		
20	TUBO DE CONCRETO ARMADO 1,20M X 1,00M TIPO PA1 - ESPESSURA 12 CM; FCK = 15 MPA - ENCAIXE MF - ARMADURA CA 60B; MALHA 138	un	1000	SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE IGUATU / 15 - Serviço Autônomo de Água e Esgoto CE	Portal Nacional de Contratações Públicas	J. M. UCHOA JUNIOR & CIA LTDA ME	R\$ 524,72	R\$ 711,50	R\$ 711.500,00
				MUNICIPIO DE RIO RUFINO / CIN311 - MUNICIPIO DE RIO RUFINO	Portal Nacional de Contratações Públicas	JOSEMIR CADORIN	R\$ 950,80		
				MUNICIPIO DE TACIBA / 1497 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	BLOCOPEL - TUBOS E POSTES LTDA	R\$ 642,00		
				Prefeitura Municipal de Lacerdópolis	Portal de Compras Públicas	Tubos Boesing Ltda	R\$ 680,00		
				PM DE SÃO LUIZ GONZAGA	Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul	INES MATTIAZZI PISONI	R\$ 760,00		

21	TUBO DE CONCRETO ARMADO 1,50M X 1,00M TIPO PA1 - ESPESSURA 14,0 CM; FCK = 15 MPA - ENCAIXE MF - ARMADURA CA 60 B; MALHA 138	un	286	SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE IGUATU / 15 - Serviço Autônomo de Água e Esgoto CE	Portal Nacional de Contratações Públicas	J. M. UCHOA JUNIOR & CIA LTDA ME	R\$ 800,49	R\$ 936,57	R\$ 267.859,02
				MUNICIPIO DE RIO RUFINO / CIN311 - MUNICÍPIO DE RIO RUFINO	Portal Nacional de Contratações Públicas	JOSEMIR CADORIN	R\$ 1.539,90		
				MUNICIPIO DE TACIBA / 1497 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	BLOCOPEL - TUBOS E POSTES LTDA	R\$ 700,00		
				MUNICIPIO DE XAVANTINA / 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC	Portal Nacional de Contratações Públicas	TUBOS NONOHAY LTDA	R\$ 779,00		
				MUNICIPIO DE AIMORES / 682 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	MARIMAR COMERCIO E URBANIZACOES LTDA	R\$ 900,00		
				MUNICIPIO DE AIMORES / 682 - Unidade Única	Portal Nacional de Contratações Públicas	MARIMAR COMERCIO E URBANIZACOES LTDA	R\$ 900,00		
22	Cimento portland Composto CPII - 32 a granel	kg	200000	MUNICIPIO DE RUBIATABA / 10 - MUNICIPIO DE RUBIATABA	Portal Nacional de Contratações Públicas	B MIX FERRAGISTA LTDA	R\$ 0,61	R\$ 0,67	R\$ 134.000,00
				MUNICIPIO DE COSMOPOLIS / 1290 - Prefeitura Municipal de Cosmopolis	Portal Nacional de Contratações Públicas	TECHNICAL NET COMERCIAL E SERVICOS LTDA	R\$ 0,26		
				FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS / 7 - FMAS URUACU	Portal Nacional de Contratações Públicas	J L MADEIRAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA	R\$ 0,64		
				MUNICIPIO DE FRANCISCO MORATO / 1 - Prefeitura Municipal De Francisco Morato	Portal Nacional de Contratações Públicas	DR SOLUCOES EMPRESARIAIS EIRELI	R\$ 0,65		
				FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO / 1101 - FME FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO	Portal Nacional de Contratações Públicas	A DE S LIMA CARCARA SEGURANCAS	R\$ 1,10		
				MUNICIPIO DE MATRINCHA / 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MATRINCHA	Portal Nacional de Contratações Públicas	CONSTRULIDER MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA	R\$ 0,75		
TOTAL									R\$ 72.885.801,99

VII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO;

A solução proposta para atendimento da necessidade identificada consiste no fornecimento contínuo e planejado de insumos destinados à execução de obras e serviços de infraestrutura urbana e rural, a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP na manutenção, recuperação, ampliação e implantação de vias públicas, sistemas de drenagem, passeios, dispositivos de contenção e demais estruturas correlatas.

A solução contempla a aquisição de materiais básicos da construção civil, agregados minerais, materiais asfálticos, insumos cimentícios e artefatos pré-moldados de concreto, em quantitativos compatíveis com o planejamento institucional do Município, assegurando o adequado abastecimento das frentes de trabalho e a continuidade dos serviços públicos essenciais sob responsabilidade da SEMOSP.

7.1 Abrangência e Características da Solução

A solução abrange o fornecimento de insumos destinados a múltiplas aplicações, incluindo, mas não se limitando a:

- Pavimentação asfáltica e serviços de recapeamento;
- Manutenção corretiva e preventiva de vias urbanas e estradas vicinais;
- Execução de serviços de tapa-buracos e tratamentos superficiais;
- Implantação e recuperação de sistemas de drenagem urbana e rural;



- Construção e manutenção de calçadas, meios-fios, sarjetas e dispositivos de acessibilidade;
- Execução de obras civis complementares e serviços de apoio à infraestrutura municipal.

Os materiais devem ser fornecidos em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, garantindo qualidade, durabilidade e desempenho compatíveis com as exigências das obras públicas.

7.2 Condições de Fornecimento e Operacionalização

A solução prevê o fornecimento dos insumos de forma programada ou sob demanda, conforme definido no instrumento contratual, respeitando o cronograma de execução das obras e a capacidade operacional da SEMOSP.

As entregas deverão ocorrer na Usina de Asfalto Municipal localizado na Rua Orestes Matana - Distrito Industrial - Ji-Paraná/RO, observadas as condições de segurança, manuseio adequado e integridade dos materiais. Os custos de transporte, carga e descarga deverão estar devidamente previstos, quando aplicável.

7.3 Controle de Qualidade e Conformidade Técnica

A solução inclui mecanismos de controle e aceitação dos materiais fornecidos, permitindo à Administração verificar a conformidade dos insumos com as especificações técnicas, normas aplicáveis e condições contratuais.

A SEMOSP poderá realizar inspeções, ensaios, testes ou solicitar a apresentação de laudos técnicos, certificados de conformidade ou documentos equivalentes, especialmente no caso de materiais asfálticos e artefatos estruturais de concreto, como forma de assegurar a qualidade e a adequação dos produtos utilizados nas obras públicas.

7.4 Exigências Relacionadas à Manutenção

Considerando que o objeto da contratação refere-se predominantemente ao fornecimento de insumos e materiais de consumo, não se aplicam, de forma direta, exigências relacionadas à manutenção de bens permanentes, uma vez que os materiais serão incorporados às obras e serviços executados pela Administração.

Todavia, a adequada aplicação, armazenamento e manuseio dos insumos deverá observar as recomendações técnicas dos fabricantes e as boas práticas de engenharia, de modo a preservar suas características e desempenho até o momento da utilização.

7.5 Exigências Relacionadas à Assistência Técnica

Em relação à assistência técnica, não se caracteriza a necessidade de suporte continuado típico de equipamentos ou sistemas tecnológicos. Entretanto, a solução prevê, quando aplicável, que o fornecedor disponibilize orientações técnicas, informações de uso, fichas técnicas, boletins de desempenho ou suporte técnico pontual, especialmente para materiais que demandem controle específico de aplicação, como ligantes e emulsões asfálticas.

No caso de eventuais inconformidades identificadas durante o recebimento ou utilização dos materiais, o fornecedor deverá prestar os esclarecimentos necessários e proceder à substituição dos insumos que não atendam às especificações contratadas, sem ônus adicional para a Administração.

7.6 Integração com a Gestão Contratual

A solução será integrada ao sistema de gestão e fiscalização contratual da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, com acompanhamento por servidores designados, responsáveis pela conferência das entregas, controle de qualidade, registro de ocorrências e ateste das notas fiscais.

Essa abordagem assegura maior controle administrativo, transparência e rastreabilidade dos insumos fornecidos, contribuindo para a correta aplicação dos recursos públicos e para o alcance dos resultados esperados com a contratação.

Considerando a natureza contínua e recorrente das demandas atendidas pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, bem como a necessidade de garantir previsibilidade, flexibilidade operacional e



eficiência administrativa, evidencia-se a necessidade de formalização de Ata de Registro de Preços com vigência inicial de 12 (doze) meses. A adoção da Ata de Registro de Preços permite que a Administração realize as aquisições de forma parcelada e conforme a necessidade efetiva, evitando a formação de estoques excessivos, reduzindo desperdícios e assegurando maior racionalização do uso dos recursos públicos. Tal modelo é especialmente adequado para insumos cujas quantidades de consumo podem variar ao longo do exercício, em razão de fatores climáticos, demandas emergenciais e prioridades administrativas supervenientes. Adicionalmente, mostra-se pertinente prever a possibilidade de prorrogação da vigência da Ata por igual período, desde que devidamente justificada a continuidade da necessidade, comprovada a manutenção da vantajosidade econômica e observadas as condições estabelecidas na legislação vigente, especialmente no que dispõe a Lei nº 14.133/2021 e a regulamentação municipal aplicável. A previsão de prorrogação, quando cabível, contribui para a continuidade dos serviços públicos essenciais, reduz a necessidade de abertura de novos procedimentos licitatórios em curto espaço de tempo, diminui custos administrativos e preserva a estabilidade das condições comerciais inicialmente pactuadas, desde que mantida a compatibilidade com os preços de mercado. Dessa forma, a conformação de Ata de Registro de Preços com vigência de 12 meses, com possibilidade de prorrogação por igual período, apresenta-se como solução adequada, eficiente e alinhada aos princípios do planejamento, economicidade e interesse público, assegurando suporte contínuo às atividades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Ressalta-se a necessidade de que, na eventual prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, seja avaliada a renovação do saldo registrado, de modo a assegurar a continuidade do atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos ao longo do novo período de vigência. A renovação do saldo mostra-se necessária em razão do caráter contínuo e imprevisível do consumo dos insumos registrados, os quais são utilizados em múltiplas frentes de trabalho, incluindo manutenção corretiva, serviços emergenciais e execução de obras planejadas, cujas quantidades efetivamente demandadas podem variar ao longo do exercício. Sem a recomposição ou renovação do saldo, a simples prorrogação da vigência da Ata poderia se tornar inócua do ponto de vista operacional, uma vez que o esgotamento dos quantitativos originalmente registrados inviabilizaria novas contratações, comprometendo a continuidade dos serviços públicos essenciais. Destaca-se que eventual renovação de saldo deverá observar rigorosamente os limites legais, a compatibilidade com o planejamento institucional, a disponibilidade orçamentária, a manutenção da vantajosidade econômica e a conformidade com os preços praticados no mercado à época da prorrogação, não configurando, em hipótese alguma, direito adquirido do fornecedor. Dessa forma, a possibilidade de renovação do saldo da Ata de Registro de Preços, quando tecnicamente justificada e legalmente admissível, constitui medida necessária para garantir eficiência administrativa, continuidade operacional e adequada gestão dos recursos públicos.

VIII - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO;

A análise da estratégia de contratação considerou a possibilidade e a conveniência do parcelamento do objeto, em conformidade com os princípios da competitividade, isonomia, economicidade e eficiência, previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 1.384/2024, bem como com as boas práticas de planejamento das contratações públicas.

8.1 Fundamentação Legal e Técnica do Parcelamento

O parcelamento da contratação constitui diretriz recomendada sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajosa, na medida em que amplia a participação de fornecedores, reduz barreiras de entrada, evita a concentração de mercado e possibilita à Administração obter melhores condições comerciais.

No caso em análise, o objeto compreende o fornecimento de diversos insumos utilizados em obras e serviços de infraestrutura urbana e rural, os quais, embora empregados de forma integrada nas frentes de trabalho, possuem naturezas distintas, cadeias produtivas específicas e mercados fornecedores diferenciados, o que permite sua divisão racional sem prejuízo à execução dos serviços.



8.2 Viabilidade Técnica do Parcelamento

Sob o aspecto técnico, os insumos podem ser organizados em lotes ou grupos homogêneos, tais como:

- Agregados minerais;
- Materiais asfálticos;
- Insumos cimentícios;
- Artefatos pré-moldados de concreto e materiais para drenagem;
- Materiais para pavimentação intertravada e alvenaria.

Porém, em que pese essa segmentação respeite a especialização dos fornecedores, possibilitando que empresas com capacidade técnica específica participem apenas dos lotes compatíveis com seu ramo de atuação, no momento, faz-se necessário a licitação realizada por item, sem comprometer a qualidade, objetivando a padronização ou a compatibilidade dos materiais utilizados nas obras públicas.

8.3 Ampliação da Competitividade e do Acesso ao Mercado

O parcelamento favorece a participação de empresas de pequeno e médio porte, inclusive fornecedores locais e regionais, que muitas vezes não possuem capacidade logística ou financeira para atender a um objeto consolidado de grande vulto, mas são plenamente aptos a fornecer parte dos insumos demandados. Essa estratégia contribui para o fortalecimento do mercado local, amplia a concorrência, reduz o risco de deserto ou fracasso do certame e estimula a obtenção de preços mais competitivos, em benefício da Administração Pública.

8.4 Aspectos Econômicos e Operacionais

Do ponto de vista econômico, o parcelamento permite à Administração comparar preços por grupos de materiais, identificar oportunidades de maior vantajosidade e evitar a incorporação de custos indiretos desnecessários decorrentes da consolidação excessiva do objeto.

Sob o aspecto operacional, a divisão por item possibilita maior precisão no gerenciamento do fornecimento, permitindo ajustes conforme a demanda efetiva, a sazonalidade das obras e a disponibilidade dos materiais, sem comprometer a continuidade dos serviços públicos.

8.5 Gestão Contratual e Mitigação de Riscos

Embora o parcelamento implique a gestão de múltiplos contratos ou instrumentos, tal complexidade é mitigada pela padronização das especificações técnicas, pela adoção de procedimentos claros de fiscalização e pela experiência da SEMOSP na gestão simultânea de contratos de fornecimento.

Adicionalmente, a divisão do objeto reduz o risco de desabastecimento total, uma vez que eventual inadimplemento de um fornecedor não compromete integralmente o fornecimento dos demais insumos, aumentando a resiliência operacional da Administração.

8.6 Considerações Finais

Diante do exposto, conclui-se que o parcelamento da contratação mostra-se técnica e economicamente viável, adequado à natureza do objeto e alinhado aos princípios da eficiência, competitividade, isonomia e interesse público.

A definição final da estrutura de parcelamento, bem como dos critérios de julgamento e execução, será detalhada no instrumento convocatório, observando-se a divisão por itens, a compatibilidade técnica dos insumos e a busca contínua pela melhor relação custo-benefício para o Município de Ji-Paraná.

IX - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS;

A presente contratação tem como finalidade produzir resultados concretos e mensuráveis para a Administração Pública Municipal, especialmente no que se refere à otimização dos recursos disponíveis e à melhoria da eficiência na execução das políticas públicas de infraestrutura urbana e rural sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP.

Os resultados pretendidos foram definidos considerando o planejamento institucional do Município, as metas estabelecidas no Plano Plurianual, a necessidade de continuidade dos serviços públicos essenciais e os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e gestão por resultados.



9.1 Resultados Pretendidos em Termos de Economicidade

Em relação à economicidade, espera-se que a contratação proporcione:

- Redução dos custos unitários dos insumos, em razão do planejamento prévio das quantidades, do parcelamento racional do objeto e do aumento da competitividade entre os fornecedores;
- Diminuição de gastos indiretos, decorrente da redução de contratações emergenciais, aquisições pontuais e processos administrativos fragmentados;
- Melhor previsibilidade orçamentária, possibilitando maior controle sobre a execução das despesas e redução de riscos de desequilíbrios financeiros ao longo do exercício;
- Aproveitamento da economia de escala, sem prejuízo à competitividade, especialmente nos itens que envolvem maior volume de fornecimento ou logística mais complexa;
- Racionalização dos custos logísticos, com planejamento das entregas e redução de retrabalhos e desperdícios.

9.2 Resultados Pretendidos quanto ao aproveitamento dos Recursos Humanos

No tocante aos recursos humanos, a contratação visa:

- Maximizar o aproveitamento das equipes próprias da SEMOSP, assegurando o fornecimento contínuo de materiais e evitando a ociosidade de servidores decorrente da falta de insumos;
- Reduzir a necessidade de reprogramações frequentes de cronogramas, permitindo maior estabilidade no planejamento das frentes de trabalho;
- Otimizar a atuação da equipe de gestão e fiscalização contratual, com processos mais estruturados, padronizados e previsíveis;
- Aprimorar a capacidade de resposta da Administração, especialmente em situações emergenciais, como danos causados por eventos climáticos ou deterioração acelerada das vias.

9.3 Resultados Pretendidos quanto ao aproveitamento dos Recursos Materiais

Quanto aos recursos materiais, pretende-se alcançar:

- Melhor gestão de estoques, com controle mais eficiente da entrada, saída e consumo dos insumos;
- Redução de perdas e desperdícios, decorrentes de aquisições descoordenadas ou armazenamento inadequado;
- Padronização da qualidade dos materiais utilizados, contribuindo para maior durabilidade das obras e serviços executados;
- Maior integração entre as frentes de trabalho, possibilitando o uso compartilhado dos insumos conforme as prioridades operacionais;
- Continuidade operacional, evitando paralisações por falta de materiais essenciais.

9.4 Resultados pretendidos quanto ao aproveitamento dos Recursos Financeiros

Em relação aos recursos financeiros, a contratação busca:

- Alinhar a execução financeira às metas físicas do PPA, assegurando coerência entre planejamento e execução;
- Evitar desembolsos inesperados ou concentrados, promovendo melhor fluxo de caixa e controle da execução orçamentária;
- Aumentar a eficiência do gasto público, com foco em resultados concretos para a população;
- Reduzir riscos de sobrepreço e desperdício, por meio de planejamento, pesquisa de mercado e definição adequada do objeto;
- Promover maior transparência e rastreabilidade das despesas, facilitando o controle interno e externo.

9.5 Impacto na qualidade do Serviço Público

Como resultado final, espera-se que a contratação contribua para:

- Melhoria das condições de trafegabilidade e segurança viária;
- Redução do tempo de resposta às demandas da população;
- Aumento da durabilidade das intervenções realizadas;
- Preservação do patrimônio público;
- Melhoria da qualidade de vida da população de Ji-Paraná.

X - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL;

Previamente à celebração do contrato decorrente da presente contratação, a Administração Municipal deverá adotar um conjunto de providências administrativas, técnicas e operacionais com o objetivo de assegurar a adequada execução do objeto, a efetividade da fiscalização, o cumprimento das obrigações contratuais e a correta aplicação dos recursos públicos, em observância à Lei nº 14.133/2021, ao Decreto Municipal nº 1.384/2024 e às boas práticas de governança pública.

10.1 Consolidação do Planejamento e Formalização do Processo

A Administração deverá promover a consolidação do planejamento da contratação, assegurando que todos os documentos que compõem a fase preparatória estejam devidamente formalizados, atualizados e integrados ao processo administrativo, incluindo o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência ou Projeto Básico, a estimativa de preços, a análise de riscos e a verificação de compatibilidade orçamentária. Deverá ser verificada a aderência do objeto às metas e ações previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, bem como a existência de dotação orçamentária suficiente para fazer frente às despesas decorrentes da contratação.

10.2 Definição das Especificações Técnicas e do Instrumento Convocatório

Antes da contratação, deverão ser definidas de forma clara, objetiva e precisa as especificações técnicas dos insumos, os critérios de aceitação, as condições de fornecimento, os prazos de entrega e os mecanismos de controle de qualidade, de modo a evitar ambiguidades e reduzir riscos de execução inadequada do objeto.

O instrumento convocatório deverá refletir fielmente essas definições, estabelecendo regras claras para a execução contratual, aplicação de penalidades, hipóteses de rescisão, reajuste de preços, gestão de riscos e demais condições essenciais à boa condução do contrato.

10.3 Designação de Gestor e Fiscal do Contrato

A Administração deverá proceder à designação formal do gestor do contrato e dos fiscais técnico e administrativo, preferencialmente servidores com conhecimento técnico compatível com o objeto contratado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

As atribuições de cada agente deverão estar claramente definidas, incluindo o acompanhamento do cumprimento das obrigações contratuais, a conferência das entregas, o registro de ocorrências, a comunicação de inconformidades e o apoio à tomada de decisões pela autoridade competente.

10.4 Capacitação de Servidores para Gestão e Fiscalização Contratual

Considerando a complexidade e a diversidade dos insumos a serem fornecidos, a Administração deverá avaliar a necessidade de capacitação prévia dos servidores designados para a gestão e fiscalização do contrato, de modo a assegurar atuação técnica, eficiente e alinhada à legislação vigente.

A capacitação poderá abranger, entre outros temas:

- Noções gerais da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal aplicável;
- Procedimentos de fiscalização de contratos de fornecimento;
- Controle de qualidade e critérios de aceitação de materiais;
- Gestão de estoques e registros de recebimento;
- Elaboração de relatórios e registros administrativos;
- Tratamento de não conformidades e aplicação de penalidades.

Essa medida contribui para a mitigação de riscos, o fortalecimento da governança e a melhoria do desempenho da gestão contratual.

10.5 Estruturação da Logística e dos Fluxos Internos

A Administração deverá organizar previamente os fluxos internos relacionados ao recebimento, armazenamento, distribuição e controle dos insumos, definindo responsabilidades, locais de entrega, procedimentos de conferência e registros de entrada e saída dos materiais.

Deverão ser avaliadas as condições dos pátios, depósitos e canteiros de obras, garantindo que estejam aptos a receber os materiais, preservando suas características técnicas e evitando perdas, danos ou desperdícios.



10.6 Integração com os Órgãos de Controle e Apoio

Antes da celebração do contrato, deverá ser assegurada a integração com os órgãos de controle interno, assessoria jurídica e demais unidades de apoio, de modo a validar os procedimentos adotados, esclarecer dúvidas e prevenir falhas que possam comprometer a execução contratual ou a regularidade do processo.

10.7 Comunicação e Alinhamento Institucional

Por fim, a Administração deverá promover o alinhamento institucional entre as áreas envolvidas na contratação, especialmente entre a SEMOSP, o setor de compras, a área financeira e o controle interno, garantindo que todos os atores compreendam suas atribuições e estejam preparados para atuar de forma coordenada durante a execução do contrato.

XI - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES;

Após análise do objeto da presente contratação e do planejamento institucional da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, não foram identificadas, no momento, contratações correlatas ou interdependentes formalmente vinculadas à aquisição dos insumos objeto deste Estudo Técnico Preliminar. Embora os materiais a serem adquiridos sejam utilizados em diversas obras e serviços de infraestrutura urbana e rural executados pelo Município, tais utilizações não configuram, por si só, interdependência contratual direta, uma vez que a presente contratação possui objeto autônomo, consistente no fornecimento de insumos, podendo ser executada independentemente da celebração ou vigência de outros contratos específicos de obras ou serviços.

Ressalta-se que a inexistência de contratações correlatas ou interdependentes não impede que os insumos adquiridos sejam utilizados de forma integrada em diferentes frentes de trabalho, tampouco compromete o planejamento ou a execução das ações da SEMOSP, uma vez que o fornecimento dos materiais não depende de outros contratos para sua efetivação.

Caso, no curso da execução contratual ou em exercícios futuros, venham a ser formalizadas contratações de obras ou serviços que demandem a utilização dos insumos ora contratados, tal integração ocorrerá no âmbito da gestão operacional da Secretaria, sem caracterizar interdependência jurídica ou administrativa que exija vinculação prévia entre os instrumentos contratuais.

Dessa forma, registra-se que não há, no presente momento, contratações correlatas ou interdependentes a serem consideradas, estando a contratação plenamente apta a ser executada de forma independente e autônoma.

XII - DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL;

A contratação em análise envolve o fornecimento de insumos destinados à execução de obras e serviços de infraestrutura urbana e rural, os quais, por sua natureza, podem gerar impactos ambientais pontuais e controláveis, tanto na fase de produção e transporte dos materiais quanto na sua aplicação em obras públicas. Dessa forma, torna-se necessário identificar os possíveis impactos ambientais associados ao objeto e estabelecer medidas mitigadoras compatíveis com a legislação vigente e com as boas práticas de sustentabilidade.

12.1 Possíveis Impactos Ambientais

Os principais impactos ambientais potenciais relacionados à contratação podem ser assim caracterizados:

- Consumo de recursos naturais, especialmente no caso de agregados minerais e insumos cimentícios, cuja produção demanda extração de matérias-primas;
- Emissão de poluentes atmosféricos, decorrente do transporte dos materiais e, em especial, da produção e aplicação de materiais asfálticos;



- Geração de resíduos sólidos, como sobras de materiais, embalagens, refugos de concreto, restos de pavimentação e resíduos de obras;
- Risco de contaminação do solo ou da água, especialmente no manuseio e armazenamento de ligantes e emulsões asfálticas;
- Impactos locais temporários, como poeira, ruído e interferência no tráfego durante o transporte e a aplicação dos materiais.

12.2 Medidas Mitigadoras e Boas Práticas Ambientais

Para mitigar os impactos ambientais identificados, deverão ser adotadas as seguintes medidas e diretrizes:

- Exigência de que os materiais sejam fornecidos por empresas regularmente licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, especialmente no caso de jazidas, pedreiras e unidades produtoras de materiais asfálticos;
- Adoção de práticas adequadas de armazenamento e manuseio dos insumos, evitando vazamentos, perdas ou contaminações ambientais;
- Planejamento logístico das entregas, de modo a reduzir deslocamentos desnecessários, contribuindo para a diminuição do consumo de combustível e das emissões atmosféricas;
- Utilização racional dos materiais, com controle de consumo e reaproveitamento sempre que tecnicamente viável, reduzindo desperdícios;
- Observância das normas técnicas e ambientais aplicáveis durante a aplicação dos materiais nas obras e serviços.

12.3 Requisitos de Baixo Consumo de Energia e de Outros Recursos

Sempre que aplicável, a contratação deverá priorizar:

- Materiais produzidos por processos que adotem uso racional de energia e recursos naturais, conforme práticas usuais do setor;
- Soluções que contribuam para a maior durabilidade das obras, reduzindo a necessidade de intervenções frequentes e, conseqüentemente, o consumo futuro de materiais e energia;
- Planejamento das quantidades a serem adquiridas, evitando excesso de estoque e perdas por deterioração ou obsolescência.

12.4 Logística Reversa e Destinação de Resíduos

Considerando a natureza do objeto, não se aplica logística reversa nos moldes previstos para bens duráveis ou eletroeletrônicos, uma vez que os insumos contratados são incorporados às obras e serviços públicos.

Entretanto, deverão ser observadas práticas adequadas de destinação ambientalmente correta de resíduos e refugos, tais como:

- Reaproveitamento de materiais provenientes de demolições e fresagens, quando tecnicamente viável;
- Destinação adequada de sobras de concreto, pavimentação e resíduos inertes;
- Encaminhamento de embalagens e resíduos gerados durante a execução dos serviços para reciclagem ou disposição final ambientalmente adequada, conforme legislação vigente.

Os impactos ambientais associados à contratação são considerados pontuais, temporários e passíveis de controle, desde que observadas as medidas mitigadoras e as boas práticas descritas. A adoção dessas diretrizes contribui para a redução dos impactos ambientais, o uso responsável dos recursos naturais e o alinhamento da contratação às políticas públicas de sustentabilidade e responsabilidade ambiental do Município de Ji-Paraná.

XIII - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA;

Com base nas análises desenvolvidas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida mostra-se **adequada, necessária e compatível** para o atendimento da necessidade identificada no âmbito da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, atendendo de forma coerente às demandas institucionais do Município de Ji-Paraná.

Os estudos realizados demonstram que a necessidade decorre de atividades permanentes e essenciais relacionadas à manutenção, recuperação e ampliação da infraestrutura urbana e rural, cuja execução depende diretamente da disponibilidade contínua de insumos básicos da construção civil e de materiais asfálticos. A ausência ou insuficiência desses insumos compromete a eficiência da atuação administrativa e a continuidade dos serviços públicos prestados à população.



A contratação analisada encontra-se devidamente alinhada aos instrumentos de planejamento da Administração Pública Municipal, em especial ao Plano Plurianual, às diretrizes orçamentárias e às metas físicas estabelecidas para o período, demonstrando coerência entre o planejamento estratégico e a execução das políticas públicas de infraestrutura.

Os requisitos técnicos definidos, as estimativas de quantidades fundamentadas, o levantamento de mercado, a análise de impactos ambientais, as justificativas para o parcelamento e as providências administrativas previstas evidenciam que a contratação foi planejada de forma estruturada, com observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, sustentabilidade e interesse público.

Ademais, o modelo de contratação analisado permite maior controle da qualidade dos insumos, melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis, redução de riscos operacionais e administrativos, bem como maior previsibilidade na execução das ações sob responsabilidade da SEMOSP.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação é **tecnicamente viável, administrativamente adequada e compatível com os objetivos institucionais**, apresentando-se como instrumento legítimo e necessário para assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais e a melhoria da infraestrutura do Município de Ji-Paraná, atendendo de forma eficaz à necessidade a que se destina.

XIV - CONSULTA A ÓRGÃO GERENCIADOR DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS MUNICIPAL QUANTO A EXISTÊNCIA DE ATA DE REGISTRO PREÇOS QUE ATENDA A NECESSIDADE APRESENTADA PELO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.

A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, na condição de unidade demandante e usuária recorrente do Sistema de Registro de Preços do Município de Ji-Paraná, detém conhecimento técnico e operacional acerca das Atas de Registro de Preços vigentes relacionadas ao fornecimento de insumos para obras e serviços de infraestrutura urbana e rural.

Com base nesse conhecimento acumulado, decorrente do acompanhamento contínuo das contratações e da execução dos serviços sob sua responsabilidade, tem-se ciência de que, no âmbito do Sistema de Registro de Preços Municipal, não existem Atas de Registro de Preços vigentes capazes de atender, de forma integral, às necessidades descritas neste Estudo Técnico Preliminar, seja pela inexistência de atas específicas para o conjunto de insumos demandados, seja pela insuficiência de quantitativos, inadequação das especificações técnicas ou incompatibilidade das condições de fornecimento.

Registra-se que a inexistência de atas aptas ao atendimento da demanda decorre, principalmente, da diversidade e do volume dos materiais necessários, bem como da necessidade de fornecimento contínuo e planejado, compatível com as metas estabelecidas nos instrumentos de planejamento do Município e com a execução regular das atividades da SEMOSP.

Ressalta-se, ainda, que a presente manifestação não impede que, caso venham a ser instituídas novas Atas de Registro de Preços que atendam aos requisitos técnicos, quantitativos e operacionais aqui descritos, estas possam ser avaliadas quanto à sua eventual utilização, desde que comprovada a vantajosidade e observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Dessa forma, registra-se que, no momento da elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, a unidade demandante tem conhecimento da inexistência de Ata de Registro de Preços Municipal apta a suprir a necessidade apresentada, o que reforça a necessidade de adoção de procedimento próprio para a contratação pretendida.

XV - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Declaramos, considerando todo o exposto nestes Estudos Preliminares, que a contratação:

☒ [X] é viável ☐ [] não é viável





Documento assinado eletronicamente por **PEDRO HENRIQUE GONCALO DE FARIAS, ASSESSOR (A) NIVEL I - SEMOSP**, em 25/03/2026 às 13:09, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE ANTONIO DORDA STEJSKAL, ASSESSOR (A) TECNICO DE ENGENHARIA - SEMOSP**, em 25/03/2026 às 15:02, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **VALQUIRIA RODRIGUES LUZ DE ANDRADE, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos**, em 25/03/2026 às 15:13, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2549702** e o código verificador **33C37B0D**.

Referência: [Processo nº 1-604/2026](#).

Docto ID: 2549702 v1







Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento		Identificação/Número		Data
Anexo		Estudo_Tecnico-27		30/03/2026
ID:	2563279	Processo	Documento	
CRC:	49EDB86F			
Processo:	1-7173/2026			
Usuário:	PEDRO HENRIQUE GONCALO DE FARIAS			
Criação:	30/03/2026 12:40:35	Finalização:	30/03/2026 12:40:35	
MD5:	0F3B2733E217EA57D7F2D9FD843869EB			
SHA256:	D93878E076B4CC142B9C37714C24583C57662A92C14FB99BC1DE5B0DED84DFB2			
Súmula/Objeto:				
documentação insumos cimentícios				
INTERESSADOS				
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP		Ji-Paraná	RO	30/03/2026 12:40:35
ASSUNTOS				
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS				30/03/2026 12:40:35

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2563279 e o CRC 49EDB86F.

ANEXO II – CARTA PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90064/SUPECOL/PMJP/RO/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1- 7173/2026 – SEMOSP

OBJETO: Registro de Preços visando a contratação de empresa especializada para o fornecimento de **CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO A GRANEL (CAP) 50/70 e CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32** destinados à execução de obras e serviços de infraestrutura urbana e rural, a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP do Município de Ji-Paraná/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

À
Superintendência de Compras e Licitações

Prezados Senhores,

Apresentamos a V. S^a., nossa “**PROPOSTA DE PREÇOS**” pelo preço global de R\$ _____
(_____), nos termos do Edital e seus Anexos, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	Qnt.	V. UNT ESTIMADO	V. TOTAL ESTIMADO
AMPLA PARTICIPAÇÃO					
1.	CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO A GRANEL (CAP) 50/70 (INCL USO TRANSPORTE DA CAIXA DA ANP Á JI-PARANÁ-RO NO LOCAL DA USINAGEM)	TON	1.800	13.005,00	23.409.000,00
COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 01 – RESERVADA À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS					
2.	CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO A GRANEL (CAP) 50/70 (INCL USO TRANSPORTE DA CAIXA DA ANP Á JI-PARANÁ-RO NO LOCAL DA USINAGEM)	TON	600	13.005,00	7.803.000,00
AMPLA PARTICIPAÇÃO					
3.	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	150.000	2,00	300.000,00
COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 03 – RESERVADA À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS					
4.	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	50.000	2,00	100.000,00
Valor Total Estimado: R\$ 31.612.000,00 (trinta e um milhões, seiscentos e doze mil reais).					

• *Considerando que no passado, em contratos da mesma natureza, foram solicitados reequilíbrios e o Tribunal de Contas entendeu pela ilegalidade dos reequilíbrios que foram concedidos, em razão da ausência de planilhas de composição dos custos, o licitante deverá **ELABORAR PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS, CONFORME ANEXO VI.***

- Os itens 1 e 3 são destinados a **AMPLA PARTICIPAÇÃO**.
- Os itens 2 e 4 são **COTAS de até 25%** reservadas à **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS** nos termos da Lei Complementar n. 123/06 e suas alterações.
- Nos termos do Acórdão APL-TC 00203/2025 de 09/02/2026, do TCE/RO, e em atenção ao Decreto Municipal n° 6.566/16, se a mesma empresa ofertar o menor preço na cota reservada e na cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- O item 2 está como aberto no sistema ComprasGov para ampla participação tão somente em razão do sistema possuir uma falha quanto a aplicação das cotas NOS CASOS DE SRP. Todavia, embora estejam abertos no sistema, serão consideradas apenas as propostas de ME's e equiparadas para os mencionados itens. Assim, as propostas de empresas que não se enquadrem como ME e equiparadas para os citados itens, serão desclassificadas para os itens.
- Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no CATMAT, prevalecerão às do ANEXO II deste Edital.
- Os licitantes, no que couber, devem apresentar **CATÁLOGO DOS PRODUTOS OFERTADOS** para adequada análise técnica do setor requisitante.
- Todos os itens deverão, no que couber, constar informações a respeito da **MARCA/MODELO/FABRICAÇÃO**.

Local/ Entrega/Pagamento: Conforme descrito no **Termo de Referência – Anexo I do Edital**.

Esta proposta é **VÁLIDA POR 60 (SESSENTA) DIAS (mínimo)**, a contar da data da apresentação.

Dados do proponente:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Município: Estado: CEP:

Telefone:

E-mail:

Dados do responsável pela assinatura do Contrato:

Nome Completo:

CPF n.º

Cargo/Função:

Dados para contato/correspondência:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Dados para pagamentos:

Conta Corrente n.º

Agência n.º

Banco.....

DECLARAÇÃO SOBRE A PROPOSTA APRESENTADA

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas do **Edital do Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, objeto supracitado e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, **DECLARAMOS** expressamente que:

- a) A proposta apresentada para participar da (identificação da licitação), foi elaborada de maneira independente (pelo licitante) e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será no todo ou parte direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas;
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;
- g) Entregará/Prestará, sob sua integral responsabilidade, os itens/serviços objeto do referido Edital, no valor ofertado.
- h) Nos preços indicados acima estão incluídos, além dos itens/serviços, todos os custos, materiais, benefícios, encargos, tributos, demais contribuições e todos os pormenores necessários à completa entrega dos materiais/realização do serviço, mesmo que posteriormente sejam verificadas falhas ou omissões na proposta.
- i) Conhece a legislação de regência desta licitação e que os componentes serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos e que conhece e aceita todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento e outros.
- j) Nenhum direito à indenização ou o reembolso de quaisquer despesas será devido, caso a proposta não seja aceita.
- k) Tem amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Local e data

Nome, cargo e assinatura do Representante Legal

Nome, cargo e assinatura do Responsável Técnico

ANEXO III

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)

- 1.1. Registro empresarial na **Junta Comercial**, no caso de empresário individual;
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, **devidamente registrado** na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.3. Documentos de **eleição ou designação** dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de **sociedade não empresária**, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 1.5. Decreto de autorização, tratando-se de **sociedade estrangeira no país**, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 1.6. Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – **MEI**
 - 1.6.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com **todas as suas alterações**, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.

2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)

- 2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**);
- 2.3. Inscrição no **cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.4. Certidão Conjunta **Negativa de Débitos** ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à **Dívida Ativa da União**;
- 2.5. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual**;
- 2.6. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Municipal**, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.7. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
- 2.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT** ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

- 3.1. Certidão Negativa de Ações de Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos **90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.
 - 3.1.1. Na hipótese de apresentação de **certidão positiva de recuperação judicial**, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.
 - 3.1.2. Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, **a licitante será inabilitada**, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.
- 3.2. **Balanco patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, assinados pelo **representante legal** e pelo **contabilista responsável**, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa,

extraídos do livro diário, **vedada a sua substituição** por balancetes ou balanços provisórios.

3.2.1. As empresas deverão apresentar **declaração assinada por profissional habilitado** da área contábil, que **atesta o atendimento** pela licitante dos índices econômicos: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) **superiores a 1**.

3.2.2. Quando qualquer um ou todos os índices econômicos (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) forem **inferiores ou igual a 1**, a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido ou capital social **no mínimo de 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

3.2.3. Os documentos referidos no item 3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**.

3.2.4. As empresas criadas **no exercício financeiro da licitação** deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura**.

3.2.5. O **microempreendedor individual (MEI)**, ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, deverá, para fins licitatórios, apresentar balanço patrimonial (BP) e as demais demonstrações contábeis (DRE), devidamente registrado.

4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

4.1. **Comprovação de aptidão** para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

4.2. A comprovação se dará mediante a apresentação de **no mínimo 01 (um) ATESTADO** fornecido por pessoas de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou, satisfatoriamente, serviços ou fornecimentos **iguais ou semelhantes** ao objeto desta licitação, independentemente da quantidade.

4.3. O (s) atestado (s)/certidões **deverão estar necessariamente** em nome do licitante, ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

4.3.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.4. A habilitação técnica será analisada por grupos de materiais, conforme descrito a seguir, exigindo-se do licitante apenas a documentação correspondente ao(s) grupo(s) de itens constantes de sua proposta, nos termos dos arts. 67 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

4.4.1. Grupo II Materiais Asfálticos

4.4.1.1. Para o fornecimento de materiais asfálticos, incluindo **cimento asfáltico de petróleo, emulsões asfálticas, asfaltos diluídos e produtos derivados**, o licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando experiência no fornecimento de materiais asfálticos compatíveis com os itens ofertados.

4.4.1.2. Para fins de habilitação, o licitante deverá encaminhar os documentos válidos a seguir descritos:

- a) Cadastro Técnico Federal CTF, emitido pelo IBAMA, juntamente com as devidas certidões ambientais;
- b) Autorização da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para o exercício da atividade de distribuição de asfaltos, conforme RESOLUÇÃO ANP Nº 02 14.01.2005 DOU 19.01.2005 Art. 3º.

c) Caso a empresa seja do ramo comercial somente, ou seja, adquira os materiais de outras empresas responsáveis pela lavra, deverá apresentar na fase de habilitação, documento atestando a origem do material e o vínculo comercial com a empresa detentora do título mineral.

4.4.2. Grupo III Cimento e Insumos Cimentícios, incluindo cimento Portland ensacado ou a granel, a qualificação técnica será comprovada por meio de atestado(s) de capacidade técnica que demonstrem experiência no fornecimento de materiais compatíveis com o objeto.

4.5. Em todos os grupos, os atestados de capacidade técnica apresentados estarão sujeitos à verificação de autenticidade e à realização de diligências pela Administração. Será admitida a apresentação de mais de um atestado, desde que, em conjunto, comprovem a aptidão técnica necessária para o fornecimento dos materiais ofertados. O licitante deverá apresentar declaração formal de que manterá válidas, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, todas as licenças ambientais, autorizações, registros e certificações exigidos pelos órgãos federais, estaduais e municipais competentes, responsabilizando-se por sua renovação e regularidade.

4.5.1.1. A qualificação técnica será avaliada de forma proporcional, razoável e estritamente vinculada aos itens ofertados, sendo vedadas exigências excessivas, cumulativas ou dissociadas do objeto, em observância aos princípios da competitividade, da isonomia, da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do interesse público.

5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

5.1. **DECLARAÇÃO** subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo Anexo III – A, elaborada em papel timbrado da empresa licitante.

ANEXO III – A

MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na....., por meio de seu representante legal abaixo identificado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que **ATENDE AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

a) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);

b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);

c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);

d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);

e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

f) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

g) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em **www.ji-parana.ro.gov.br**

h) no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

i) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;

j) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.10 do edital;

k) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

l) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

Obs: O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

Ji-Paraná, xx de xxxxxx de 202x.

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)

ANEXO IV

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº.....

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, E A
EMPRESA.....**

A **PREFEITURA MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.092.672/0001-25, com sede e administração na Av. Dois de Abril, 1.701, bairro Urupá, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXXX SSP/RO e CPF/MF nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº sediado(a) na em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 0xxxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da **Lei nº 14.133/2021** e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é o fornecimento de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDAD E DE MEDIDA	QUANTIDA DE	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
...					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

1.3.5. O prazo de vigência da contratação é de contados do (a), na forma do CAPÍTULO V - DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS da Lei Federal n. 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

1.4. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

1.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual (ou) Será admitida a subcontratação do objeto contratual conforme previsto no capítulo..... do Termo de Referência – Anexo I do Edital

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

1.6. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

1.7. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

1.8. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

1.9. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ___/___/___ (DD/MM/AAAA).

1.10. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.11. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.12. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.13. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.14. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.15. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.16. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

1.17. São obrigações do Contratante:

- 1.18. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 1.19. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 1.20. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 1.21. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 1.22. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 1.23. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 1.24. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 1.25. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 1.26. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 1.27. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.
- 1.28. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 1.29. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 1.30. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 1.31. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);
- 1.32. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 1.33. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 1.34. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 1.35. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 1.36. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 1.37. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 1.38. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 1.39. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 1.40. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 1.41. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 1.42. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 1.43. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 1.44. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 1.45. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 1.46. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 1.47. Não haverá exigência de garantia contratual (ou) A exigência de garantia contratual da execução será a (conforme descrito no Termo de Referência).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 1.48. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 1.49. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - IV. **Multa**:

1. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 1.50. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 1.50.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 1.50.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
 - 1.50.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 1.50.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 1.51. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 1.52. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 1.53. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 1.54. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 1.55. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.56. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

1.57. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

1.58. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

1.59. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

1.59.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

1.60. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.60.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

1.60.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1.60.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

1.61. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 1.61.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 1.61.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 1.61.3. Indenizações e multas.

1.62. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.63. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

1.64. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

1.64.1. Fonte de Recursos:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

1.65. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

1.66. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

1.67. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

1.68. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

1.69. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

1.70. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

1.71. As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Prefeito do Município de Ji-Paraná

Secretário/Presidente

Representante legal do Contratado

Procurador Geral do Município

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos __(____) dias do mês de ____ do ano de dois mil e vinte e __, às __ horas na Superintendência de Compras e Licitações da Prefeitura do Município de Ji-Paraná, situada na Rua dos Brilhante, 130; Bairro Urupá; Ji-Paraná; Rondônia; Cx. Postal 268; CEP. 76.900-150, o Superintendente de Compras e Licitações, Sr....., brasileiro, casado, Decreto n....., considerando o julgamento da licitação na **modalidade de pregão, na forma eletrônica**, para **REGISTRO DE PREÇOS n°/202...., publicada no de/202....., processo administrativo n.º, RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, no Decreto Municipal n. 1385/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do **Termo de Referência** e do **Anexo II do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, que são parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

CNPJ n Empresa:						
Item	Descrição Genérica	Unidade de Forneciment o	Quantidad e Total	Quantidade Ofertada	Valor Unitári o	Valor Total do Fornecedor
Marca: Fabricante: Modelo / Versão: Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:						
Marca: Fabricante: Modelo / Versão: Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:						

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou

projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços **será de 1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada **por igual período e quantitativo renovado**, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n..... e**

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços deverá ser assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, por meio de assinatura digital, pelo link Portal de Serviços (ji-parana.ro.gov.br), o qual será disponibilizado via e-mail pelo Setor de Registro de Preços, tão logo sua elaboração.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer, em tempo hábil, ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência e Anexo II do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Assinaturas

*Representante legal do órgão gerenciador e representante (s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)*

ANEXO V - A

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:**

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Quantidade de Ofertada	Valor Un	Valor Total

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **mantiveram sua proposta original:**

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Quantidade de Ofertada	Valor Un	Valor Total

MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

1. IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

Razão Social:
CNPJ:
Processo Licitatório nº:
Objeto:
Data da Proposta:

2. COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DIRETOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO INSUMO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
1					
2					
3					
4					
5					
6					

3. ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

ITEM	DESCRIÇÃO	BASE (%)	VALOR (R\$)
1			
2			
3			
4			



5			
---	--	--	--

4. CUSTOS INDIRETOS

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
1		
2		
3		
4		
5		

5. LUCRO

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
Margem de Lucro		

6. RESUMO GERAL DA PROPOSTA

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Custos Diretos (A)	
Encargos (B)	
Custos Indiretos (C)	
Lucro (D)	
VALOR TOTAL DA PROPOSTA	

7. DECLARAÇÃO

Declaro que os custos apresentados refletem fielmente a composição do preço ofertado, incluindo todos os encargos, tributos, despesas diretas e indiretas e margem de lucro.



8. ASSINATURA

Local e Data:

Responsável Legal:

Assinatura:





Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Anexo	Modelo planilha de composição de	23/03/2026
ID: 2539606	Processo	Documento
CRC: AD6A93BA		
Processo: 1-604/2026		
Usuário: PEDRO HENRIQUE GONCALO DE FARIAS		
Criação: 23/03/2026 13:23:03	Finalização: 23/03/2026 13:24:07	
MD5: F69CB33DCCA6B59A71823FBA0A415D53		
SHA256: 2D67C698D929699C08E5A43046649513056CF9824576B75A61ECF7597796B6AA		

Súmula/Objeto:

Planilha de composição de custos.

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PUBLICOS	Ji-Paraná	RO	23/03/2026 13:23:03
--	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS	23/03/2026 13:23:03
------------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2539606 e o CRC AD6A93BA.





Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento		Identificação/Número		Data	
Anexo		-Modelo_planilha_de_composicao_de_cu		30/03/2026	
ID:	2563351	Processo		Documento	
CRC:	B9C0BE55				
Processo:	1-7175/2026				
Usuário:	PEDRO HENRIQUE GONCALO DE FARIAS				
Criação:	30/03/2026 12:44:47	Finalização:	30/03/2026 12:44:47		
MD5:	DA3324703F2F7F514015468009FE8FF6				
SHA256:	95375140A4629ADE553BB045984BC5701D0F47585A4209931902E5F385F9DD4F				
Súmula/Objeto:					
documentação materias para alvenaria					
INTERESSADOS					
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP		Ji-Paraná		RO	30/03/2026 12:44:47
ASSUNTOS					
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS				30/03/2026 12:44:47	

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2563351 e o CRC B9C0BE55.